FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: MOVIMENTO
Data 10/01/1982
Pág. 7
Pasta n.º
N.º do recorte 154

Polícia

A pantera e o caçador

Doca matou Ângela com seis tiros, depois de uma briga que começara segunda-feira no Rio, e se prolongara toda a semana, com intervalos para ir à praia, comer e dormir

Aguinaldo Silva

Como os belos e malditos personagens de Francis Scott Fitzgerald de antes da depressão, Ângela Diniz deve ter pensado, durante a maior parte de sua curta e atribulada vida, que era praticamente imortal. Afinal, colecionadora de títulos esdrúxulos como "a mulher mais bela de Minas" e "a pantera de Belo Horizonte", ungida pelo prestígio das colunas sociais, disputada por causa da frase que a respeito dela sussurravam nos corredores das grandes mansões – "trata-se de uma excelente cama" –, em poucos anos ela conseguiu descartar de sua intimidade, sem grandes perdas, figuras tão diversas quanto um engenheiro metodista, um guarda de vigilância, um milionário boa vida e um colunista social, e se sair bem de processos tão difíceis quanto homicídio, sequestro e tráfico de tóxicos, crimes dos quais foi acusada aparentemente apenas para que, nas absolvições, os juízes ressaltassem, em suas elogiosas sentenças, suas "excelentes virtudes morais".

O problema é que, treinada que fora, como os de sua classe, para se considerar acima de qualquer justiça e livre de qualquer mal, Ângela Diniz, nestes anos todos, não fora nada original; igualmente imortal deve ter se considerado Raul Fernando Mendes Street, o *Doca*, o homem que a matou, a julgar pelo que ele fez em seus 42 anos de vida. Como ela, *Doca* também andou pondo à prova a infinita misericórdia com que a Justiça trata alguns casos; em 1956, após surrar um cidadão em Santos, foi processado e, por causa das evidências, condenado a pagar uma multa de vinte centavos; em 1971, atropelou o comerciante Jorge Beirute em São Paulo, mas foi absolvido: o juiz decidiu que ele não tivera culpa. E como a "pantera de Belo Horizonte", *Doca* igualmente cultivou as especialidades da alcova. A tal ponto que, dizem agora os seus amigos, viveu a maior parte de sua vida à custa das mulheres que cativou.

Os colunistas sociais de Belo Horizonte ainda hoje são capazes de lembrar, com um inevitável *frisson*, o dia em que Ângela debutou, no Automóvel Clube local, com um sucesso que a fez conquistar, já aos dezesseis anos, o título de "a mais bela de Minas", que passou a ostentar e que foi seu até sua morte. Não que sua família tivesse a maior das virtudes do café soçaite – muito dinheiro; mas é que Ângela, por sua beleza, se tornava um investimento que, naquele baile do Automóvel Clube, seus parentes faziam com a conivência de todos, e que se mostraria rentável, pouco depois, quando ela casou com o engenheiro metodista Milton Vilas Boas.

Só que o casamento, apesar dos três filhos que tiveram, não durou muito. Separada do marido e sem direito às crianças, Ângela se veria envolvida, pouco depois, no primeiro escândalo – a morte, em seu quarto, do guarda de segurança de sua mansão, José Avelino, supostamente assassinado por um seu amante, o milionário boa vida Tuca Mendes, a quem – a defesa afirmou e o juiz acreditou – o guarda, "cujos assédios eram constantemente repudiados pela moça", resolveu atacar num momento de ciúmes (contam as lendas sobre a *pantera*: ano passado, durante uma tarde de muitos coquetéis à beira da piscina do Hotel Méridien, ela acabou fazendo um comentário sobre o finado Avelino: nunca, em toda a sua vida, encontrara um homem "tão disposto"). A sentença do juiz, que impronunciou Ângela (inicialmente acusada do crime, junto com Tuca) é exemplar. Nela, o magistrado acaba praticamente enquadrando o morto nos rigores do Código Penal, por "invasão de domicílio".

Mas o segundo escândalo viria um ano depois – a acusação que o marido lhe fez de sequestrar os próprios filhos. E o terceiro – quando ela tinha como companhia mais assídua o colunista Ibrahim Sued –, a prisão por tráfico de tóxicos, lhe rendeu uma desagradável experiência – ficou detida durante todo um fim-de-semana nas dependências da Polícia Federal, no Rio. Como o segundo e o primeiro processo, este de nada adiantou: pela terceira vez ela seria absolvida.

Nestes anos todos em que Ângela enfrentava tais

percalços, *Doca* vira encerrada sua promissora carreira de "rapaz de piscina" em Miami (os amigos informam, com um certo orgulho, que esta sua função consistia em divertir as ricas senhoras que frequentavam piscinas de clubes e hotéis daquela cidade), e no Brasil, após duas tentativas infrutíferas de se estabelecer – no mercado imobiliário e na Bolsa de Valores, naturalmente –, ele encontrara Adelita Scarpa, filha de uma rica família, com a qual casara e tivera um filho.

Ângela e *Doca* se conheceram há quatro meses durante uma entrevista feita por Ibrahim Sued com algumas senhoras da chamada "sociedade paulista". E pouco depois passaram a viver juntos, para tristeza de Adelita Scarpa e do jornalista. De sua convivência, todos os detalhes – mesmo alguns, bastante sórdidos – puderam ser levantados graças aos depoimentos dos criados: d. Maria José, que trabalhava para Ângela no apartamento de Copacabana, e Manuel Aurélio de Souza, o caseiro da propriedade na Praia de Búzios (que não se deixou impressionar pela conversa dos repórteres, e resolveu cobrar Cr$ 200 por entrevista).

D. Maria José se mostrou fiel à patroa: espalhou uma a uma, sobre a cama do casal, as calças de Cr$ 4 mil que Ângela havia comprado para *Doca* ("ele nem chegou a usar", ela comentou, pesarosa), e mais os pijamas de seda, as camisas *made in Dijon*, os berliques e berloques, as garrafas de Moet et Chandon, para fortalecer a sua tese: "ela era sustentado por ela. O *Doutor Doca* explorava d. Ângela". Já Manuel Aurélio se mostrou bem mais neutro. Numa das entrevistas, ele terminou com esta frase:

– Eu não entendo essa gente. Tudo o que eles fazem é ir à praia, comer e dormir. É por isso que eu sempre digo: são eles lá e eu cá.

Doca matou Ângela com seis tiros – o sétimo, disparado por uma das cinco pistolas que ele mantinha em casa, acertou na parede – na noite do dia 30 de dezembro, na Praia dos Ossos, em Búzios, Cabo Frio, durante uma discussão que, segundo d. Maria José, começara na segunda-feira no Rio e se prolongara durante toda a semana, com intervalos para ir à praia, comer e dormir. Depois, pegou o Maverick da morta, e ainda vestido apenas com a sunga que usara para ir à praia, fugiu, levando consigo uma maleta com as pistolas, menos a do crime

Neste começo de ano, dê Movimento de presente. Leia, assine e divulgue Movimento, um jornal democrático Neste começo de ano, dê Movimento de presente. Leia, assine e divulgue Movimento, um jornal democrático Neste começo de ano, dê Movimento de presente. Leia, assine e divulgue Movimento, um jornal democrático Neste começo de ano, dê Movimento de presente. Leia, assine e divulgue Movimento, um jornal democrático Neste começo de ano, dê Movimento de presente. Leia, assine e divulgue Movimento, um jornal democrático Neste começo de ano, dê Movimento de presente. Leia, assine e divulgue Movimento, um jornal democrático Neste começo de ano, dê Movimento de presente. Leia, assine e divulgue Movimento, um jornal democrático Neste

NOTAS

Extensões da Lei Fleury

Raul Street, o assassino da "pantera mineira" Ângela Diniz, talvez não seja preso imediatamente. Apesar de o juiz de Cabo Frio, onde ocorreu o crime, ter decretado sua prisão preventiva, os advogados de Raul Street evocam a existência da lei 5.941, de 1973, conhecida como Lei Fleury, que dispensa a prisão preventiva de criminosos primários que tenham bons antecedentes.

Segundo os advogados de Street, "a Lei Fleury, embora expressamente só se refira aos acusados já pronunciados ou condenados, vem, por extensão, sendo aplicada para evitar que aqueles que nem pronunciados foram sejam submetidos à promiscuidade das prisões". Foi o argumento utilizado para a própria promulgação da lei, em 22 de novembro de 1973, quando o delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DEOPS de São Paulo, foi pronunciado (mandado a julgamento) num processo sobre crimes do Esquadrão da Morte em São Paulo.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: MOVIMENTO
Data 24/01/1977
Pág. —

Pasta n.º
N.º do recorte

A mulher deve pagar as dívidas do marido?

O Supremo Tribunal Federal decide que a mulher só é responsável pelas dívidas que o marido fizer em benefício do casal

Até que limite deverá a mulher ser responsável pelas dívidas contraídas pelo marido? Após intensas discussões, o Supremo Tribunal Federal determinou que a mulher não seria responsável pelas dívidas do marido caso estas não fossem contraídas em benefícios da sociedade conjugal, o que deverá ser provado por ela para insentá-la de eventuais pagamentos aos credores. Com isso, pretendeu-se acabar com as polêmicas e interpretações diversas deste item do artigo 469, da lei 4.121, que dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada.

Mas as mulheres não parecem satisfeitas com essa pequena modificação, e criticam diversos aspectos discriminadores da lei, a julgar pelos depoimentos de Dora Feiguin, advogada, e pelas participantes do Centro da Mulher Brasileira, do Rio de Janeiro.

Dora Feiguin argumenta: "A lei 4121, de 1962, que modificou artigos do Código Civil, embora conserve a figura do chefe da sociedade conjugal, preceituando que "o marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos", introduz o conceito de colaboração. Participa pois, a esposa, em pé de igualdade, uma vez que, introduzida a idéia de colaboração, nega-se a de hierarquia. No entanto, é este um dispositivo tímido, que não teve a coragem de romper formalmente com a tradição e conservou assim o princípio da chefia do casal na pessoa do marido, assegurando-lhe o direito de tudo fazer, conquanto o outro esteja de acordo. Na verdade, o legislador brasileiro, entre duas posições extremadas de um lado a de absoluta subordinação da mulher, como é o sistema do Código espanhol, e, de outro, a de absoluta igualdade entre os cônjuges dentro do lar, (como é adotado pelos sistemas soviéticos e mexicanos,) preferiu ficar no meio do caminho, deferindo ao marido a chefia da sociedade conjugal, sem reconhecer-lhe, entretanto, o poder marital."

Dora Feiguin considera que a modificação da lei trouxe uma série de melhorias em relação à situação anterior, como, por exemplo, no que se refere ao exercício do pátrio poder sobre os filhos e à escolha do comicílio (em ambos os casos, agora a deliberação cabe ao marido com a colaboração da mulher, e o pátrio poder cabe a ambos, sendo exercido pelo marido com a colaboração da mulher, prevalecendo em caso de divergência a decisão do marido, ressalvado o direito de a mulher recorrer ao juiz quando discordar ou quando a decisão a prejudique); em caso de desquite, a mãe agora pode ficar com a guarda dos filhos de ambos os sexos até sua maioridade, quando antes ficava apenas com as filhas até a maioridade e com os filhos homens até apenas os seis anos de idade; A viúva, agora, após o segundo casamento, não mais perde o pátrio poder sobre os filhos do primeiro casamento; e finalmente, no que se refere aos bens reservados, permitindo-se agora os bens próprios da mulher que trabalha e que não se comunica necessàriamente ao marido.

O Centro da Mulher Brasileira, mais decidido em suas críticas, chegou inclusive a listar os artigos considerados *machistas* e contraditórios com a Constituição, que reza a total igualdade da mulher, encaminhando ao governo um abaixo-assinado sugerindo a modificação da redação de tais artigos. As sugestões colocam total igualdade entre os cônjuges, passando a decisão, em caso de divergência ao juiz, sempre em benefício da sociedade conjugal e dos filhos.

"Isso porque", dizem elas, "a mulher brasileira encontra-se no momento diante de um dilema: a participação lhe é solicitada a todo instante – como força de trabalho, como dona de casa, como mãe, como eleitora – mas a igualdade que lhe é assegurada pela Constituição lhe é retirada pelo Código Civil". E, sem a totalidade de seus direitos, como poderá ela ssumir todos os seus deveres?

(Rachel Moreno)

0156

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: O Fluminense
Data 4 / 2 / 77
Pág. —

Pasta n.º
N.º do recorte

SACERDOCIO PARA MULHERES

pria família e em particular no transmitir a fé aos seus filhos."

A mesma Introdução justifica ainda a publicação do documento, pelo fato de que "de alguns anos para cá, diversas Comunidades cristãs originadas da Reforma do século XVI ou que apareceram em épocas posteriores têm vindo a possibilitar que as mulheres tenham acesso a funções de cura pastoral, com o mesmo título que os homens... Ora, isto constitui, sem dúvida, um problema ecumênico acerca do qual a Igreja Católica deve dar a conhecer o seu modo de pensar."

POSIÇÃO DA IGREJA CATÓLICA

Aparece ela no último parágrafo da Introdução, com as seguintes palavras:

"... para execução de um mandato recebido do Santo Padre, e como eco da declaração que Ele próprio fez na Sua carta de ..... 30-11-75, a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé reputa ser seu dever recordar que a Igreja, por um motivo de fidelidade ao exemplo de seu Senhor, não se considera autorizada a admitir as mulheres à Ordenação sacerdotal; ademais, julga a mesma Congregação ser oportuno, na conjuntura atual, explicar esta posição da Igreja, o que talvez possa ser sentido pesarosamente, mas cujo valor positivo se manifestará a longo prazo, pois pode vir a ajudar a aprofundar a missão que cabe respectivamente ao homem e à mulher".

CONTEÚDO DA DECLARAÇÃO

Ao longo das 6 partes são analisados: "O fato da Tradição"; "A atitude de Cristo"; "A prática dos Apóstolos"; o "Valor permanente da atitude de Jesus e dos Apóstolos"; "O sacerdócio ministerial à luz do mistério de Cristo", finalizando com "O sacerdócio ministerial no mistério da Igreja".

Percorrendo cada um dos capítulos, encontrará o leitor toda uma série de referências bíblicas, patrísticas e outras, que lhe possibilitarão estudar e refletir sobre os principais e mais frequentes argumentos a favor e contra o sacerdócio ministerial para mulheres.

Na 5.a parte, o Documento conclui que "as controvérsias suscitadas em nossos dias acerca da ordenação da mulher constituem para todos os cristãos um insistente convite para aprofundarem o sentido do Episcopado e do Presbiterado e para redescobrirem a situação original do sacerdote na comunidade dos batizados..."

A última parte lembra que "seria desconhecer completamente a natureza do sacerdócio ministerial o considerá-lo como um direito: o Batismo não confere título algum pessoal para o ministério público na Igreja. O sacerdócio não é conferido para honra ou para simples vantagem daquele que o recebe; mas sim, para ser um serviço a Deus e à Igreja; ele constitui o objeto de uma vocação específica, totalmente gratuita (Jo 15,16)".

Entendendo que "as mulheres que formulam a sua petição em ordem ao sacerdócio ministerial são com certeza inspiradas pelo desejo de servir a Cristo e à Igreja", a Declaração volta a lembrar a grande afirmação cristã da igualdade dos batizados, "igualdade, porém, que não é identidade".

E como "a Igreja é um corpo diferenciado, onde cada um tem a sua função; as funções são distintas e não devem ser confundidas... a Santa Mãe Igreja auspicia que as mulheres cristãs tomem plena consciência da grandeza de sua missão: o seu papel será de capital importante nos dias de hoje, tanto para a renovação e humanização da sociedade, quanto para a redescoberta, entre os fiéis, da verdadeira face da Igreja."

Mod. B - 07 - 1256.11.218

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: MOVIMENTO
Data 05/02/1977
Pág. 7

Pasta n.º
N.º do recorte 0157

Fugindo das quatro paredes

As mulheres que participam do Movimento do Custo de Vida acham que, com isso, deixam de ser animais enjaulados, presos aos assuntos domésticos. Discutem os problemas do bairro, se integram nos trabalhos comunitários

Está grávida de nove meses, cuida da casa e dá aulas pela manhã. Domingo da semana passada esteve numa reunião com 110 moradores de um bairro da zona norte de São Paulo para discutir sobre a mulher operária. Segunda trabalhou na Pastoral do Mundo do Trabalho. Terça conversou sobre política: as eleições de 78. Na quarta alfabetizou moradores da zona sul. Quinta: coordenação de uma paróquia. Treinou alfabetizadores da periferia na sexta. Sábado reuniu-se com a Comissão do Movimento do Custo de Vida. E ontem dedicou o dia a discussões sobre a educação dos filhos no clube de mães.

Maria Clara tem 30 anos, os cabelos castanhos com alguns fios brancos e a agenda sempre lotada. Mora numa casa em construção, numa rua sem calçamento. Participa há oito anos dos movimentos comunitários e acredita, junto com a maioria do pessoal, que todos os trabalhos devem estar integrados: alfabetização, custo de vida, transporte, saúde... Quando eram ligados às reivindicações específicas atingiam mais gente. Mas tinham possibilidades duvidosas de continuidade e exigiam muito para quem precisa racionar o tempo.

Houve resultados. Sempre restrito a áreas, como no caso das escolas. "Até 74 havia apenas uma para a Paróquia da Vila Remo que inclui 18 bairros. Fora isso só as escolas de emergência, improvisadas em garagens alugadas com os vencimentos dos próprios professores ou em barracos dos centros comunitários. Sem a mínima infra-estrutura, não permitiam um ensino eficaz. Os moradores se organizaram, foram a Assembléia Legislativa com um abaixo-assinado, expuseram dados obtidos num levantamento da situação. Fizeram exigências. Muitos deputados não admitiram que houvesse falta de escolas. Mas logo depois começaram a ser construídas 15, em toda a região."

A partir daí houve a integração das várias atividades. E os clubes de mães – 70 na zona sul, com uma média de 15 a 20 participantes cada um – passaram a desempenhar um papel preponderante. Porque, de uma forma geral, as mulheres garantem mais o o trabalho. Para cada dez que participam há um homem. Existem explicações simplistas: são elas que vão nas reuniões nas escolas, que fazem as compras e têm um contato cotidiano com o aumento dos preços. Os resultados, no entanto, segundo Maria Clara, vêm da forma de organização e da dinâmica instituída:

– "Os clubes fazem reuniões semanais, divididas em duas partes. Uma para trabalhos manuais: tricô, croché, corte e costura, bordado, pintura. Quem sabe ensina. Outra parte é dedicada à problemas gerais: orientação dos filhos, reivindicações do bairro, preços dos gêneros... Cada grupo de cinco ou seis clubes forma uma mini-coordenação que se reúne mensalmente. Como a coordenação geral que congrega de 20 a 23 clubes.

foto: Iolanda Huzak

Os métodos são vitais. Cada assunto é discutido entre todas as mães antes de ser encaminhado e levado a coordenação. Vai e volta diversas vezes num processo de aprofundamento e informação. "E, a medida que discutem, elas ampliam seus conhecimentos. As que ficam presas a assuntos específicos do clube não evoluem muito. Mas as outras, dentro desse conjunto de coisas, começam a ver a importância da participação. Inclusive como mulheres, levando em conta o fator discriminação. Deixam de ser animais enjaulados, presos a trabalhos domésticos, para participar das atividades da comunidade. Passam a ter uma visão de sociedade e, ao mesmo tempo, criam novas forças".

"Então caem as amarras. Uma mãe com quatro filhos arranja condições para fazer vários trabalhos. Em geral, eles são o argumento inicial que algumas usam para justificar a não-participação. É falso. E, nesse ponto, se discute muito a própria educação das crianças. Não adianta ficarem entre quatro paredes. A educação que vão adquirir será a soma do que aprendem na escola, vivem na rua e em casa, observam na tevê."

"As mães que fazem trabalhos de comunidade têm outro tipo de relação com os filhos. Falam mais com eles, discutem assuntos e são obrigadas a responder perguntas surpreendentes. Como a da filha de sete anos de uma delas: queria saber o que é política e o que significa o 1º de maio. As crianças assistem programas na tevê e relacionam com a nossa atuação. Comparam e notam as diferenças. Agem de uma forma mais madura, têm senso de organização até para criar um time de futebol como o que fizeram aqui. Andaram pelas ruas, de casa em casa, contratando amigos. Reuniram-se e agora falam até em fazer teatro, aproveitando o grupo".

berdades democráticas, da independência nacional e da elevação do padrão de vida dos trabalhadores. Leia, assine e divulgue Movimento; em defesa dos li-

Os clubes de mães foram organizados com a Igreja. A possibilidade surgiu a partir do Concílio Vaticano Segundo, quando ela se comprometeu mais com a realidade e descobriu que o seu papel não é só preparar o homem para o céu. Mas também para a vida na terra. Desde 68 a Igreja da região sul de São Paulo teve muito estudos teóricos sobre essa ligação com o povo. O próprio povo exigiu a prática.

berdades democráticas, da independência nacional e da elevação do padrão de vida dos trabalhadores. Leia, assine e divulgue Movimento; em defesa dos li-

(I.A.)

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: MOVIMENTO
Data 05 / 02 / 1977
Pág. 6

Pasta n.º .....
N.º do recorte 0158.1

TRABALHADORES

O povo contra o custo de vida

Um movimento que empolga a periferia de São Paulo

Licinio Azevedo

Doze homens e 11 mulheres – a maioria entre 30 e 40 anos, trabalhadores – encontraram-se sábado à tarde num colégio no centro de São Paulo, comunicaram e discutiram a opinião dos moradores da periferia que estavam representando. Houve consenso: 12 de março foi marcado como data do lançamento oficial da campanha contra o aumento do custo de vida. Ela está sendo desenvolvida através de um abaixo assinado que pretende recolher 500 mil assinaturas para encaminhar ao Presidente da República, ministros e outras autoridades. No dia escolhido, um domingo, 10 mil pessoas, no mínimo, deverão se reunir em algum local da cidade e o Movimento do Custo de Vida promoverá sua própria oficialização.

O movimento, que organizou uma assembléia com 4 mil pessoas, teve início em 1976 e pretende ser reconhecido como entidade representativa. Com sede e uma comissão eleita para desempenhar funções de coordenação. Como? Através da divulgação e do reconhecimento de seu trabalho atual e do que já fez.

Em alguns bairros foi cumprida uma etapa, em outros está sendo, com o lançamento do abaixo-assinado por setor. Às vezes, com a participação de mais de 500 pessoas. Mas o grande passo será dado dia 12, quando os objetivos da campanha serão reafirmados publicamente: congelamento dos gêneros de primeira necessidade, aumento de salários maior do que o aumento do custo de vida, abono salarial imediato e sem descontos para todas as categorias de trabalhadores.

Filhos com fome, panela vazia

A campanha teve início em 1973, nos clubes de mãe da Paróquia da Vila Remo, zona sul de São Paulo. Elas discutiam problemas variados – transporte, saude, alimentação – e concluiram que tudo se resumia num item: custo de vida. Pensaram numa carta para autoridades e a idéia foi logo assumida por toda a região.

Na época faltava feijão. E, na opinião de uma das mulheres, "o mais doido é quando a gente sabe que os filhos estão com fome e não tem o que pôr na panela". O texto de 30 linhas baseou-se nisso e na denúncia de que o preço dos gêneros é muito mais alto nos bairros afastados. O deputado Freitas Nobre se encarregou de encaminhar as cópias assinadas pelas "mães da periferia".

Os resultados iniciais limitaram-se à divulgação na imprensa e ao aproveitamento da carta na campanha eleitoral de 74. Mas o trabalho continuou através de uma grande pesquisa sugerida pelos moradores em julho de 75. Feita entre eles, para descobrir o que comiam e o que deveriam comer.

Setenta clubes de mães saíram à rua, de casa em casa, com 2 mil formulários para serem preenchidos e depois tabulados. Não houve problemas, todos queriam participar. Muitas donas de casa chegavam a pedir formulários extras para entregarem a vizinhos ausentes.

Os dados foram surpreendentes. Soube-se que o trabalhador da periferia ganha, em média, um salário mínimo e meio. Com isso a mulher e o filho mais velho também são obrigados a procurar emprego, aumentando a renda familiar para pouco mais de três salários. Dos Cr$ 1.688,00 mensais que entravam numa dessas casas, em 1975, Cr$ 992,00 eram gastos em alimentação. Com o resto deveria ser pago aluguel, prestações da casa ou terreno, roupa, condução, remédios, material escolar, luz e água. De acordo com cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, para cobrir despesas com a alimentação de uma família de quatro pessoas, o operário deveria trabalhar 262 horas por mês, em 1965. Em 1976 já era obrigado a trabalhar 546 horas e 33 minutos para isso: 18 horas e 13 minutos por dia.

No dia 16 de novembro, logo após a pesquisa, foi feita uma reunião dos representantes dos bairros que participaram do trabalho. Surgiu a idéia de marcar uma grande assembléia de moradores. Em 20 de junho do ano seguinte, 1976, 40 ônibus e dezenas de outros veículos transportaram 4 mil pessoas de toda a cidade – a maioria mulheres – até o Colégio Santa Maria, na antiga Estrada da Campininha. Era a realização da proposta.

Uma carta com 18.500 assinaturas, enviada dias antes a várias autoridades, foi lida no início e serviu de base para a assembléia. Os participantes tinham até preparado perguntas para o Governador Paulo Egydio, um dos convidados. Entre outras: "Se você ganhasse salário mínimo, o que faria? E morando onde eu moro, o que faria"? O Governador mandou um telegrama agradecendo o convite. Não compareceu.

O debate saiu de qualquer maneira, com alguns políticos presentes, com representantes da Igreja. E 24 trabalhadores e donas-de-casa aproveitaram o tempo de um minuto para relatar histórias que ilustram as diferenças entre seus salários e necessidades. Uma delas: "Quando casei, há três anos, pensei que o preço dos terrenos não fosse subir tanto e deixei para depois. Comprei móveis. O tempo passou, minha mulher trabalha em emprego que não gostn para ajudar nas despesas, nossos filhos ficam com os outros. No fim-de-semana a gente está tão cansado que não pode dar carinho para eles. Com os dois salários não dá para comprar a casa e o aluguel de dois cômodos está em Cr$ 700,00. Assim a gente fica num dilema: se pagar aluguel não come, se comer não paga aluguel. Como é que a gente faz"?

No final da reunião de três horas surgiram propostas que foram encampadas, agora, pelo abaixo-assinado. E outras, como a sugestão para o Governo implantar centrais de abastecimento nos bairros. Baratearia o preço dos produtos mais consumidos.

A falta de resultados objetivos logo após a assembléia levou à descrença. O movimento praticamente dissolveu-se. Faltaram fórmulas de continuidade, não foi organizada a cobrança das propostas. A discussão voltou a ficar restrita aos clubes de mães. O que fazer? Até que 80 representantes de 18 bairros na Paróquia da Vila Remo se reuniram, no começo de 77, com a idéia de aprofundar os estudos.

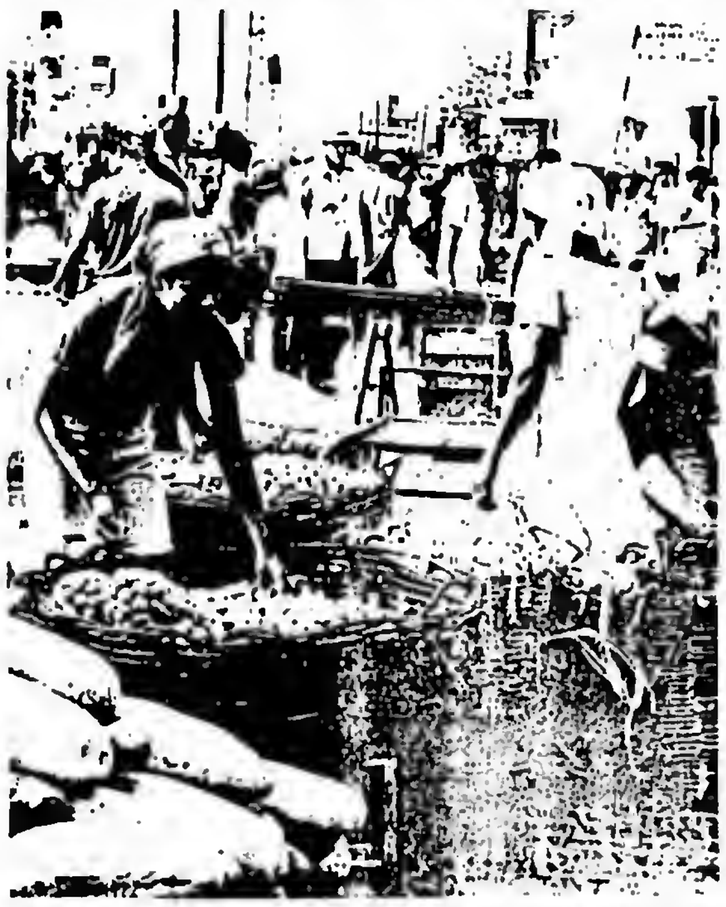


foto: Iolanda Huzak

Com isso começou a organização num nível mais amplo. Usando o mesmo esquema de regiões e setores da Igreja em São Paulo, ligando o trabalho do custo de vida a várias outras atividades. Porque, apesar de tudo, muita [illegible] ainda cobrava novas atitudes. In[illegible] na discussão. Não houve resultad[illegible] político-econômicos mas alguma coi[illegible]ficou. No dia 5 de agosto do ano passad[illegible] 700 delegados de comunidade se enc[illegible]aram no Colégio Arquidiocesano. Cri[illegible]am uma coordenação geral, represent[illegible]iva, com cerca de 40 integrantes.

A tarefa principal era en[illegible]inhar as decisões tomadas nessa [illegible]va Assembléia. Ampliação do m[illegible]nto com a participação de represent[illegible] de todas as regiões da Grande S[illegible]polo, elaboração do abaixo-assinado [illegible]niões setoriais e regionais, um dia d[illegible] a contra a carestia e uma grande a[illegible]bléia do Movimento do Custo de Vi[illegible]ndo está sendo feito.

Discussão nas b[illegible]s: o mais importante

Nesse último período o movimento estendeu-se por vários bairros que não havia alcançado. Os moradores organizaram reuniões por ruas, sempre em pequenos grupos para facilitar o debate. Ampliaram o círculo, aos poucos, convidando vizinhos. Com o cre[illegible]mento foram organizando lança[illegible]tos do abaixo-assinado em igreja[illegible] comunitários. Às vezes, com [illegible] de teatro e shows music[illegible]is [illegible] pela de Socorro – região de [illegible] –, no domingo 23 de janeir[illegible] pessoas, dez padres e p[illegible] a leitura do texto, assinatu[illegible] músicas de Roberto Ca[illegible] Vandré e Luiz Gonzaga.

Também começam a surg[illegible] núcleos em outras cidades e Estados. Campinas, Piracicaba, Nova Iguaçu, Belo Horizonte, Vitória e Salvador, onde, ao contrário de São Paulo, o movimento iniciou do centro para a periferia.

Com o tempo, por outro l[illegible] algumas entidades que faziam parte [illegible]ordenação, e não tinham represen[illegible]o de base, terminaram se afastan[illegible] A falta desse tipo de trabalho esvaz[illegible] o sentido da participação. Outra dificuldade que o movimento enfrenta vem da sua própria dinâmica de trabalho: discutir e rediscutir, com todos os moradores, tudo o que chega ou sai da coordenadoria, para que as propostas sejam sempre de decisão popular. Causa demoras e desgaste. Precisaram de um prazo longo demais para tirar uma única edição de um pequeno boletim. Cada artigo foi discutido e modificado vários vezes nas bases.

Algo semelhante aconteceu com o primeiro texto do abaixo-assin[illegible]. Já estava sendo distribuído em [illegible]embro do ano passado, tinha 9 mil assinaturas, quando foi recolhido para novos debates. Um grupo julgava que, por usar uma linguagem extremamente popular, não teria a adesão de setores intelectuais e da classe média. Se assinassem seria apenas por solidariedade. "E isso não interessa", segundo integrantes da coordenadoria. O texto foi reformulado e redistribuído este ano. Das 7 mil copias tiradas, 5 mil já estão na rua.

O feijão no teatro

Nas assembléias os moradores da periferia debatem o andamento dos trabalhos, o abaixo-assinado. E animam a discussão com espetáculos de música e teatro apresentados por grupos de trabalhadores. O da Vila Remo é um desses grupos.

Eles se reuniram e começaram a passar suas experiências pessoais para o papel: a dificuldade de transporte, a fila do INPS, o trabalho na fábrica e em casa. Depois de alguns dias tinham o texto final da primeira peça do grupo de Teatro da Vila Remo, recém criado – a vida de um casal operário da periferia de São Paulo. Autores: jovens operários e comerciários.

Isso aconteceu há três anos, para reforçar a parte cultural da Pastoral Operária, considerada fraca na época. De lá para cá o grupo cresceu e solidificou-se. De um núcleo fixo inicial de cinco pessoas, passou a ter 17 participantes. Já criou e apresentou várias peças curtas sobre assuntos específicos, datas – eleições, 1º de maio, natal – e uma outra peça longa sobre a escassez do feijão. Sempre em função do público da periferia – de 100 a 200 pessoas por espetáculo – que paga um ingresso de Cr$ 3,00.

O cenário é o mais simples possível, os locais improvisados: pode ser uma igreja, um centro comunitário, um sindicato. Na peça sobre a vida do casal havia apenas uma mesa e duas cadeiras para as cenas no interior da casa. Para as do ônibus, por exemplo, foi necessário outro artifício, além de uma cadeira para o ator que fazia o papel de motorista. Os passageiros ficavam em pé, representando o movimento do veículo com expressão corporal.

Depois desse trabalho o grupo da Vila Remo apresentou um texto de Dias Gomes antes de voltar à criação coletiva com As Aventuras de João Feijão. Essa peça – no seu sexto mês de apresentação – está sendo usada para a discussão do aumento do custo de vida. E deverá ser assumida pelo movimento. Mostra a trajetória do feijão do campo até o consumidor, na cidade, onde chega por um alto preço depois de passar pelos intermediários. É baseada em estudos e pesquisas feitas em jornais. Dissecca todo o processo numa linguagem simples e acessível. Incentiva o debate com o público, feito no final. E, em geral, ele relaciona o que viu com sua própria realidade. Dá exemplos, sugestões.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: MOVIMENTO
Data 05/02/1978
Pág. 9

Pasta n.º
N.º do recorte 0159

CONGRESSO DA MULHER METALÚRGICA

As mulheres e o sindicato

No último dia do Congresso da Mulher Metalúrgica elas discutiram a sua participação no sindicato. E apresentaram as conclusões do encontro

O Iº Encontro da Mulher Metalúrgica, patrocinado pelo Sindicato das Metalúrgicas na área de São Bernardo do Campo e Diadema, região da Grande São Paulo, nos dias 21 e 28 de janeiro, constitui-se num dos marcos nas lutas das mulheres nos últimos anos. Sobre este acontecimento, cobrindo o primeiro dia do Congresso, Movimento publicou o artigo de capa de sua última edição (nº 136, de 30.1.78). Aqui apresentamos as conclusões e o último dia do Congresso.

O tema escolhido para debates no segundo e último dia (28) do Iº Encontro da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema, "A Mulher e o Sindicato", se resumiu praticamente a seguinte questão: o sindicato deve ou não ter um departamento feminino? O presidente do Sindicato, Luiz Inácio da Silva, ao fazer a palestra de abertura do segundo dia de debates procurou deixar clara sua opinião a respeito do assunto: um departamento feminino aumentaria a discriminação que existe entre homens e mulheres. E repetiu o que havia dito no primeiro dia do Congresso: "Os problemas do trabalhador são comuns, quer use saias ou não".

Nos grupos de discussão formados logo após o discurso de Luís Inácio, porém, nem todas concordavam com seus pontos de vista. Um departamento feminino, diziam, facilitaria a integração da mulher ao sindicato, da qual está muito distanciada em parte porque a diretoria é só de homens. Paralelamente também foram encaminhadas propostas para a formação de *comissões de fábrica*, por setor; cursos de leis trabalhistas promovidos pelo sindicato; uma página do jornal dedicada ao problema da mulher; e campanha de sindicalização, com delegadas tiradas no próprio Congresso.

Porém as discussões em torno do assunto ficaram incompletas e as poucas conclusões acabaram diluídas sob a formulação vaga de uma "comissão aberta" que, junto à diretoria do sindicato objetivará analisar a melhor forma de integrar a participação das trabalhadoras nas atividades sindicais. A partir dali, porém, diversas metalúrgicas já se apresentaram para fazer parte da comissão e algumas até tomaram a iniciativa de marcar o dia da primeira reunião com o objetivo de discutir a continuidade do Congresso na prática.

O documento final

"Reunidas na Sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema, as participantes do 1º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema, nos dias 21 e 28 de janeiro de 1978, refletiram sobre sua condição de trabalhadoras e chegaram às seguintes conclusões:

a) a crescente participação do emprego da mulher nas empresas de São Bernardo do Campo e Diadema esconde um fenômeno de rebaixamento geral dos salários pagos, já que as mulheres vêm sendo remuneradas em níveis inferiores aos dos homens. O salário de 50% dos trabalhadores masculinos é o dobro do salário recebido por 50% das trabalhadoras;

b) a baixa remuneração das trabalhadoras, ao obrigar a que muitas mulheres passem a trabalhar para completar o orçamento familiar muitas vezes serve para justificar a baixa remuneração da mulher já que seu salário é considerado como remuneração meramente complementar para o sustento da família; c) Aspectos referentes aos horários, férias, descanso semanal, ausência de garantias de emprego e garantias sindicais, mostram que os problemas levantados em congressos anteriores da categoria são atuais também para a mulher trabalhadora.

Não há como negar a existência de problemas específicos, quais sejam: tratamento discriminatório das defias, exigências vexatórias por parte das empresas no uso dos sanitários, inadequação das creches e dos vestiários, inexistência de locais adequados para as refeições;

d) no atual estágio de organização da sociedade brasileira, a condição feminina lhes impõe, além da árdua jornada diária na fábrica o desempenho de um sem número de tarefas domésticas. Frente a essas considerações, definem para si e para os demais trabalhadores os seguintes pontos que devem ser sua plataforma de luta imediata:

I – como trabalhadoras, são contingente de um agrupamento maior que é o conjunto dos operários. Identificam como comuns todas as lutas dos trabalhadores, reafirmando as conquistas já tomadas nos Iº e IIº Congressos dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema;

II – como trabalhadoras, como parte de um agrupamento específico dentro de todo o operariado e com reivindicações básicas que devem ser assumidas por todos os trabalhadores, quais sejam:

1) Igualdade de remuneração entre trabalho feminino e masculino, sem discriminação da cor e idade;

2) Melhoria das condições gerais de trabalho para todos os operários, adequando-as à presença da mulher na fábrica;

3) Condições sociais que permitam a realização da mulher no trabalho, sem prejuízo de sua vida familiar. Dentre essas salienta-se a existência de equipamento social básico, como creches, escolas-parques, em condições de serem efetivamente utilizados bem como iniciativas que levem a reduzir o tempo dispendido com atividades domésticas.

III – Temos conhecimento da iniciativa do Ministério do Trabalho visando a alteração dos dispositivos de legislação que regula o trabalho feminino, principalmente no que se refere ao trabalho noturno. Diante das condições atuais de exploração da classe trabalhadora, e, das dificuldades de atuação do Sindicato em defesa dos interesses da categoria, nos opomos à essas alterações, considerando que:

1) essas medidas redundariam numa redução generalizada de salários.

2) o trabalho noturno das mulheres significa ampliar e agravar as péssimas condições de trabalho que imperam nas fábricas.

IV – Criação de uma comissão que, junto à Diretoria do Sindicato, objetivará analisar a melhor forma de integrar a participação das companheiras trabalhadoras nas atividades sindicais."

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: O SÃO PAULO
Data 5-11/02/1977
Pág.
Pasta n.°
N.° do recorte 0160

A mulher na Igreja

IR. M. STELLA S. COELHO

A missão da Igreja deve ser assumida co-responsavelmente por todo o povo de Deus — homens e mulheres. A doutrina do Concílio Vaticano II e a teologia nos falam disso.

Mas esta co-responsabilidade é efetiva? A mulher **participa plenamente, em igualdade fundamental** e com toda a riqueza de suas qualidades, da vida e do apostolado da Igreja?

Em 1971, o documento do SINODO DOS BISPOS sobre a JUSTIÇA no MUNDO dizia: "Insistimos (...) para que as mulheres tenham a sua parte de responsabilidade e de participação na vida comunitária da sociedade e também da Igreja".

No entanto, para se chegar a esta afirmação, houve antes outras propostas que não foram aceitas como uma das emendas que chegou a ser impressa na primeira edição da votação e abolida na segunda (6-11-71): "que as mulheres tenham uma parte de responsabilidade e uma participação IGUAIS às dos homens na vida social e na Igreja".

O que significa IGUALDADE de participação e de responsabilidade. O que é (ou seria) a "**parte própria**" (ou específica) de participação e de responsabilidade da mulher na sociedade e na Igreja?

Comecemos pela IGUALDADE. O Concílio Vaticano II afirmou: "Dotados de alma racional e criados à imagem e semelhança de Deus, todos os homens têm a mesma natureza e a mesma origem: redimidos por Cristo, todos gozam da mesma vocação e destinação divina: deve-se portanto, reconhecer cada vez mais a **igualdade fundamental** de todos". (GS 29). E acrescenta, ainda: "Na verdade, nem todos os homens se equiparam na capacidade etc. (...) Contudo qualquer forma de discriminação nos direitos fundamentais da pessoa, seja ela social ou cultural, ou funde-se no sexo raça, cor, condição social, língua ou religião deve ser superada e eliminada, porque contrária ao plano de Deus". (GS 29).

Parece-nos que o Sínodo dos Bispos de 71 mantém firme o princípio de **igualdade fundamental** de homens e mulheres, conforme o ensinamento do Concílio. Mas por que então se recusa a afirmar a igualdade de responsabilidade e de participação de homens e mulheres na vida social e na Igreja? Mais ainda: parece-nos que admite esta participação e responsabilidade na vida social mas não ousa afirmar a mesma coisa com respeito à Igreja. Por isto sugere que o assunto seja estudado através de uma Comissão.

De fato essa COMISSÃO DE ESTUDO SOBRE O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE E NA IGREJA é criada a 3 de maio de 1973.

Antes de sua criação, porém, a Secretaria de Estado do Vaticano estabeleceu um "memorandum" (junho de 1973) em que eram "bem definidos os limites do estudo que lhe seria confiado, a fim de evitar uma impostação inexata que poderia ser fonte de confusão e de vãs ilusões". E o mesmo item 3 do "memorandum" continua: Segundo esta perspectiva dever-se-á ter presente: a) a diversidade das funções...

b) a necessidade de esclarecer e de valorizar o papel da mulher na sociedade, sem contudo estendê-lo ao ponto de fazê-la perceber seu caráter específico;

c) a oportunidade de definir melhor o papel da mulher na sociedade, de modo tal que se possa facilmente e melhor valorizar sua tarefa na Igreja. Desde o início da pesquisa **deve ser excluída a possibilidade da sagrada ordenação da mulher**".

O item 4 diz: "O estudo do papel da mulher na Igreja deverá levar em consideração as várias possibilidades de chegar a área de suas responsabilidades e atribuições fundando-se:

a) sobre o fato de que o Batismo e a confirmação constituem, por si mesmos, as bases sacramentais essenciais para que seja conferida aos leigos — homens e mulheres — a plenitude de sua vocação cristã e, com isto, o direito de participar enquanto leigos, do apostolado hierárquico da Igreja. É justamente por esta razão que **não é necessário** conferir à mulher **as ordens sagradas.**

A valorização da tarefa da mulher na Igreja pode sem dúvida acontecer dentro do quadro de sua posição de leiga batizada e crismada, com a ascensão à responsabilidade de grau elevado; por exemplo, **fazendo-a** participar da direção de uma organização católica ou de outras instituições pastorais da Igreja (...)

b) sobre a possibilidade, para a mulher que o deseja, de uma participação oficial ao ministério mediante o alargamento dos "ministérios" accessíveis e adaptados às mulheres, sempre levando em conta sua específica função". (SEDOC — out. 1973-65).

Por este "memorandum" preparatório dos trabalhos da Comissão de Estudo sobre o papel da Mulher na Sociedade e na Igreja" podemos já perceber a posição da Igreja, quanto ao assunto.

Muitos passos foram dados. Muito se escreveu sobre o assunto. Hoje queremos considerar somente um dos ângulos da questão:

Quais seriam estes ministérios accessíveis e adaptados as mulheres?

A teologia atual esforça-se por obter uma melhor compreensão teológica e eclesial dos ministérios.

O **ministério eclesiástico** define-se, não tanto pela idéia de HIERARCHIA (primazia, poder, dominação santa) como pela DIAKONIA (serviço).

Tenta-se, hoje passar de uma teologia **do ministério** para uma teologia **dos ministérios** que reconhece e estimula todas as formas de **diaconia** que o Espírito suscita na Igreja. Nesta perspectiva, mesmo reconhecendo a função de coordenação e direção que o episcopado e, em nível subordinado, o presbiterato exercem, deve-se ressaltar que os outros ministérios (sejam eles proféticos, catequéticos, litúrgicos, de assistência aos doentes, de serviço ao mundo, etc.) não são pura e simplesmente uma "suplência", ou uma colaboração subalterna e secundária do "único" ministério sacerdotal (ou hierárquico), mas são — cada um deles — um ministério insubstituível, suscitado pelo Espírito, dotado de dignidade e de significação própria, que a hierarquia da Igreja deve coordenar e valorizar no serviço do bem comum.

Assim devem ser compreendidos os ministérios confiados às mulheres. O importante é que ele não se reduza a um ministério subordinado, subalterno, puramente de execução, sem verdadeira responsabilidade e poder de decisão. Se os únicos ministérios instituídos confiados às mulheres servissem para confirmar que a mulher é vista numa situação de inferioridade, de incapacidade, de puro instrumento de auxílio para o homem seria melhor não haver ministérios cofiados as mulheres.

E falamos em **ministérios confiados às mulheres** e não em ministérios femininos, propositalmente. Um novo ministério "especial" separado de antemão, só para as mulheres, redundará facilmente em discriminação ou a reforçaria.

O que desejamos é que se faculte às mulheres como aos homens a assunção daqueles ministérios para os quais já estão preparados(as).

Na realidade, o que vemos é que muitas mulheres já exercem responsabilidades sem ter ot ítulo; ou suportam a fadiga e os riscos, sem que pelo menos tenham o reconhecimento do que fazem. Para constatar isto basta um exemplo: o número bem grande de Religiosas que, por este Brasil afora, já assumem paróquias sem Padre. Aí elas fazem de tudo, exceto a Celebração da Missa e o atendimento em Confissão... E há fatos curiosos que acontecem: num desses locais um simples homem do povo me disse: "Eu gosto muito mais da "Missa" da Irmã; o Padre vem aqui sempre com tanta pressa". Ora, aquele pobre sacerdote tinha que, uma vez por mês passar por um grande número de paróquias e capelas para celebrar a Missa e renovar as Santas Espécies e não tinha mesmo tempo e nem disposição (depois de ter atendido muitas Confissões) para celebrar a Missa com a calma necessária.

Sabemos que ainda não chegou a hora da admissão da mulher ao presbiterato católico. Reconhecemos que o problema teológico ainda não está maduro. Independentemente do problema teológico, razões psico-sociológica se pastorais dificultam a abertura do sacerdócio ministerial à mulher.

Muitas mudanças de mentalidade e de estrutura deverão verificar-se na Igreja Católica antes que ta labertura seja possível e conveniente. Por parte de alguns membros dahierarquia, Bispos e Padres, marcados por uma tradição teológica pouco favorável à mulher e por uma formação pedagógica da qual a mulher foi totalmente excluída, manifestam-se ainda em atitudes que limitam e impedem a participação feminina na vida eclesial.

Como já disse anteriormente muitos passos foram dados, muita coisa tem sido feita. Bispos e Padres já começam a pensar seriamente no assunto. Não podemos ser pessimistas. A história caminha lentamente, mas avança...

Quanto a nós, MULHERES, é **urgente** estarmos realmente convencidas da grave importância da participação da mulher nos vários campos do apostolado da Igreja e que o ato de **participar** não deve ser sinônimo de colaborar, ajudar, obedecer passivamente mas significa reconhecer à mulher o dever de **marcar presença** com vez e voto com inteligência e vontade, com amor e dedicação, nas várias fases do planejamento e nas etapas da realização da vida do povo de Deus.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: MOVIMENTO
Data 07/03/1977
Pág. 17

Pasta n.º
N.º do recorte 0101

LITERATURA INFANTIL

A criança num mundo adulto

"É preciso caracterizar a literatura infantil como produzida quase que só pelo *adulto branco*". Entrevista com Fúlvia Rosemberg, psicóloga e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas

Mirna Pinsky

Este ano, entre 307 lançamentos de livros anunciados pelas editoras nacionais, apenas 23 são de livros infantis. E se a literatura infantil vem se mostrando raquítica em sua trajetória gestação-consumidor, no que tange à pesquisa sua situação não é melhor. A Fundação Carlos Chargas, em convênio com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, vem patrocinando uma das raras tentativas de sistematizar o estudo da literatura infanto-juvenil brasileira.

Em pesquisas feitas no exterior, o tratamento dado às minorias raciais e aos papéis sexuais tem preocupado os pesquisadores, que vêem o livro como agente do processo de **socialização da criança. Esses são também temas do estudo que a Fundação Carlos Chargas vem fazendo. Fulvia Rosemberg, psicóloga e pesquisadora da Fundação fala à Movimento** dos estereotipos da literatura infantil, e dos efeitos sobre seus leitores.

Autora de "La famille dans les livres pour enfants" e co-autora de "Le Théatre pour enfants", Fulvia Rosemberg vem apresentando trabalhos em congressos ligados à produção para crianças. Na última reunião da SBPC em 1976, em Brasília, participou da mesa redonda "Educação como forma de Colonialismo", com a comunicação "Educação: Para quem?" que procurou situar a criança no bojo de uma sociedade centrada no poder do adulto e, portanto, à sua mercê.

Movimento: Você poderia avaliar, numa panorâmica, a nossa literatura infanto-juvenil?

Fulvia: É difícil abordar, em poucas palavras, um assunto tão amplo.O que eu posso te dizer é que as insuficiências detetadas nesse campo podem ser consideradas, em parte, como um reflexo da ausência de uma política *explícita* e *coerente* que coordene a ação nessa área. No Brasil, não se sabe *quem* produz o *que, com que meios, para quem* e *com quais resultados*. Na área da difusão, por exemplo, que tipo de formação seria aconselhável para os bibliotecários e professores, elos poderosos da corrente de divulgação da livro infantil? Ou qual o sistema mais eficiente de difusão bibliotecária? Quanto à recepção, não houve preocupação sistemática em situar, em termos de grupos geográficos, culturais, sociais, etc., as camadas da população infantil menos atingidas pelo livro e muito menos suas necessidades e aspirações em matéria de leitura.

M: As pesquisas de conteúdo de literatura infanto-juvenil têm se verticalizado em dois pontos: o tratamento dado às minorias étnicas e racionais e os papéis sexuais. Você poderia nos adiantar algumas observações da sua pesquisa a respeito?

Discriminação para crianças

F: Em primeiro lugar, é preciso caracterizar a literatura infanto-juvenil como sendo produzida, quase que exclusivamente, pelo *adulto branco*. A conotação de *adulto* eu posso desenvolver depois; quanto ao *branco*, isto significa que o mundo em que se passa a história, quer latente, quer explícito, é sempre o mundo dos ...cos, onde as outras etnias não têm lugar. Há, é bem verdade, tentativas de "corrigir", a distorção. Mas é necessário manter-se vigilante mesmo neste caso.

Veja: existe um caminho que consiste em produzir livros que pretendem "vender" as outras etnias, calcando sempre em seu exotismo. É corrigir um erro com outro, porque a finalidade, que seria a de tornar natural para a criança os membros de outros grupos, acaba sendo deturpada: esses grupos ficam mais distanciados.

Na literatura infanto-juvenil brasileira, os grupos mais discriminados são o negro e o mestiço. O negro, quando não sofre um tratamento paternalista (o negro velho contador de histórias) é o vilão, malvado. Às vezes há mais preconceito na ilustração do que no próprio texto. Por exemplo, o texto de "História do Brasil para Crianças" de V. Correa diz que Frei Caneca foi condenado à força. Desta frase, o ilustrador criou a seguinte imagem: um padre com feições absolutamente angeliciais prestes a ser enforcado por um negro com um jeito de fascinora... Outros escritores também muito conhecidos como o Vovô Felício escorregaram no racismo.

Veja, por exemplo, o seu livro "As Aves e suas Histórias", co-patrocinado pelo INL, onde se explica a cor negra do urubu como um castigo por sua desonestidade. E o próprio Érico Veríssimo em seu "As Aventuras do Avião Vermelho" onde se lê: "O Chefão – *um negro com cara de macaco* – botou três aviadores na palma da mão. (...) – "Chocolate fale africano com eles. Diga que nós somos filhos da Lua." Chocolate compreendia o plano. Começou a falar africano. *Dava pulos e gritava: "Balabão – gum – bamba – bum! (...) Chocolate* pensou um pouco. Depois repetiu para Fernando, *em língua de gente*, o que o chefe negro tinha dito".

M: A mulher é outro grupo pouco privilegiado na literatura infanto-juvenil, certo?

F: Se a década de sessenta, por inspiração dos movimentos norte-americanos em favor do negro, conheceu uma explosão de estudos a respeito, aos anos 70, influenciados pelos movimentos feministas, vem conhecendo um recrudescimento de interesse sobre os papéis sexuais. E, atualmente, quase todo ensaio sobre a socialização dos sexos aponta a influência do livro. Porque, veja: tomando como exemplo o meu papel de mulher adulta, posso dizer que ele é fruto não só do que me foi ensinado através de reforços e punições, mas também de como eu vi minha mãe, minha professora, Narizinho, Jane Fonda e as meninas de Mme. de Ségur etc. se comportando. E as inúmeras pesquisas feitas em todo o mundo, mesmo nos países culturalmente mais avançados, demostram que os livros infanto-juvenis transmitem, de um modo geral, modelos sexuais estereotipados. Os personagens femininos são mumericamente inferiores aos masculinos; geralmente são representados (quando adultas) entre quatro paredes, enquanto que os masculinos adultos são representados fora; as mulheres geralmente se dedicam a atividades domésticas ou atividades profissionais pouco valorizadas e são mais passivas do que os homens. O papel em que a mulher é mais glorificada é o de mãe. E quando o papel principal da mulher é o de profissional, geralmente ela é uma chata.

Então, se a gente admitir o postulado da influência da leitura nos comportamentos, as literaturas infanto-juvenil, através do seu conteúdo está, no mínimo, reforçando padrões inadaptados de papéis sexuais.

Criança, projeto de adulto

M: Em suma, a literatura infanto-juvenil, mesmo que de lazer, educa. E quem é essa criança que ela educa? e pra que ela educa?

F: O livro infantil é um dos instrumentos de que o adulto se serve para exercer o seu poder de educador, numa sociedade pensada e construída em torno de vários núcleos de privilegio e poder. Entre os diversos privilegiados está o próprio adulto, (enquanto comparado ao "imaturo") Na nossa sociedade, a não ser no plano afetivo, a relação adulto-criança é sempre desigual, o adulto funcionando como emissor, aquele que ensina e a criança como receptor, aquele que aprende. Aquele que aprende a ser adulto.

Na sociedade-centrada-no-adulto, a criança é um vir a ser: uma promessa. Assim, alguns encaram a educação como uma humanização da criança: a infância (ou animalidade) é uma etapa a ser ultrapassada para se chegar ao paradigma adulto (humanidade). Nesse caso, o educador não se relaciona com a criança concreta, mas com os adulto futuro. Outros encaram o vir a ser da criança de outra forma: enquanto promessa, a criança reune as potencialidades que o educador, enquanto adulto, não realizou. Nesse caso, ocorre a projeção, na criança, dos ideais adultos não atingidos pela sociedade.

No entanto, essa concepção idealizadora da infância, ao invés de chegar a sociedade-centrada-no adulto (que corrompe e domestica a infância) prefere criar o mito e proteger essa infância, isolando-a da sociedade, recolocando-a no seu meio ideal, a natureza.

M: Mas há também a forma passadista de encarar a criança.

F: Exatamente. Quando se procura apreender o contexto histórico do que é escrito para a criança particularmente em livros e teatro, a impressão é de que o contemporâneo é descrito como sendo o atual de antigamente. Objetos, roupas, situações e sentimentos provavelmente equivalentes à infancia dos autores são ressuscitados com datas atuais.

M: E se eu te pedisse para propor uma quarta atitude para com a criança, uma atitude de respeito, que nem a agredisse, nem a protegesse artificialmente, nem a utilizasse como móvel nostálgico. Seria viável?

F: Nós vivemos um mundo em que todos, e mesmo a psicologia, valorizam o pensamento lógico, realista e técnico como a única ou a mais perfeita forma de busca da verdade.

Acho que a relação adulto-criança poderia ser igualitária se houvesse, em algum tempo e em algum lugar, um questionamento destes valores que prestigiam, diria mesmo, loucamente, a tecnologia. Seria imprescindível que as faixas etárias (crianças e velhos) não produtivas economicamente fossem tão valorizadas quanto a faixa etária engajada na produção.

Wolff, por exemplo, mostra que em algumas sociedades primitivas, o adulto do sexo masculino adota um modo particular de pensamento místico, quando toma parte em manifestações sociais e em rituais públicos; mas que seu modo de pensar é racional e, em certo sentido, operatório, quando se dedica à caça ou à construção. Acredito, então, que possam existir soluções culturais que aceitem e valorizem manifestações várias do pensamento simbólico.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: MOVIMENTO
Data 12/03/1977
Pág. 17

Pasta n.º
N.º do recorte 262

Mulher não entra

O presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Roberto Cardoso Alves (MDB), impediu que ali se realizassem as comemorações do Dia Internacional da Mulher

Equivocado, mal informado e malfocado o fato fala por si só.

Ao se aproximar o Dia Internacional da Mulher – 8 de março – grupos Femininos e mulheres que trabalham pela comunidade municipal fizeram ofício à Presidência da Câmara Municipal de São Paulo, pedindo cessão do auditório para ali ser comemorado essa data.

Sua Excia. encaminhou o nosso requerimento à Diretoria Administrativa que é quem cuida por força de ofício de instruir o processo e preparar o despacho.

Essa assessoria deve ter preparado o despacho, valendo-se do art. 3 das Disposições Preliminares, que diz: "na sede da Câmara não se realizarão atos estranhos a sua função, sem prévia autorização da mesa, sendo vedada sua cessão para atos não oficiais".

Pelo menos esta foi a alegação verbal, recebida através da Diretoria Administrativa.

Foi aí que ao saber da negativa do pedido pelo Sr. Diretor Geral, Dr. Neif Gabriel, pudemos dialogar e com argumentos sólidos e robustos convencemos sua Senhoria aceitar a idéia de uma revisão de despacho.

O pedido de revisão de despacho foi simples e objetivo:

1º) Que a Conferência do Ano Internacional da Mulher foi organizada pela Organização das Nações Unidas. Realizada na Cidade do México, todos os paises membros se fizeram representar em nível governamental.

2º) O resultado prático desta "Conferência do Ano Internacional da Mulher" foi a aprovação do "Plano Mundial de Ação" que projetou o Ano Internacional da Mulher, para a década da Mulher.

3º) Que estávamos no segundo ano da década da Mulher, e que desejávamos comemorar oficialmente na Sede da Câmara Municipal de São Paulo, visto ser a sede da Cidade de São Paulo, a casa da Comunidade Municipal.

Embora o Sr. Diretor Geral tenha aceitado o pedido de consideração que tornava claro e evidente ser o "dia oficial", S. Excia. resolveu se ater ao parágrafo 3º.

Esqueceu-se o Sr. Presidente de consultar ou procurar ver o que o Regimento interno dizia no seu capitulo IV – Do Presidente – manter a ordem dos trabalhos, interpretar e fazer cumprir o regimento interno – e um dispositivo que diz: "despachar requerimentos verbais ou escritos, processos e demais papéis submetidos a sua apreciação".

S. Excia. esqueceu-se também dos diversos apelos públicos feitos até mesmo pelo Sr. Presidente da República, quando antes das eleições de novembro, fez o apelo à participação da mulher na vida pública.

Quando em outro pronunciamento S. Excia. afirmou serem as mulheres e os jovens as forças do mundo moderno.

Esqueceu-se também quando das eleições municipais o Departamento jovem do MDB fez apelo aos grupos e mulheres que trabalham pela Comunidade que fossem dar depoimento de seus trabalhos, a fim de auxiliar com suas experiências as candidatas vereadoras e os próprios vereadores?

Esqueceu-se também que da oportunidade do passamento da ilustre e digna mulher Dra. Berta Lutz, o departamento jovem do seu partido homenageou-a e todos os grupos femininos e mulheres que trabalham pela comunidade, compareceram, independentementes da legenda Arena ou MDB.

Será que S. Excia. desconhece que a Mulher é fonte de vida, transmissora de valores e que ela anseia por uma sociedade mais justa, mais humana, mais cristã, mais democrática?

Que a mulher é força dinâmica e que no mundo atual somos 50% da população do globo e no Brasil 60% e a maioria jovens?

Seria bom meditar no seguinte: a história conduz os que querem e arrasta aos que a ela se opõem.

Terezinha Godoy Zerbine

(São Paulo - SP)

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: [illegible]
Data [illegible]
Pág. .....

Pasta n.º .....
N.º do recorte .....

Região de Guaianazes terá 8 minicreches

A Prefeitura vai iniciar até o final deste ano a construção de oito minicreches em Guaianazes, na zona Leste da cidade, que funcionarão pelo sistema de rede indireta da Coordenadoria do Bem-Estar Social. Os prédios serão instalados pelo município e a sua administração ficará a cargo de entidades sociais particulares, mediante convênios de assistência técnica e financeira a serem assinados com a Prefeitura.

As minicreches atenderão crianças com até três anos de idade, em regime de semi-internato, beneficiando famílias residentes nas zonas periféricas, por serem as áreas mais carentes de assistência à infância.

Cada minicreche terá capacidade para atender 50 crianças. Inicialmente o plano previa 150 vagas para cada creche; contudo, esse número foi diminuido, para possibilitar a criação de uma rede mais ampla de unidades, que venha a cobrir as necessidades das áreas periféricas. Além disso, as minicreches oferecem melhores condições para a entrega de sua administração a entidades sociais locais.

ASSISTÊNCIA

A Cobes presta três tipos de serviços de assistência à infância através das redes direta, indireta e particular. A rede indireta, composta de 17 creches construidas pelo município, é administrada por entidades particulares de assistência social, mediante convênio assinado com a Prefeitura. A rede direta conta atualmente três creches construidas e mantidas pela Prefeitura, além de uma unidade adaptada; finalmente, a rede particular é a que apresenta maior número de unidades, com um total de 54, pertencentes a entidades particulares que mantêm acordo de asistência com a Prefeitura. Paralelamente a essas creches, outras 9, também particulares, recebem assistência técnica sistemática, embora sem convênio firmado com o município.

ATIVIDADES

A diferença entre os três tipos de serviços prestados pela Cobes se refere apenas a aspectos administrativos, uma vez que a programação básica é desenvolvida indistintamente, tanto na rede direta, como indireta ou particular.

A assistência técnica oferecida às redes indireta e particular é dada por equipes multidisciplinares, formadas por pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, orientadores musicais e enfermeiras, que desenvolvem atividades não apenas junto à criança, mas também à família e à comunidade.

A assistência financeira prestada às creches é feita através de um auxílio mensal "per capita" no valor de Cr$ 319,00 correspondente a 50 por cento do salário base pago por 70 por cento das crianças atendidas no mês até o limite de capacidade estabelecido pela unidade.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: O SÃO PAULO
Data 19-25/03/1977
Pág. 5

Pasta n.º
N.º do recorte 0167

EDUQUE UMA CRIANÇA E DEDUZA DO IR

Você pode dar uma bolsa de estudos uma criança pobre e deduzir essa importância do seu imposto de renda. Para isso, deve procurar o Conselho de Amparo ao Menor Escolar, um organismo que funciona junto ao Juizado de Menores da capital, criado por uma portaria em 1968.

As finalidades do CAME: promover condições para que os menores carentes de recursos possam estudar; promover a concessão de bolsas de estudo para esses menores; elaborar estudos e pesquisas sobre a situação do menor que estuda e trabalha.

Ao criar o CAME o Juizado de Menores teve em vista o amparo do menor através de uma atuação preventiva. É muito comum encontrar-se menores deliquentes, soltos na rua, sem qualquer escolaridade. E a deliquência começa quando o menor não tem o que fazer. Muitas familias descuram da educação dos filhos por falta de recursos. Daí o CAME vindo preencher uma lacuna importante.

Do relatorio de 1975/1976 do Conselho de Amparo ao Menor Escolar, publicado pelo Juizado da Vara de Menores da Capital consta o seguinte: "Procedemos, não faz muito, ao levantamento estatístico de 1392 casos de menores que infringiram a lei com a prática de atos anti sociais. O que dele se verificou vem confirmar o acerto que há no dispendio de nossos esforços em favor da instrução do menor. Os de curso primário ocupam o primeiro lugar na pauta das infrações sociais. E a tendencia é a de cada vez subir mais. Os que chegam ao ginasial, tiveram, de início, participação expressiva; mas logo caíram em desânimo digno de observação técnico científica. Analfabetos também aparecem em número [illegible]. Já os de curso secundário e profissional revelam índices mínimos, relativamente muito baixos".

O relatório continúa, afirmando que a melhor maneira de diminuir a criminalidade do menor é dar-lhe escola, dar-lhe o que fazer.

OS NÚMEROS

O atendimento do CAME foi iniciado em 1966, quando foram amparados 269 menores. Em 1967 o número cresceu para 1063. 1968: 1066. Já no ano seguinte foi para 1476. Em 1970 foram atendidos 2.535 menores. 1971: 2.898 menores. 1972: 3.621. 1973: 5.166. 1974: 5.229. Em 1975 os menores atendidos foram 5.203. Em 1976 o atendimento foi de 5.270.

Diz o relatorio do CAME: "O número alcançado em 75/76 já é significativo, mas ainda não basta. É por assim sentir que o Conselho de Amparo ao Menor Escolar, visando a ampliação de sua faixa de atendimento, vem mantendo contatos com as Secretarias de Educação do Estado e do Município, no sentido de garantir aos menores por nós atendidos as necessárias vagas nos colégios oficiais, casos em que nos comprometemos a fornecer aos contemplados os respectivos livros e material escolar indispensaveis ao desenvolvimento dos seus cursos. Com isso, os recursos obtidos pelo Conselho serão preferencialmente empregados na aquisição de livros e material escolar, ao invés de servirem para pagamento de bolsas de estudo em estabelecimentos particulares. Até porque essa orientação possibilita o atendimento de um maior número de menores necessitados de estudo".

OS RECURSOS

Pela portaria que o criou, o Conselho de Amparo ao Menor Escolar deve retirar a sua receita da seguinte forma: a) contribuição expontânea, em dinheiro ou espécie, de pessoas fisicas e jurídicas de direito privado; b) juros de depósitos ou de operações de crédito do próprio Conselho; c) quaisquer outras receitas que legalmente possam ser incorporados ao Conselho de Amparo ao Menor Escolar.

O amparo ao menor carente de recursos deveria ser de inteira responsabilidade dos governos. Estamos, no entanto, numa situação de fato: o crescimento da deliquencia infantil cresce assustadoramente. É preciso fazer algo para dter esse crescimento. Se isso depender do particular — de você que nos está lendo — porque, portanto, não ajudar? Além disso, você estará deduzindo a importância que destina a esse fim do seu Imposto de Renda. Dessa forma, o governo colabora para que você o ajude a resolver esse problema, muito sério.

INSCRIÇÕES

As famílias carentes de recursos que desejarem inscrever seus filhos no CAME devem procurar os seguintes endereços: Centro: rua Apeninos, 687; Casa Verde: rua Jaboatão, 131; Zona Leste: rua Gabriela Mistral, 636: Zona Oeste: rua Inácia Pereira da Rocha, 147; Santana: rua Leite de Moraes, 88; Santo Amaro; rua Cons. Elias Zarzur, 20; Vila Maria: rua Amambi, 1643; Vila Prudente: rua do Orfanato, 420.

Os pedidos para bolsas de estudo são rigorosamente estudados e só são atendidos os casos de real carencia econômica da família. Outro dado importante: as bolsas de estudo são canceladas no caso do menor ser reprovado. O material de estudo — os livros — são devolvidos no final do ano para serem emprestados a outros menores. E o dr. Arthur de Oliveira Costa, Juiz da Vara de Menores de São Paulo, conta que "é impressionante como os menores cuidam dos livros" e diz, ainda, "que os livros escolares são devolvidos em excelente estado de conservação".

Ação: colaborar com o CAME

É preciso fazer algumas considerações sobre o problema do menor abandonado, menor esse que, quase sempre, acaba na deliquência. A atitude da Vara de Menores de São Paulo, criando o Conselho de Amparo ao Menor Escolar, é digna de elogios . Mas os números atestam que o que se está fazendo é uma gota d'água dentro do problema enorme, terrivel, assustador que é o do menor abandonado.

Alguns dados: um milhão e meio de crianças abandonadas em São Paulo. Dados de O Globo, de julho de 77. Outra informação, esta do dr. Mario Altenfelder secretario de Promoção Social (Folha de São Paulo, outubro de 1975): três milhões de menores abandonados no Estado de São Paulo.

Depois do conhecimento destes dados, é maior a certeza — dolorosa e aflitiva — de que o Conselho de Amaparo ao Menor Escolar está fazendo um trabalho que deve ser feito, mas que é pequeno demais em face da monstruosidade do problema.

A ação preventiva, nos parece, é o que deve ser feito, paralelamente a outras atitudes que o governo deve e pode tomar. O problema é complexo, difícil, espinhoso, doloroso. Poderiamos desfiar adjetivos durante dez minutos. Mas a ação preventiva — esse trabalho do Conselho de Amparo ao Menor — tem que ser tocado para a frente. Compete a nós, conscientes de que a coisa é séria, colaborar, ajudando a enfrentar o problema.

Uma ação imediata, de cada um de nós, contribuiria para diminuir o problema, O que seria, essa ação? Telefonar, já, para o Juizado de Menores, falar com d. Mirna, dizer que quer contribuir com uma bolsa de estudos. Comunique isso ao seu pai, ao seu irmão, ao seu amigo, ao seu colega de escritorio, ao seu vizinho. Diga da importância do assunto, conte, historie, informe, discuta, convença. Cada um dos dos seus amigos deve também partir para a ação. Juntos, vamos formar uma corrente, no sentido de contribuir para que a essa gota d'água se somem outras gotas. Vamos encher um balde com gotas d'água. Vamos juntar muitos baldes. Vamos juntar as nossas forças e contribuir para que o CAME possa prestar um serviço efetivo, maior — muito maior — do que aquele que está fazendo. É preciso, urgentemente, transformar, com a nossa ação imediata, em um grande trabalho essa iniciativa do Conselho de Amparo ao Menor Escolar.

Afinal, não estamos na Campanha da Fraternidade?

Parta n.º
N.º do recorte
Jornal: MANCHETE
Data 22/10/1977
Pág. 6

O próximo passo: trabalho noturno para as mulheres

Por que os empregadores, de uma hora para outra, passaram a utilizar em larga escala o trabalho feminino?

O artigo 379 da Consolidação das Leis do Trabalho, que proíbe à mulher o trabalho noturno, será um dos próximos a ser modificado, como parte da reforma que o Ministério do Trabalho pretende introduzir na CLT. Segundo deu a entender o ministro Arnaldo Prieto, em sucessivas entrevistas à imprensa, será permitido à mulher trabalhar até a meia-noite e em casos especiais, cumprir o turno completo de trabalho noturno, que vai das 10 da noite até as 5 horas da manhã seguinte.

A questão, no entanto, parece menos simples, tendo recebido nos últimos dias críticas e, ao mesmo tempo, elogios de diversos setores trabalhistas. Para a advogada carioca Comba Marques Porto, do Centro Brasileiro da Mulher, a atual legislação protege apenas na aparência a mulher trabalhadora. "Na verdade – diz – essa legislação dificulta o acesso da mulher ao mercado de trabalho, colocando-a em desvantagem frente à mão-de-obra masculina".

Na sua opinião também, a mudança que se anuncia viria apenas regularizar uma situação que já existe: "Boa parte das mulheres que trabalham já aceitam o trabalho noturno, em maior ou menor escala, mesmo contra as disposições legais; só que, nesses casos, deixam de ser registradas e perdem os benefícios a que têm direito".

Já para a Tribuna Metalúrgica, órgão do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, a questão do trabalho noturno das mulheres se coloca de outra forma. O jornal começa perguntando: por que os empregadores de uma hora para outra passaram a utilizar em larga escala o trabalho feminino? E conclui que é porque a mulher se sujeita a ganhar salários inferiores aos do homem. Além disso pode produzir mais, pois raramente questiona o preço e as condições de trabalho oferecidas pelos patrões.

O jornal afirma que há hoje 12 mil mulheres trabalhando no setor metalúrgico de São Bernardo e Diadema, equivalente a 10% da categoria profissional, e conclui dizendo que "elas, por certo, estão muito mais interessadas na melhoria de seus salários e na melhoria das condições de trabalho do que na reformulação das leis que a protegem".

Embora defendendo a liberação do trabalho da mulher, a advogada Comba Marques reconhece que isso vem favorecendo os empregadores, "pois é de seu interesse ter uma mão-de-obra de salário inferior, menos reivindicativa e mais dócil". E lembra que essas mudanças ocorrem historicamente em épocas de crise, quando se torna "necessário" aumentar a força de trabalho disponível para que caia sua remuneração.

Pela atual CLT, a mulher sofre outras restrições como, por exemplo, a de executar trabalhos insalubres. Mas, quanto a isso, a advogada entende que, em vez de se eliminar as restrições às mulheres, o certo seria estendê-las também aos homens. No caso do trabalho noturno, ela não vê como se poderia reivindicar a proibição também para os homens. "O que é preciso, porém, é que uns e outros tenham condições de trabalho dignas de um ser humano".

Em Belo Horizonte, o presidente do Sindicato dos Tecelões, onde 70% dos 7.500 associados são mulheres, já disse que é contra a liberação do trabalho feminino à noite. José do Espírito Santo acha que as mulheres não têm condições de arcar com os problemas de saúde que o trabalho noturno acarreta. "Além disso – acrescenta –, depois de trabalharem à noite, as mulheres não vão deixar os afazeres da casa, o que significa que vão trabalhar muito mais".

A opinião da maioria das tecelãs de Belo Horizonte, segundo José do Espírito Santo, é contrária à mudança, havendo já nas fábricas apreensão quanto à possível transferência de turno de trabalho. (LRC)

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: O SÃO PAULO
Data 26/03 10/04/1977
Pág. 9
Pasta n.º
N.º do recorte 0166

ZONA NORTE: UM RETRATO SEM RETOQUE DA PERIFERIA

A realidade é bem triste, e pode ser comprovada por qualquer um que se propuser a deixar sua sala com chão acarpetado, ar condicionado e mesa de imbuia: mudam as administrações, os planos, muda o tempo e com ele as gerações, mas a periferia de São Paulo permanece a mesma. Seus problemas são lembrados de quatro em quatro anos, quando os candidatos a cargos políticos entopetam de promessas o ingênuo eleitorado que, por sua vez, se encarrega de passar adiante, na base do boca a boca, as promessas feitas. E vota confiante. Novamente se esgota o ciclo de quatro anos, e os problemas permanecem.

Um exemplo como tantos outros: a zona Norte, dividida geograficamente pela Prefeitura em dez distritos e subdistritos (Santana, Casa Verde, Tremembé, Tucuruvi, Vila Maria etc...).

Nessa região residem cerca de 3 milhões de paulistanos, ocupando uma vasta área que se estende para o Norte e para o Nordeste do núcleo urbano de São Paulo.

Enquanto cresciam, estes chamados bairros setentrionais do além-Tietê viram deteriorar-se a sua estrutura física e a social. O centro urbano foi se expandindo, surgiu a Grande São Paulo, mas não houve adequação, por parte dos poderes públicos, nas áreas que dia-a-dia recebiam — como recebem — mais e mais moradores.

UM CENÁRIO DESOLADOR

De um modo geral, os problemas que afetam a região Norte são os mesmos que se verificam em toda a Grande São Paulo. Porém as respostas simples e diretas dos seus moradores a algumas indagações, acentuam certas deficiências: "escolas? só as particulares"; "água? só na olaria, depois de enfrentar filas imensas".

É lógico que essa não é a situação de Santana ou de Vila Maria, por exemplo, que já são núcleos cujo crescimento se processa há alguns anos. Contudo, quanto mais o distanciamento da Estação Santana do metrô, mais as falhas aparecem.

Tanto isto é verdade que as ligações de rua e os estudos para canalização de córregos, projetados durante a gestão de Paulo Maluf, e que deveriam enfrentar desde as inundações registradas no Tremembé, até os surtos epidêmicos no Jardim Brasil, ainda são um sonho.

Segundo José Alves, presidente do plenário das SABs — Sociedades Amigos de Bairros da zona Norte, "miséria, sujeira e córregos poluídos servem de cenário aos nossos quase 3 milhões de habitantes, dos quais mais de 500 mil sequer dispõem de instalações sanitárias".

O que se tem de concreto até agora quanto às providências exigidas pela área no setor de saneamento básico, é que o "próprio prefeito mostrou-se surpreso com as condições de alguns bairros, onde, entre outras deficiências, 1754 km. de córregos poluídos aguardam canalização".

Até mesmo Santana, que apresenta uma infra-estrutura urbana e social menos deplorável, enfrenta graves problemas no setor saneamento: apenas 14% de seus domicílios contam com serviços de coleta de lixo, e a rede de esgotos serve a pouco mais de 60% dos seus moradores.

E as ruas e avenidas do Jardim Brasil não estão, com certeza, incluídas naqueles 40% que, dizem, estão pavimentados. Suas ruas não têm calçamento e nos buracos formam-se pequenas poças de água de esgoto, expondo a população aos perigos de epidemias.

Há outro detalhe: quando chove, a água da chuva se mistura com a água do esgoto, invadindo as casas. Segundo dados oficiais (pesquisa Emplasa), grande parte da população local se utiliza de fossas negras, jogando as águas servidas nos rios. E existe também os 6% que não têm nem mesmo a fossa negra. Este quadro deixa nítida a ameaça que pesa sobre toda a população.

LIXO AO INVÉS DO VERDE

Também desde a gestão de Maluf, cerca de 490 mil habitantes aguardam instalação elétrica. E mesmo os planos do prefeito Olavo Setúbal quanto à construção de 30 km. de galerias pluviais já estão ultrapassados, já que em 1975 previa-se o mínimo em torno de 7 mil km desse tipo de benfeitoria.

E por falar no prefeito Setúbal, em seu primeiro dia de governo ele anunciou que "iria utilizar recursos maciços para implantar grandes áreas verdes na periferia, transformando-a em imensos parques". Hoje a periférica zona Norte está, mais do que nunca, se assemelhando a um enorme depósito de lixo, que é queimado a céu aberto, e em cuja concentração se abrigam indigentes.

E o transporte coletivo vai bem mal, obrigado. Em quatro anos (1970-1974) as viagens aumentaram 98% e a capacidade das ruas apenas 14%. Inútil lembrar a implantação do metrô, porque as zonas mais atingidas ainda não são — e talvez só sejam daqui a cem anos — servidas pelo moderno transporte de massa, menina dos olhos do todo poderoso Plínio Assman, presidente da Companhia do Metropolitano.

O problema do transporte coletivo é, realmente, um dos mais sérios daqueles enfrentados pela população local, visto que a área serve de abrigo a trabalhadores pobres, que se deslocam até o centro de São Paulo para conseguir os recursos com os quais comprará alimentos e pagará seu aluguel.

Outro problema se situa na área do ensino. Às escolas públicas faltam recursos, professores competentes e — pior ainda — faltam vagas. Um grande número de crianças em idade escolar estão nas ruas às soltas, brincando em riachos poluídos e a mercê de maus elementos. Há uma opção: matricular as crianças em escolas particulares. Mas dificilmente o trabalhador conta com recursos para tanto.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: O São Paulo
Data 26/03 - 1/04 / 1977
Pág. 9

Pasta n.º
N.º do recorte 0166.1

D. Joel e a importância das comunidades de base

A região Norte, enquanto episcopal, compreende a Casa Verde (nove paróquias); Mandaqui (sete paróquias); Santana (dez paróquias); Tremembé (cinco paróquias); Tucuruvi (dez paróquias); Vila Maria (seis paróquias); e Vila Guilherme (sete paróquias).

Uma das maiores preocupações de d. Joel Ivo Catapan, responsável pela episcopal Norte — ele é licenciado e doutorado em teologia dogmática e o coordenador geral da Pastoral da Juventude — é satisfazer as necessidades humanas dos grupos comunitários da sua região, ajudando-os e trabalhando no sentido de poder lhes oferecer o centro comunitário, a casa de oração, de reflexão, o centro de assistência aos pobres, o local para o encontro.

"A própria Campanha da Fraternidade — diz d. Joel — tem como objetivo este ano dar maior atenção aos núcleos da Igreja que estão em formação na periferia, bem como dar o máximo apoio financeiro para ajudá-los a comprar em seus terrenos e erguerem suas moradias, ainda que simples".

Para concretizar seus planos, d. Joel acredita na força dos leigos que, segundo ele, são muito atuantes ali, trabalhando principalmente nos grupos de reflexão e grupos de base:

"Temos também a catequese nas escolas oficiais da Prefeitura e do Estado. A maioria do professorado é leiga, mas trabalha em perfeita sintonia conosco. Há também a CROP — Coordenadoria Regional de Obras de Promoção Humana, onde há praticamente apenas assistentes sociais leigos, mas que se fazem presentes através das obras sociais que, até certo ponto, são motivo de orgulho para a região Norte".

D. Joel explica que esses trabalhos sociais são feitos sobretudo com as lideranças das paróquias, incluindo cursos para os clubes de mães, orientação para o voluntariado que exerce atividades sociais nas paróquias, etc.. Nestas promoções constam cursos de datilografia, de corte e costura e de artesanato, "de maneira a orientar aqueles que estão desempregados".

AUXÍLIO GRUPAL

D. Joel conta que ele é ajudado no seu trabalho de bispo auxiliar de São Paulo pelos seus colaboradores de setores, pelos líderes dos movimentos e pelos líderes de equipes de trabalho:

"A região está dividida em sete setores, cada qual com o seu respectivo coordenador. Este, por sua vez, tem uma média que vai de cinco a dez paróquias. Eu me reúno com eles duas vezes por mês, para tratarmos de assuntos exclusivamente referentes à pastoral. Temos ainda um conselho geral de presbíteros, com os quais são discutidos assuntos relativos ao clero, aos sacerdotes, trabalhos de manutenção, humanos ou espirituais, as finanças, o tema das vocações, etc.".

No plano setorial, conforme explica d. Joel, dificilmente há reuniões entre os coordenadores. Conforme ficou claro, os padres responsáveis pelos setores caminham numa intercomunicação bastante espontânea, ou seja, não há uma divisão estanque.

UM TRABALHO CONTINUO

Mas há um detalhe que entristece d. Joel. Ele lamenta a maneira pela qual se desenvolveram certas regiões:

"Jardim São Paulo e Santana, por exemplo, acabaram por ter menos abertura para a Igreja. Ou uma abertura menos acolhedora, ao passo que, na periferia, o nosso trabalho se desenvolve com maior rapidez".

Mesmo assim d. Joel reconhece que certos setores, como o da Casa Verde, que não é dos mais pobres, dá uma grande assistência à Pastoral da Família.

O setor Tremembé-Mandaqui se preocupa mais com a Pastoral da Periferia, atendendo às necessidades que se fazem mais urgentes.

Quanto ao programa elaborado pela Arquidiocese, referente às quatro prioridades, d. Joel não se esquiva das suas responsabilidades, e admite que alguns trabalhos ainda não deram bons resultados, não atingindo o rendimento ideal:

"O Mundo do Trabalho e a Pastoral dos Direitos Humanos, como é do conhecimento de todos, não dão uma certa dificuldade no que se refere à organização, mas eles já estão encaminhados, já existem, embora de forma bastante modesta. Pretendemos trabalhar neste sentido de forma mais ativa".

SEMENTES DAS COMUNIDADES

Quanto à questão das comunidades de base, d. Joel acredita que "as discussões com os coordenadores de setores já permitiram uma certa organização. Está havendo uma relativa facilidade para o trabalho com as comunidades eclesiais de base, e com a Pastoral da Periferia. As comunidades eclesiais de base já constituem de longa data, em prioridade para a região Norte. É quase espontâneo que, onde não há igrejas, se formem núcleos de oração, de reflexão, de trabalho comunitário".

"Esses núcleos — continua d. Joel — são como sementes das comunidades de base e, inclusive, já temos algumas bem expressivas, como a comunidade de Vila Rosa e a de São Marcos. A Pastoral da Periferia também recebe uma grande atenção, já que nos limites da cidade encontram-se muitas favelas, onde se concentram pessoas sem qualquer recurso humano, principalmente na Serra da Cantareira".

PASTORAL DA JUVENTUDE

Paralelamente a este trabalho, d. Joel orienta e coordena a Pastoral da Juventude, Vocacional e dos Adolescentes. Esta divisão resulta do interesse e da preocupação que tem o bispo auxiliar de São Paulo para a região Norte em assistir todos os cristãos, nas mais variadas faixas etárias. Ele explica sobre como se processa a organização dessa Pastoral:

"Os retiros de dois ou três dias são anteriores à minha chegada. Eles existem separadamente, tanto para moças quanto para rapazes. Quando eles voltam desses retiros, tornam-se os pregadores ou incentivadores dos grupos de base das suas paróquias".

"Além desse trabalho — que é de âmbito nacional — temos uma outra experiência também muito interessante, que é a da Escola Cristã. Sua finalidade é preparar jovens para que eles possam dar um atendimento mais eficaz aos seus grupos de base. Já na Pastoral Vocacional, criamos uma equipe regional e um programa que consiste em convocar agentes de pastoral vocacional dos diversos setores".

D. Joel explica que esses agentes trabalham junto aos CCVs — Cursos de Conscientização Vocacional, dando assistência aos rapazes e moças que estão buscando resposta e se têm vocação sacerdotal, religiosa, missionária:

"Em terceiro lugar, a Pastoral dos Adolescentes, que é a continuação da antiga JCM — Juventude Cristã em Marcha. Neste sentido temos uma equipe regional, por sua vez contando com equipes setoriais que preparam os animadores dos grupos de adolescentes nas paróquias. A Pastoral dos Adolescentes é uma organização paralela à Pastoral da Juventude, e abrange os jovens entre 14 e 16 anos".

Ainda com referência à sua própria pastoral, d. Joel cita a assistência dada aos institutos penais, que são de três tipos: a casa de detenção (que abriga mais de 6 mil presos, quando a capacidade é para 2.300), onde estão aqueles que aguardam sentença; a penitenciária masculina (cerca de 1 mil presos) e a feminina (150 presas); e ainda as prisões políticas, onde a presença da Igreja se faz menos frequente.

"Nós temos contato com todos eles — diz d. Joel — embora ainda de forma bastante modesta".

OBJETIVOS ATUAIS

Os planos de d. Joel para este ano remetem principalmente à descentralização da Escola de Evangelização e à criação de outras, no setor de Vila Maria:

"Acredito que esta é a melhor solução: escolas de evangelização em nível setorial e, principalmente, portas abertas para os animadores de comunidades eclesiais de base, de núcleos de reflexão, os catequistas, enfim, os agentes da pastoral em geral".

A segunda observação feita por d. Joel é referente ao trabalho com os padres: "pretendemos um encontro mensal com o clero, tornando nossa comunicação mais frequente".

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: OESP
Data 24/04/1977
Pág. 31
Pasta n.º
N.º do recorte 0167

Creches atendem a menos de 10 por cento da demanda

p 31

FSP CP 28/4/77

Do sucursal do RIO

Menos de dez por cento das crianças que se candidatam a um lugar numa creche no Brasil conseguem a vaga pretendida. As crianças mais prejudicadas são as provenientes das camadas mais desfavorecidas — o chamado quarto estrato e, por esta razão, mais necessitadas de cuidados especiais na faixa pré-escolar. Mas mesmo para as crianças de classe média das grandes cidades, como o Rio e São Paulo, onde o poder aquisitivo é maior e existe um maior número de mulheres trabalhando, é difícil conseguir um lugar numa creche.

Essas são algumas das conclusões do Departamento de Serviço Social da Legião Brasileira de Assistência, que está analisando o problema da guarda das crianças em todo o País para montagem do "projeto casulo", destinado à formação de creches de baixo custo para atendimento de crianças das camadas mais carentes na faixa etária de zero a seis anos e ao desenvolvimento simultâneo de atividades de promoção familiar. As assistentes sociais da LBA comprovaram que a guarda das crianças é um problema sério, especialmente nas capitais menores, que não contam com uma rede de organizações sociais como ocorre nas grandes metrópoles, como Rio ou São Paulo. Nessas duas cidades, por exemplo, embora a guarda de criança constitua uma dificuldade muito grande, as mães ainda dispõem de mais opções do que em cidades como Maceió, Natal ou Aracaju.

Observaram técnicos da Legião Brasileira de Assistência que, no processo de marginalização social que vem ocorrendo como reflexo do desenvolvimento desequilibrado que o País experimenta, as crianças são as mais prejudicadas com a falta de satisfação de suas necessidades básicas, que acarretarão graves consequências futuras.

Os assistentes sociais da LBA explicam que a marginalização social caracteriza-se como um fenômeno decorrente da urbanização acelerada e desordenada. Porém, "não se trata de um fenômeno gerado autonomamente pelo meio urbano, mas antes, de um agravamento das condições de marginalização preexistentes no meio rural e que, através das migrações, são trazidas para os centros urbanos. A fixação nos centros urbanos das populações pobres oriundas do meio rural e sua não-assimilação pelo sistema urbano é que gera o fenômeno da marginalização social, que atinge em especial as crianças".

Estudos demonstram que existe uma relação causal entre o baixo nível de renda familiar e a incidência de menores em estado de abandono e de marginalização social. Portanto, as crianças pertencentes a estas famílias apresentam carências em vários aspectos, tanto físicos como psíquicos, conduzindo a uma inadaptação social, que as levam a se tornar menores marginalizados, abandonados de fato ou de direito, apresentando problemas de comportamento, medicância ou deliquência.

Ficou evidente, no estudo efetuado pela LBA, que ao número de mães que trabalham não há correspondência de equipamento comunitário para atender os seus filhos durante a jornada de trabalho, embora por lei as empresas sejam obrigadas a manter uma creche desde que possuam mais de cem empregadas trabalhando.

O problema da guarda dos filhos para as mulheres que trabalham é mais grave para as famílias de baixa renda, onde o afastamento da mãe sem o substitutivo adequado gera dificuldades de toda a ordem.

A observação tem mostrado que em muitas dessas famílias são os irmãos maiores — de 8 a 10 anos — que assumem as tarefas de cuidado da casa, alimentação e atendimento aos irmãos menores, de forma extremamente precária, enquanto as mães estão trabalhando fora.

Se os problemas decorrentes do não-atendimento das necessidades básicas prejudicam o desenvolvimento do indivíduo, "na faixa etária de 0 a 6 anos, este prejuízo se reveste de gravidade maior se considerarmos que nesta idade a criança é mais vulnerável à carência, advindo muitas vezes sequelas irreversíveis, dificultando ou impedindo que se torne um adulto com o uso pleno de suas capacidades e com dificuldade para desenvolver suas potencialidades".

A criança nesta faixa etária que não for atendida convenientemente quanto alimentação, higiene, profilaxia e tratamento de doenças se tornará um indivíduo subnutrido, propenso aos mais diversos tipos de doença, apático, e muitas vezes até um retardado mental.

Estudos têm mostrado que a mortalidade infantil seria altamente reduzida se nos seus primeiros anos a criança tivesse atendidas as suas necessidades biológicas. E, se assistidas, elas apresentarão mais tarde melhor aproveitamento escolar.

O não-atendimento nas faixas etárias pré-escolar e escolar trará, a médio e longo prazo, problemas mais sérios ligados à faixa da conduta e delinquência, atingindo de forma muito mais grave os menores marginalizados, concluem os técnicos da LBA ao fundamentar a criação de seu "projeto casulo".

Esse projeto visa implantar creches de baixo custo em todo o território nacional — 70 creches estão sendo instaladas em cidades do Rio Grande do Norte e Alagoas. Nessas creches, menores carenciados de zero a seis anos terão assistência médica e nutricional, além de recreação e início do aprendizado escolar para os maiores. A LBA cuidará ainda da sua legalização promovendo o registro civil de todas as crianças matriculadas nos casulos.

O custo total do projeto é de Cr$ 250 milhões. Mas a Legião dispõe de apenas Cr$ 19 milhões para iniciá-lo e criar mais 8.750 vagas em creches este ano. Sua primeira etapa atingirá os Estados do Ceará, Alagoas, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Até o momento já foram assinados convênios para a instalação de 40 creches no Rio Grande do Norte e trinta em Alagoas. Até o final do mês serão assinados convênios, no Ceará, para a criação de 50 creches.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: ...
Data 25 / 4 / 74
Pág. 5

Pasta n.º ...
N.º do recorte ...

Os segredos da pílula

Reunidos no Rio, quatro especialistas brasileiros explicaram por que se opõem ao controle da natalidade

Sob o patrocínio do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) e do Centro da Mulher Brasileira, realizou-se dia 12, no Teatro da Lagoa, no Rio, uma mesa-redonda para discutir o tema do controle da natalidade. Fizeram parte da mesa os médicos Gerson Rodrigues do Lago e Mário Victor de Assis Pacheco, o demógrafo Ricardo Tavares e a socióloga Moema Toscano, tendo comparecido cerca de oitenta jovens que participaram dos debates. O dr. Mario Victor A. Pacheco fez um resumo do debate para **Movimento**.

O dr. Gerson Rodrigues do Lago abordou o tema sob o aspecto dos efeitos nocivos das pílulas anticoncepcionais. Salientou especialmente que as doses, hoje consideradas mínimas, de esteróides não oferecem qualquer segurança para a usuária, pois fica sempre o perigo de inibirem a ovulação. Declarou que as doses mínimas têm efeito dez vezes superior às quantidades secretadas normalmente pelo ovário. "Ingeridas diáriamente - disse - conservam no sangue uma dose de substância suficiente para impedir que a hipófise estimule o ovário a produzir seus hormônios. Isso sem contar que impedem a postura mensal do óvulo a ser fecundado, resultando daí o seu efeito anticoncepcional". Assim, o risco que a mulher corre é ter seu ovário atrofiado, o que a leva à menopausa precoce". Quanto aos dispositivos intra-uterinos ou DIU, disse não considerá-los anticoncepcionais, pois seu mecanismo de ação é o aborto provocado no início da gravidez, logo que o ovo atinge a cavidade uterina.

Falou em seguida o demógrafo Ricardo Tavares, que criticou as teorias econômicas de Malthus. Destacou que Malthus, coincidentemente, integrava as classes dominantes da época, apavoradas com o desemprego causado inicialmente pela Revolução Industrial. Em sua opinião, não cabe aos governos estabelecer políticas de limitação ou ampliação da família. Denunciou a seguir que a Benfam está fracassando no Brasil e que essa organização jamais pretendeu baixar as taxas de natalidade - mas apenas induzir o governo brasileiro a adotar a política de controle da natalidade.

Representando o Centro Brasileiro da Mulher, a socióloga Moema Toscano lamentou que o corpo da mulher sirva de objeto para experimentadores que se proclamam médicos, economistas, sociólogos, etc.

A superpopulação não causa a fome e a miséria. A fome e a miséria é que causam a superpopulação

O quarto debatedor foi o médico Mario Victor de Assis Pacheco, que começou dizendo que o controle da natalidade só beneficia os fabricantes de anticoncepcionais, os aliados do neocolonialismo, os submissos à descriminação que têm como vítima exclusiva a mulher.

- O machismo internacional, científico e industrial, discrimina as mulheres, especialmente as não-brancas do Terceiro Mundo, entre as quais as brasileiras.

Colocou em confronto, a seguir, as principais teses defendidas pelos antinatalistas:

- Dizem eles que a superpopulação causa a fome e a miséria, mas nós, os natalistas, podemos afirmar extamente o contrário, isto é, a fome a miséria é que causam a superpopulação. Dizem também que estamos ameaçados de uma explosão demográfica, mas nós provamos o contrário: as taxas de natalidade no Brasil decresceram de 42,6 por mil em 1870 para 37,7 por mil em 1970. E essa involução, mesmo menor deve ser encarada como um fator de promoção do desenvolvimento.

O dr. Mário Victor condenou a seguir a Benfam, "que submete as mulheres brasileiras aos dispositivos intra-uterinos e às pílulas anticoncepcionais, que também podem provocar o aborto quando falham em evitar a gravidez" e afirmou que os excessos de populaação serão melhor combatidos com o desenvolvimento econômico, com uma justa repartição das riquezas. Negou também a tese de que o aumento da população brasileira provocará elevados índices de poluição do ambiente, dizendo que a poluição no Terceiro Mundo, inclusive no Brasil, resulta do subdesenvolvimento que nos é imposto por grupos internacionais.

Por que a pílula só para as mulheres? Porque os homens veriam seus testítulos se atrofiando.

Para ele, os antinatalistas podem ser divididos em três grupos: os que agem a soldo do capital estrangeiro; os que simplesmente repetem as teses superadas de Malthus, para quem as populações cresceriam em proporção geométrica enquanto a produção de alimentos aumentaria em proporção aritmética; e os desinformados, que ignoram os efeitos nocivos das pílulas e não percebem a impossibilidade de se supervisionar cientificamente uma campanha de controle da natalidade em um país onde não há médicos em 48% de seus municípios.

- No mesmo momento em que cientistas descobriram a síntese da pílula anticoncepcional para ser usada pelas mulheres - constituída dos hormônios esteróides, estrogênio e progestogênio -, foi descoberta a síntese da pílula masculina, constituída do hormônio esteróide testosterona. Mas, como se verificou que o uso continuado dessa pílula, que reduz o número de espermatozóides de 300 milhões por ejaculação para zero, produzia também a atrofia dos testículos, além da perda acentuada de potência, jamais se cogitou de lançá-la à venda. Assim, logo que percebesse a diminuição do volume de seus testículos ou um princípio de impotência, o homem deixaria de comprar a droga. Em outras palavras, a indústria farmacêutica não gastaria em cientistas, técnicos, matérias primas, máquinas e propaganda para produzir um medicamento que não seria comprado.

O dr. Mário Victor concluiu dizendo que a sorte do homem é poder apalpar e ver seus testículos, enquanto as mulheres, além de não poderem ver nem apalpar seu ovário, ainda são iludidas por uma menstruação artificial.

- Graças ao patriarcado científico e industrial, que jamais lançou à venda a pílula masculina, a mulher está impedida também de alternar o seu uso com o marido, o que evitaria, pelo menos, a atrofia dos ovários e testículos.

Concordando com Ricardo Tavares, o dr. Mário Victor disse que a Benfam jamais pensou em obter êxito na sua campanha de controle da natalidade por meio da distribuição em massa de pílulas anticoncepcionais e da aplicação dos abortivos DIU.

- Ela nada mais fez do que cumprir ordens da matriz, a International Planned Parenthood Federation, a fim de convencer o governo brasileiro a modificar sua posição contrária ao controle da natalidade, manifestada oficialmente na Conferência Mundial sobre População, realizada em Bucarest, em agosto de 1974, sob o patrocínio da ONU.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: ..... Pasta n.º .....
Data ..../..../.... N.º do recorte
Pág. .....

QUEM CUIDA DOS FILHOS, SE A MÃE TRABALHA ?

A creche é um direito das trabalhadoras garantido pela lei, mas poucas empresas respeitam

À medida que aumenta o número de mulheres que se integram à produção para somar alguns cruzeiros ao orçamento familiar, cresce um dos grandes entraves ao trabalho da mulher fora de casa: a creche. Muitas das disposições protecionistas ao trabalho da mulher, contidas na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho – não são cumpridas, como a que determina a instalação de creches em empresas com pelo menos 30 trabalhadoras com idade superior a 16 anos, a proibição da dispensa de mulheres grávidas ou a discriminação da mulher casada.

Segundo a CLT, se a empresa não tiver local apropriado para as crianças (1), poderá usar creches situadas perto da residência das empregadas. Existe também a opção de a empresa manter a creche através de convênio com outra entidade, pública ou privada.

Esta última solução é a mais adotada, mas geralmente as creches ficam longe das fábricas, o que obriga a mulher a sair bem cedo de casa com a criança, tomar uma ou mais conduções, perdendo assim várias horas. O mais comum, pela deficiência desse serviço, é a mulher trabalhadora recorrer a parentes, vizinhos ou aos chamados "depósitos de crianças", onde, através de quantia módica, mulheres se dispõe a cuidar dos filhos de outras, sem nenhum tipo de assistência especializada.

Um estudo preparado em 1976 através de convênio entre o Ministério do Trabalho, o SENAI e o SENAC sobre a "formação profissional da mulher trabalhadora no Brasil", revelava que, para 510 mil trabalhadores existentes na cidade do Rio de Janeiro, há apenas 90 creches ou 6.800 vagas, o que significa que "apenas 1,3% consegue ser atendida, calculando-se que exista uma criança entre 1 mês e 6 anos por mulher trabalhadora."

Os autores do estudo constataram que "a maioria das trabalhadoras sofre pressões econômicas fortes, a ponto de não sobrar a opção de trabalhar/não trabalhar. Somos levados a concluir, portanto, que a falta de infra-estrutura adequada obriga muitas mães a recorrer a soluções insatisfatórias".

A pouca atenção que os sindicatos dão ao problema também foi destacada: "Sabemos que ter onde deixar os filhos é tão essencial para a mulher quanto a assistência médica e as bolsas de estudo concedidas pelos sindicatos. Ao que se sabe, a omissão desses órgãos de classe em relação ao fornecimento de serviços de creches pelas empresas é total: não estimulam ou dão financiamento ao estabelecimento de creches e sequer se mobilizam para exigir o cumprimento da lei."

Sem fiscalização

Na cidade de São Paulo, a Delegacia Regional do Trabalho não mantém nenhum tipo de controle sobre as empresas para o cumprimento da CLT. Segundo o delegado do Trabalho, Vinicius Ferraz Torres, "por falta de pessoal e de condições técnicas, não podemos estimar o total de empresas que cumpre a determinação da CLT. "Entretanto, segundo informações de um técnico da Delegacia, o número de creches existentes nas empresas paulistas é muito pequeno: 23.

A cidade de São Paulo tem 416.332 menores de sete anos, pertencentes a famílias com renda de até 2,6 salários-mínimos (dados do Departamento de Integração Social da Prefeitura). No ano passado através das quatro creches administradas diretamente (construídas e mantidas pela prefeitura), das 17 administradas indiretamente (construídas pela prefeitura e administradas por particulares, mediante convênio), e das 59 particulares também associadas, a prefeitura dispunha de 7.300 vagas, que serviam a 11 mil crianças, devido à rotatividade que se verifica nesse tipo de estabelecimento.

O Departamento anuncia agora que este ano atenderá a 12 mil crianças menores de 4 anos. Entretanto o número de crianças de até seis anos em famílias com renda até 4 salários-mínimos é calculada em 600 mil. Os parques infantis - são insuficientes, pois, além de oferecerem poucas vagas, atendem às crianças em meio período, quando geralmente a mulher trabalha em tempo integral.

Na capital - área de maior concentração industrial e comercial do País - a legislação trabalhista sobre a mulher não é cumprida, e precariamente fiscalizada. O diretor da Federação dos Trabalhadores Químicos de São Paulo, Jair Pereira dos Santos, diz que um dos maiores fabricantes de lapis do País emprega, no total, mais de 60% de força de trabalho feminima. Mas só continuam na fábrica, no interior do Estado, as mulheres casadas que já adquiriram estabilidade. O departamento de pessoal acompanha os editais de proclamas e demite as operárias que pretendam casar-se, antes mesmo do matrimônio". (2)

Mulheres de várias profissões em diferentes zonas da cidade de São Paulo foram entrevistadas pelo Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, setor SP – que realiza uma pesquisa sobre creches - e confirmam a burla, por parte das empresas, das determinações da CLT. "Aqui, quando alguém casa já sabe, recebe o aviso e depois tá no olho da rua", diz uma operária de indústria de produtos alimentícios. "Uma colega minha que casou e foi demitida, entrou na Justiça do Trabalho onde ficou sabendo que tem uma lei que proibe uma maldade dessa."

A Indústria Karibê, com cerca de 3 mil empregados, cumpre a lei e possui berçário, mas não resolve o problema de outra entrevistada: "O berçário daqui fica sempre vazio. É o tal negócio, eu moro longe, em São Miguel Paulista, acordo muito cedo e tenho que pegar

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: MOVIMENTO
Data 26/04/1977
Pág. 3

Pasta n.º
N.º do recorte 0170

QUEM CUIDA DOS FILHOS, SE A MÃE TRABALHA ?

A creche é um direito das trabalhadoras garantido pela lei, mas poucas empresas respeitam

À medida que aumenta o número de mulheres que se integram à produção para somar alguns cruzeiros ao orçamento familiar, cresce um dos grandes entraves ao trabalho da mulher fora de casa: a creche. Muitas das disposições protecionistas ao trabalho da mulher, contidas na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho – não são cumpridas, como a que determina a instalação de creches em empresas com pelo menos 30 trabalhadoras com idade superior a 16 anos, a proibição da dispensa de mulheres grávidas ou a discriminação da mulher casada.

Segundo a CLT, se a empresa não tiver local apropriado para as crianças (1), poderá usar creches situadas perto da residência das empregadas. Existe também a opção de a empresa manter a creche através de convênio com outra entidade, pública ou privada.

Esta última solução é a mais adotada, mas geralmente as creches ficam longe das fábricas, o que obriga a mulher a sair bem cedo de casa com a criança, tomar uma ou mais conduções, perdendo assim várias horas. O mais comum, pela deficiência desse serviço, é a mulher trabalhadora recorrer a parentes, vizinhos ou aos chamados "depósitos de crianças", onde, através de quantia módica, mulheres se dispõe a cuidar dos filhos de outras, sem nenhum tipo de assistência especializada.

Um estudo preparado em 1976 através de convênio entre o Ministério do Trabalho, o SENAI e o SENAC sobre a "formação profissional da mulher trabalhadora no Brasil", revelava que, para 510 mil trabalhadores existentes na cidade do Rio de Janeiro, há apenas 90 creches ou 6.800 vagas, o que significa que "apenas 1,3% consegue ser atendida, calculando-se que exista uma criança entre 1 mês e 6 anos por mulher trabalhadora."

Os autores do estudo constataram que "a maioria das trabalhadoras sofre pressões econômicas fortes, a ponto de não sobrar a opção de trabalhar/não trabalhar. Somos levados a concluir, portanto, que a falta de infra-estrutura adequada obriga muitas mães a recorrer a soluções insatisfatórias".

A pouca atenção que os sindicatos dão ao problema também foi destacada: "Sabemos que ter onde deixar os filhos é tão essencial para a mulher quanto a assistência médica e as bolsas de estudo concedidas pelos sindicatos. Ao que se sabe, a omissão desses órgãos de classe em relação ao fornecimento de serviços de creches pelas empresas é total: não estimulam ou dão financiamento ao estabelecimento de creches e sequer se mobilizam para exigir o cumprimento da lei."

Sem fiscalização

Na cidade de São Paulo, a Delegacia Regional do Trabalho não mantém nenhum tipo de controle sobre as empresas para o cumprimento da CLT. Segundo o delegado do Trabalho, Vinicius Ferraz Torres, "por falta de pessoal e de condições técnicas, não podemos estimar o total de empresas que cumpre a determinação da CLT. "Entretanto, segundo informações de um técnico da Delegacia, o número de creches existentes nas empresas paulistas é muito pequeno: 23.

A cidade de São Paulo tem 416.332 menores de sete anos, pertencentes a famílias com renda de até 2,6 salários-mínimos (dados do Departamento de Integração Social da Prefeitura). No ano passado através das quatro creches administradas diretamente (construídas e mantidas pela prefeitura), das 17 administradas indiretamente (construídas pela prefeitura e administradas por particulares, mediante convênio), e das 59 particulares também associadas, a prefeitura dispunha de 7.300 vagas, que serviam a 11 mil crianças, devido à rotatividade que se verifica nesse tipo de estabelecimento.

O Departamento anuncia agora que este ano atenderá a 12 mil crianças menores de 4 anos. Entretanto o número de crianças de até seis anos em famílias com renda até 4 salários-mínimos é calculada em 600 mil. Os parques infantis - são insuficientes, pois, além de oferecerem poucas vagas, atendem às crianças em meio período, quando geralmente a mulher trabalha em tempo integral.

Na capital - área de maior concentração industrial e comercial do País - a legislação trabalhista sobre a mulher não é cumprida, e precariamente fiscalizada. O diretor da Federação dos Trabalhadores Químicos de São Paulo, Jair Pereira dos Santos, diz que um dos maiores fabricantes de lapis do País emprega, no total, mais de 60% de força de trabalho feminima. Mas só continuam na fábrica, no interior do Estado, as mulheres casadas que já adquiriram estabilidade. O departamento de pessoal acompanha os editais de proclamas e demite as operárias que pretendam casar-se, antes mesmo do matrimônio". (2)

Mulheres de várias profissões em diferentes zonas da cidade de São Paulo foram entrevistadas pelo Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, setor SP – que realiza uma pesquisa sobre creches - e confirmam a burla, por parte das empresas, das determinações da CLT. "Aqui, quando alguém casa já sabe, recebe o aviso e depois tá no olho da rua", diz uma operária de indústria de produtos alimentícios. "Uma colega minha que casou e foi demitida, entrou na Justiça do Trabalho onde ficou sabendo que tem uma lei que proibe uma maldade dessa."

A Indústria Karibê, com cerca de 3 mil empregados, cumpre a lei e possui berçário, mas não resolve o problema de outra entrevistada: "O berçário daqui fica sempre vazio. É o tal negócio, eu moro longe, em São Miguel Paulista, acordo muito cedo e tenho que pegar duas conduções. Os ônibus estão sempre cheios, que mesmo se alguém der lugar, a gente se machuca toda quando vai descer no ponto. Imagina que perigo para um recém-nascido."

COM QUEM AS TRABALHADORAS DEIXAM SEUS FILHOS

Com parentes	46,6%
Sozinhos	21,6%
Com empregadas	5,2%
Com vizinhas	2,1%
Em creches ou similares	1,0%

Pesquisa feita em 1971 pela Secretaria do Trabalho com trabalhadoras na indústria paulista.

A busca de soluções

Enquanto não existem creches suficientes, as mães começam a tentar resolver elas próprias seus problemas.

Em São Paulo os diversos movimentos de comunidades vêm, desde 1975, colocando a luta por creches como uma de suas mais importantes reivindicações. Foi assim no "Primeiro Encontro de Comunidade para debater problemas do povo de São Paulo". Ainda em 75, realizou-se importante movimento na Universidade de São Paulo para a criação de creches para filhos de professores, alunos e funcionários. O reitor prometeu construir até este ano um prédio para o desenvolvimento de um projeto-piloto de creches, com 250 vagas. Entretanto, um estudo feito pela Coseas – órgão de assistência médica e social da USP - conclui que pelo menos três mil crianças necessitavam de creche na Universidade.

Em outubro de 1975 a reivindicação por creches partiu também do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, setor São Paulo, que promoveu o "Encontro para diagnóstico da mulher paulista", e está desenvolvendo amplo programa em defesa da criação de creches. Como método de trabalho, são escolhidos bairros que fazem parte de um determinado distrito da cidade, procurando pessoas dispostas a participar desse trabalho, para marcar data e horário das reuniões a serem realizadas. Através desses encontros, o Centro procura obter informações sobre as necessidades dos moradores da capital em relação a creches, e seu objetivo final é fazer um encontro das entidades como sociedades amigos de bairro, sindicatos, clubes de mães e interessados em geral.

Com isso, o Centro pretende encaminhar uma proposta de solução a curto, medio e longo prazo para o problema, encarado como fundamental para o desenvolvimento da comunidade.

(1) O local, segundo a lei, deverá ter um berçário, saleta de amamentação e cozinha dietética. A empregada dispõe de 30 minutos, a cada quatro horas, para amamentar o filho.

(2) Jornal do Brasil, 9-4-77.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: OESP
Data 28/04/1977
Pág. —

Pasta n.º
N.º do recorte 0171

Para os técnicos, reforma prejudica ação das creches

FSP 28/4/77

A vinculação das creches municipais às Administrações Regionais e o agrupamento de diferentes programas de assistência social, sob a supervisão de uma mesma equipe de trabalho, são os pontos mais criticados do projeto que reestrutura a Coordenadoria do Bem-Estar Social. Mesmo antes de o projeto ser aprovado, técnicos da Prefeitura ligados ao Programa de Centros Infantis estão antevendo o fim do trabalho preventivo nas creches, a perda da unidade do programa e uma excessiva dependência em relação às Regionais.

Os técnicos temem que com a implantação do projeto as creches passem a ser orientadas por "uma filosofia assistencialista", como ocorria, dizem, há alguns anos, quando "dar banho e comida para as crianças era mais importante que a prevenção de problemas físicos, psicológicos e sociais". Eles justificam essa preocupação explicando que o trabalho de assistência desenvolvido pelas Regionais "segue essa linha", já que na maior parte das vezes "as equipes são compostas por voluntários sem qualificação profissional". Além disso, eles acreditam que passarão a trabalhar "em função das prioridades das Regionais e não do próprio programa".

De acordo com o plano de reforma, todos os serviços que estão sendo prestados atualmente pela Coordenadoria do Bem-Estar Social — Cobes — deverão se fixar nas 17 Administrações Regionais de São Paulo. Além disso, em cada Regional, esses serviços serão reunidos em três grupos, "como forma de racionalizar o atendimento à população e de se obter maior produtividade com menores gastos", explica Luis Filipe Soares Batista, coordenador do Bem-Estar Social. Ele justifica a criação de **mini-Cobes** - como são conhecidos os serviços que serão prestados em cada uma das Regionais sob a supervisão de 17 equipes — afirmando que o trabalho da Coordenadoria e das Regionais "não estava entrosado". Ele afirma ainda que com a atual estrutura a Coordenadoria "não tem tido condições de assessorar as Regionais, o que permitiu que em muitos casos o mesmo projeto fosse implantado por dois órgãos".

Mas, se, para o Coordenador, subordinar a uma mesma equipe de trabalho diferentes projetos representa "uma forma de racionalização do trabalho", para os técnicos dos CI — Centros Infantis — que terão seu programa ligado aos de Atendimento à População com Problema de Subsistência e Orientação Sócio-Educativa ao Menor, esse fato representa a "perda de unidade do trabalho". Atualmente, as 88 creches que integram o Programa de Centros Infantis, são supervisionadas por cinco equipes compostas por assistentes sociais, pedagogos, nutricionistas, enfermeiros e orientadores musicais. Cada uma das equipes cobre quatro ou cinco regionais sendo responsável por 15 creches em média. Os supervisores explicam que as equipes se reunem semanalmente e os profissionais de cada área mensalmente, o que permite "que se conheça o que está sendo feito em outras áreas da cidade, não só em toda a creche, como em cada uma das áreas profissionais".

Pelo novo projeto essas equipes serão extintas e substituídas por 17 outras, que se fixarão numa única regional, supervisionando sete programas. É por essa razão que os técnicos insistem em afirmar que o novo sistema de trabalho não permitirá "uma unidade no serviço prestado em toda a cidade".

Embora Luis Felipe afirme que a orientação dos atuais programas será mantida, os técnicos dos CI temem que as creches passem cada vez mais para o fim da lista de prioridades. Para eles, "a situação atual já não é boa". Das 88 creches ligadas à Prefeitura, apenas quatro são totalmente mantidas por ela. Outras 17 usam o prédio da Prefeitura e são dirigidas por entidades particulares e as restantes recebem apenas verbas. Todas as creches recebem 50% do salário mínimo padrão — cerca de 320 cruzeiros — para 70% das crianças atendidas. Nas creches mantidas pela Prefeitura esse valor cobre as despesas, mas nas particulares, que devem pagar salários a empregados, a quantia é insuficiente. Além disso, embora a Prefeitura estabeleça que em suas quatro creches deva haver além da diretora e da assistente social, uma técnica administrativa, uma técnica em saúde e uma professora para cada 50 crianças, no Centro de Vila Maria uma única professora atende a mais de 100 crianças e não há auxiliar de enfermagem.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: O SÃO PAULO
Data 7-13/05/1977
Pág. —
Pasta n.º
N.º do recorte 0172

CURSOS ENSINAM MÃES A TRABALHAR E AJUDAR O SUSTENTO DE SUAS CASAS

Na Paróquia Santo Antônio do Ipiranga, localizada na Região Sudeste dentro do setor Anchieta, o Clube de Mães constitui apenas uma entre as várias atividades do Centro Social. Mas, justifica irmã Madeleine Kervennic, é uma atividade integrada, pois o Clube de Mães participa de todas as outras atividades também.

O Clube de Mães possui uma atividade comunitária, mas sem nenhuma característica assistencial. No seu início, há dois anos atrás, na Vila Carioca — um bairro fabril habitado quase que inteiramente por operários — ele era voltado unicamente para as mães carentes, de famílias de baixo poder aquisitivo, promovendo cursos sobre higiene, alimentação e corte e costura, crochê e tricô. Além disso, o Clube de Mães passou também a realizar um bazar, cuja renda é revertida em benefício da comunidade.

Posteriormente o Clube de Mães foi se ampliando e foi aberto para pessoas de maior poder aquisitivo, o que veio possibilitar uma maior integração na comunidade. Com os cursos de artesanato e pintura, muitas dessas mães entusiasmaram-se com a atividade desenvolvida e entraram para o corpo de voluntários, e hoje são animadoras dos vários programas desenvolvidos ali, como a campanha "Alimentação Sadia", que está sendo preparada e que será desenvolvida durante o ano todo a partir do fim de maio.

O programa das atividades do Clube de Mães é realizado por elas mesmas e visam a promoção, o entrosamento e a profissionalização da mulher, nestes tempos difíceis em que apenas o trabalho do homem tornou-se insuficiente para sustentar um lar.

A palavra mais antiga do mundo

Foi em 1907 — assim diz meu dicionário — que começaram nos Estados Unidos comemorar o "Dia das Mães" — e tal festa se espalhou pelo mundo inteiro. Foi para "honrar as mães", dizem, uma homenagem especial. São palavras e poesias lindas que se dedicam neste dia à "heróica mãe", "eterna beleza e ternura numa palavra só — mãe".

Podemos dizer mais: a palavra "mãe" ou "mamãe" certamente é a palavra mais antiga do mundo, a palavra mais "original" — pois ela vem do começo, da origem do ser humano.

É o primeiro "som" que o nenê solta quando mama ou exige mamar — e vem daí a palavra: mãe — que alimenta o filho, que dá leite, a sua vida ao filho. "Mãe" ou "mama" se torna sinônimo de "alimento, vida"; na mama se localiza este "alimento vital", e é o mamar que faz o filho crescer, fortalecer, viver.

À mãe — doadora da sua vida — o filho articula esta sua primeira palavra — e isso no mundo inteiro quase pela mesma palavra, pelo menos nas mesmas raízes: mãe, mamãe é no inglês **mam**, no alemão **Mama**, no francês **mere**, no hebráico **ema**, no grego **matér**, e na dedução (descendencia) do latim **mater** temos **madre** (espanhol), **Mutter** (alemão), **mother** (inglês), **madrinha**, **maternal**, **materno**, **maternidade** (português) — até a palavra **matéria** vem desta origem indicando que finalmente tudo que existe materialmente vem da "mãe terra), da "mãe comum" — como já diz o Antigo Testamento a respeito da terra, quando exclama que a sombra da morte pesa sobre "os filhos de Adão desde o dia em que saem do seio materno, até o dia em que são sepultados no seio da mãe comum". (Eclesi. 40, 1).

Assim esta nossa terra, o chão fértil, se torna a "grande mãe", dela brota a vida, o alimento pelas plantas; e da mesma maneira brota da mãe humana a vida nova, ela reproduz vida, ela é a origem da vida, é a vida mesma. Até que a própria insinua isto dando à primeira mãe o nome de "Eva" (em hebráico) "háva") que significa "vida" — pois "ela era a mãe de todos os viventes" (Gen. 3, 20) — e assim ela se torna fonte da vida humana na terra.

Mais tarde os primeiros cristãos chamam a Igreja a sua "Mãe" (mater ecleciae) dela brota — pela fé — a vida eterna e divina — e Maria, Nossa Senhora, fica tão venerável pois ela deu origem ao Cristo, o Salvador, que abriu a porta à vida imortal, ele que fundou esta sua Igreja para fazer o homem "renascer de novo pelo batismo para a vida eterna" (veja João 3, 5).

Até onde chegamos com a nossa reflexão do "Dia das mães"? Qual é a conclusão? — **é essa:** a Homenagem à nossa própria vida. Em nossas mães agradecemos a nossa própria existência. O amor dela para mim volta para ela mutuamente. Daí a razão de **louvá-la** e honrá-la por tantas palavras e gestos de amor — pois **ela é a minha vida.**

Como disseram os antigos da Biblia: "Honra teu pai de todo o coração e não esqueças os gemidos de tua mãe, lembra-te de que sem eles não terias nascido, e faze por eles o que fizeram por ti". (Eclesi. 7, 29).

Pe. Justino Kleinwaechter— vigário da Capela N. Sra. Aparecida, do Jardim Catanduva

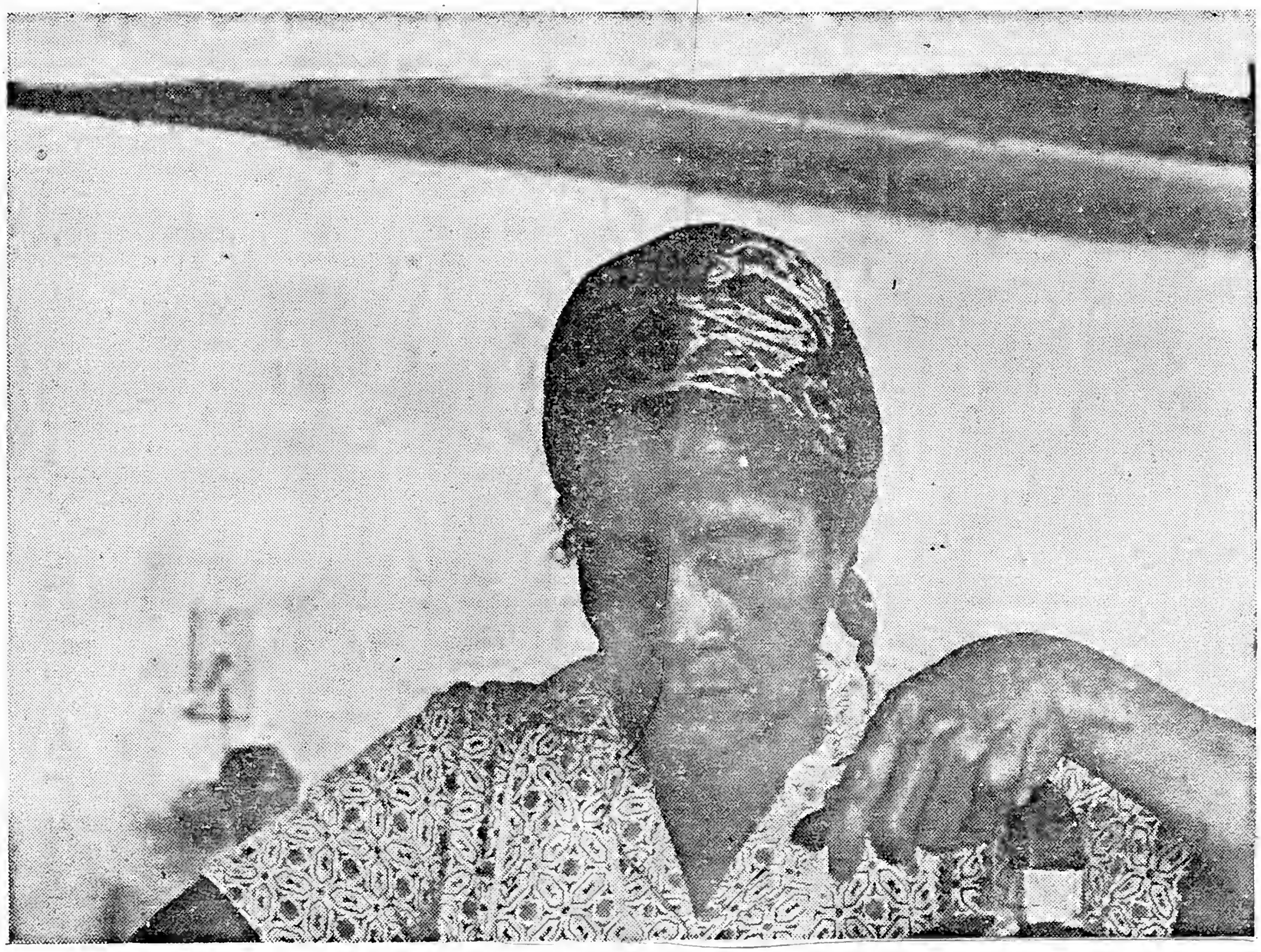
FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: O SÃO PAULO
Data 7-13/05/1977
Pág. —

Pasta n.º
N.º do recorte 0173

EMPREGADA DOMÉSTICA, A PROFISSÃO QUE NÃO EXISTE

REPORTAGEM DE GEÓRGIA MANCUCCI



Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Data 7-13/05/1977 N.º do recorte 0173
Pág. —

Nove de dezembro de 1976 foi um dia muito especial para as empregadas domésticas brasileiras: um grupo de seus representantes — membros das APEDs — Associação Profissional dos Empregados Domésticos do país — entregaram ao ministro Arnaldo Prieto, do Trabalho, um projeto de lei para o reconhecimento da profissão.

Cinco meses se passaram, e nada aconteceu. Nem pronunciamento, nem bilhete, nem choro, nem vela. Só em São Paulo estima-se em 600 mil, o número de empregados domésticos, enfrentando dezenas de problemas seríssimos, entre eles a falta de definição de um salário mínimo, a inexistência de lugares para deixarem seus filhos enquanto trabalham, a incerteza de receberem o pagamento prometido (isto se aplica principalmente no caso de diaristas) e a dificuldade que as associações encontram para reunir esse pessoal que, ao contrário dos demais setores, trabalha muito isolado, não possui um local de encontro e, muitos deles, simplesmente desconhecem a existência de um órgão que possa lhes dar um auxílio efetivo.

CASA PRÓPRIA. CASA?

Outro tipo de problema (e este pode trazer até traumas psicológicos): há um grande número de empregadas domésticas que não têm família na cidade onde trabalham e, nos seus dias de folga, ficam nas praças, nos jardins, andando a esmo, porque o dinheiro que recebem pelo seu trabalho não deixa margem a grandes aspirações sociais.

Por outro lado, a estimativa da APEDSP — Associação Profissional dos Empregados Domésticos de São Paulo — mostra um dado interessante: das pessoas que a procuram desejando colocação — uma média de 10 por dia, de segunda a sexta-feira — 20% têm casa, ou pelo menos terreno próprio. E, ao que afirmam, a propriedade é fruto exclusivo do seu trabalho, sem ajuda de outros membros da família.

Mas ocorre que esses privilegiados 20% não são assim tão privilegiados. Seus terreninhos periféricos são adquiridos após 20/25 anos de profissão, em média. São localizados em bairros bem afastados, sem qualquer infra-estrutura urbana. As casas que conseguem construir são bastante simples e chegam a ficar dois, até três anos, sem janelas. Os sanitários são "casinhas" no fundo do quintal, que não são servidas por rede de esgoto. Próximo à fossa asseptica está o poço de onde sai a água para beber, evidentemente contaminada, já que o solo em redor absorve as impurezas da fossa.

Nesta regra, como em todas, há exceções. Mas os casos isolados não estão interessando neste momento, em que uma associação está enfrentando um sem número de barreiras para conseguir — e com urgência — que a profissão seja reconhecida, e então partir para um programa efetivo de auxílio a uma classe que, pelo menos em São Paulo, tenta se organizar, sem sucesso, há 15 anos.

APEDSP

Fundada a 5 de janeiro de 1962, a APEDSP — Associação dos Empregados Domésticos de São Paulo — há outras APEDs em Belo Horizonte, no Recife e Rio de Janeiro — conta hoje com mil e quinhentos associados, número inexpressivo se comparado aos 600 mil estimados para São Paulo.

Como diz Maria Eugênia da Silva, sua secretária, a associação não conseguirá ser forte enquanto não contar com um maior número de integrantes.

"Temos procurado — conta Maria Eugênia — trazer o maior número possível de pessoas para a APEDSP mas é muito difícil o contato, porque cada um trabalha num lugar diferente. Reunir o pessoal, conscientizá-lo da necessidade de uma luta comum, é uma tarefa quase impossível".

Mesmo assim a diretoria — toda ela formada por empregadas domésticas — não desiste. A associação não pode ser transformada em sindicato justamente porque a profissão não está reconhecida, e este é o principal objetivo atualmente.

"Acredito que quando o governo reconhecer a profissão — diz Maria Eugênia — as coisas ficarão mais fáceis. Por enquanto, procuramos trocar informações com as demais APEDs, o que ocorre em encontros periódicos. Nesses encontros procuramos caminhos para chegar às soluções que buscamos e, a cada dois anos — três no máximo — promovemos um encontro nacional. O último deles foi no Rio de Janeiro, em 1974, e o próximo será em Belo Horizonte, em janeiro de 1978.

Nesses encontros as APEDs procuram entrosar sua linha de atuação e traçar os programas para os anos seguintes. Contudo a distância geográfica que separa uma da outra, as limitações que sofrem os seus próprios membros — todos eles desempenhando sua atividade normal, quase sempre sem limite horário — impedem um melhor desempenho das entidades, e mesmo retardam as soluções almejadas.

FALTA VERBA

Além da diretoria, que não é remunerada (Isabel Cleto de Souza, presidente; Valéria da Veiga, vice-presidente; Júlia da Silva Pimentel, tesoureira; e Oscarina Andrade dos Santos, diretora social, além da secretária Maria Eugênia), a APEDSP conta com um advogado, duas assistentes sociais — estão contratando mais duas — um contador e uma estagiária de relações públicas.

Para manter esses profissionais a associação conta com fundos oferecidos por contribuintes voluntários, fundos oriundos da Inter-American Foundation (agência independente do governo norte-americano) e, em escala bem menor, com a contribuição dos sócios (Cr$ 10,00 por mês, além de Cr$ 20,00 pela proposta de admissão).

Os associados contam com descontos em serviços médicos, odontológicos e oftalmológicos. Os não-associados não gozam desses descontos, mas podem usar os serviços de advocacia e assistência social.

A APEDSP coloca diaristas a Cr$ 100,00 por dia. Dessa quantia, as empregadas pagam à associação Cr$ 15,00, e as não-associadas pagam Cr$ 16,00. No caso de mensalistas, o piso da APEDSP é Cr$ 1.500,00 para cozinheiras finas; Cr$ 1.000,00 para arrumadeiras simples; e Cr$ 1.300,00/1.500,00 para copeira-arrumadeira.

Ainda no caso de mensalistas, estas nada pagam à associação. Quem paga é a patroa. A taxa é de 30% sobre o salário oferecido, e não pode ser descontada da empregada. Se, dentro de um prazo de até 40 dias, não der certo para um dos lados, a patroa tem direito a uma outra indicação, sem outro ônus.

COMO FUNCIONA

Os interessados em conseguir empregadas domesticas através da associação podem dirigir-se à rua Caconde, n.o 104, ou pelo telefone 287-1777.

No momento da solicitação o interessado deve dar as características da família (quantas pessoas, e há crianças, quantas trabalham fora, quais os horários das refeições) e da casa (se é apartamento, sobrado, casa térrea, se tem cascolak ou similar, se tem máquina de lavar roupa etc.) e qual o ordenado que pretende pagar.

Se a APEDSP já tem alguém cadastrado, envia imediatamente. Caso contrário espera que apareça alguém que se enquadre no desejado.

Por sua vez a empregada, ao procurar a APEDSP, deve dar todas as informações sobre suas últimas atividades, apresentar documentos, referências e, caso tenha família em São Paulo, acrescentar nome e endereço de familiares.

Izaíra Zerbini, encarregada do setor de colocação, diz que a associação não tem condições de checar uma por uma das informações que recebe dos candidatos, e acrescenta que, em dois anos nesse cargo, nunca houve uma reclamação devido a procedimentos criminosos (roubo, por exemplo).

"Tivemos três casos de suspeita de roubo, mas fizemos sindicância, colocamos patroas e empregadas lado a lado, na presença da assistente social, e praticamente ficou provado que elas não eram culpadas".

CUIDADO COM AS AGÊNCIAS

Há uma diferença fundamental entre as várias agências de emprego espalhadas por São Paulo e a APEDSP. Enquanto as agências visam tão somente o lucro, e muitas delas, segundo Maria Eugênia, exploram as empregadas de forma aviltante, a APEDSP, além de não ter qualquer finalidade lucrativa pelo fortalecimento da classe, pelo reconhecimento da profissão, por uma situação social melhor para as empregadas domésticas.

"O que nos aflige muito — acrescenta Maria Eugênia — é o fato de haver, em São Paulo, tantas empregadas que não tem familiares aqui. seus dias de folga elas ficam pelas praças, sem um programa definido. Pensando nisso mos empenhados numa campanha para ang fundos e construirmos uma casa de descanso. sa casa de descanso elas poderão passar seus de folga, e até mesmo suas férias. Mas o din que conseguimos até agora não dá sequer par zermos planos".

Maria Eugênia, como os demais membr diretoria da APEDSP, são cadastrados na p tura como monitores. Eles se encarregam d nistrar os cursos de copeira, arrumadeira e nheira, e através da associação as empregad dem ainda frequentar cursos do SENAC e do jeto FORMO — Formação Rápida de Mão de da Prefeitura de São Paulo.

Há também um curso noturno de corte tura, cuja duração depende do aproveita da aluna.

Além dessa parte de formação profission APEDSP também desenvolve uma atividad cial, promovendo passeios e excursões, enc etc..

"Nós gostaríamos de ter meios para ale classe sobre as agências de emprego. Muita tas já nos procuraram, tentando convênio. aceitamos porque é absolutamente desintere Quando conseguirmos uma consciência comu remos meio caminho andado. A associação prestar serviços importantes. Para isso é p que nos procurem, que resolvam deixar de as taxas exorbitantes cobradas pelas agências nham se unir a nós, que buscamos o bem co

Maria Eugênia acha que é um dado pro o fato de que, entre cada 10 das pessoas qu curam a associação, 9 já possuem carteira p sional.

"Aquelas que não possuem o documen orientamos e fazemos regularizar a situação, contrário das agências, que não têm o mínimo teresse em que a classe se profissionalize. Já co guimos o pagamento do INPS — 8% por conta empregada e 8% por conta da patroa — e as rias de 20 dias, que são boas tanto para um quanto para o outro, porque para gozar essas rias a pessoa tem que permanecer pelo menos ano no emprego. Agora queremos o reconhecim to por parte do governo. E vamos conseguir. todos precisam ajudar".

A APEDSP não precisa só de novos assoc dos. Precisa também de voluntários, precisa de nativos, precisa da ajuda de profissionais que p sam orientá-los na elaboração dos seus progra de atuação. Ao lado das vagas para empreg domésticas, ali há também vagas para as patro Estas também serão beneficiadas quando a cla conseguir se organizar. Acho que está bem na h de todos arregaçarmos as mangas e auxiliar na causa, que é das mais nobres.

DOIS EXEMPLOS

Idelfina Ramalho Moraes, cerca de 40 anos idade, mineira, há 10 anos em São Paulo, é a m antiga diarista (considerando frequência inint rupta) na APEDSP, através de onde consegue locação há 5 anos.

"Gosto da APEDSP, sempre fui bem atend aqui. Consigo ganhar uma média de Cr$ 1.200 por mês, menos as taxas pago à associação e co dução. Olha, acho que a alimentação que as patro oferecem geralmente não é boa. A patroa que n tem uma casa muito rica trata a gente melhor. D go isso só pela minha experiência".

"Tive muitas tristezas quando cheguei em S Paulo. Meu primeiro emprego foi no Cine Sac O dono, um tal de dr. Passarelli, exigia que gente trabalhasse das 11 da noite às 7 horas da m nhã, e não dava nem um cafezinho. Trabalhei u mês inteiro e ele não me pagou um tostão. Depoi trabalhando como diarista, várias vezes eu não re cebi o que combinaram. Davam desculpas que serviço não tinha ficado bom. Agora, aqui n APEDSP, se acontecer isso a gente pode reclama porque tem com quem reclamar".

É completamente diferente o caso de Mari Rodrigues, outra mineira — a APEDSP diz qu a maioria das empregadas domésticas em São Pau lo são oriundas de Minas Gerais — há 8 anos e São Paulo, 24 anos de idade:

"Meu primeiro emprego foi na casa do cônsu grego. Ele e a esposa eram maravilhosos. Então e tive uma filha, e ele não quis aceitar o nenê junt comigo. Fui obrigada a sair. Logo encontrei outr emprego, com uma senhora síria que me ajudo muito. Saí desse emprego depois de cinco meses porque ela se mudou. Foi uma época difícil. Fu obrigada a deixar que adotassem minha filha, par não deixar que ela passasse fome".

"Mas eu sempre fui muito bem tratada pelos meus patrões. Sempre comi do bom e do melhor. Nesse ponto não tenho queixa. Fiquei tão triste em deixar que adotassem minha filha que resolvi ter outro filho, e trouxe minha mãe de Minas para cuidar dele. Hoje estou muito feliz".

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: O SÃO PAULO
Data 7-13/05/1977
Pág. 7
Pasta n.º
N.º do recorte 0174

ENCONTRO COM O PASTOR

DESAFIO ÀS MÃES DE HOJE

PAULO EVARISTO, CARDEAL ARNS

A rosa é símbolo, mas não basta

Meus Amigos,

Católicos, Cristãos, Homens que buscam a Deus e que seguem a consciência na procura da Verdade e do Bem:

Momentos de ternura são necessários. Refazem, muitas vezes, o tecido da vida, até a união na família. Quem sabe, os próprios projetos de vida.

Em São Paulo, a rosa tem um preço, e feliz quem a pode oferecer à mãe.

Convenhamos no entanto, só a rosa não basta.

1. Também a Igreja deseja inovar

Em 6 de dezembro último, o Papa abordou o tema "A mulher da nova sociedade". Depois de lembrar a promoção extraordinária dada por Cristo à mulher, concluiu dizendo:

"Nós estamos plenamente persuadido de que a participação das mulheres nos vários níveis da vida social deve ser não só reconhecida, mas também promovida e apreciada com muito coração. Neste sentido, há sem dúvida muito caminho a percorrer.

O exemplo de Maria, a mãe por excelência, evocado durante todo o mês de maio, já nos leva a algumas conclusões decisivas: A mãe é chamada a transformar o seu ambiente, e ela sente uma vocação, toda sua, de criar esperanças e muita fé, nas dificuldades da existência.

2. Trabalho miúdo, mas decisivo

Perguntei, nessa semana, a uma jovem que se considera bem sucedida, qual fora o papel da mãe na vida. Tanto ela quanto outros que a cercavam insistiram em dois pontos fundamentais:

— Primeiro, cultivar o respeito às pessoas. Ou, para usar a linguagem mais direta, ver o que existe atrás de cada um.

Solicitados a darem mais informações, chegaram os jovens a esta conclusão: A mãe é capaz de levar a gente a **ser mais na vida; e** em relação aos outros ela nos ensina sobretudo a não magoar e a não deixar que se magoem os outros.

Fundamentalmente, duas exigências da defesa dos direitos humanos.

A conversa no entanto prosseguiu.

Quais são os métodos intuitivos de uma mãe? Como é que ela costuma levar à frente tal programa?

E a resposta foi quase unânime: Aumentando sempre a confiança e criando o sentido da responsabilidade.

Uma universitária ainda acrescentou: "A mãe não defende teses, mas se contenta com coisas miúdas, que acabam decidindo tudo". Em torno dela, a gente acaba construindo a própria vida.

E era este, exatamente, o segundo ponto que os jovens achavam necessário fosse realçado. A mãe moderna leva a construir um **projeto de vida.**

Mas, afinal, o termo tão ambicioso, "construir um projeto de vida", que é que significa, na prática?

Primeiro, que ela não construa o **seu** projeto para o filho, ou até sem o filho.

Depois, que ela não falte na hora em que a presença é desejada ou até insubstituível.

Nem basta dizer: "Meu filho, você vai estudar, para depois se defender na vida".

Neste caso, ela indicaria de maneira vaga duas áreas que certamente deverão abrir-se diante do filho: a cultura, pois ele vai estudar em seguida, os bens materiais e sociais, vagamente indicados pela expressão "para se defender na vida".

Esta palavra poderia ser, aliás, altamente egoísta: defender-se na vida, à custa dos outros, ou construir a existência reconhecendo e respeitando a escala de valores?

O que é que faz parte de um projeto de vida?

Certamente, o alimento, agasalho, moradia, e mais a saúde. Você deve cuidar de tê-los sempre e de lutar para que os outros os tenham.

Mas é apenas uma parte. Se a mãe não ajudar a descobrir critérios para manter a personalidade e não ser vítima de propaganda, pouca coisa terá conseguido. Não é o saber que faz o homem, e sim os princípios que ele segue.

O ponto-chave da ação materna é a orientação para o relacionamento. Cada qual deve crescer para dentro de um mundo e ter possibilidades de influir positivamente nos grupos. E ninguém o fará sem ensaios. Sem uma dose de coragem. Sem o princípio fundamental "ver-julgar-agir". Afinal, sem conhecer as normas do Evangelho. A mãe que ajudar a situar o filho no mundo, lembrando-lhe constantemente sua tarefa em favor do bem comum, terá cumprido parte essencial de sua função materna: é mãe, no sentido amplo do termo.

Mas, nem aqui pára o amor materno. Ela sabe por intuição que o coração do filho aspira a coisas sempre maiores.

Pela fé, ele terá o encontro com Jesus. Descobrirá que a vida é feita de dias e de noites. De dores e de alegrias. De frustrações e de esperanças. E ela não só o prepara a tanto, mas está a seu lado quando necessário. Dando-lhe, quem sabe, o sentido pleno da doação e da disponibilidade. Afinal, o sentido da busca constante e da realização espiritual.

3. O extraordinário já não é exceção

No mundo de hoje, ninguém escapa das surpresas, nem das grandes supresas. E' preciso adaptar-se a elas e até superá-las.

Como seria importante, que nos habituássemos ao encontro com a periferia da vida, com homens que sofrem, sem terem solução. Até com os marginalizados da existência.

Enquanto os filhos são menores, a mãe pode com eles dedicar-se a algumas obras mais exigentes de promoção. Abrir o coração da criança e do adolescente para as grandes provações da existência.

Também as mudanças são constantes, e os impactos, imprevisíveis.Não é possível preparar diretamente para tudo o que vai acontecer. Deus no entanto dotou as mães de radar muito poderoso e de caridade inteligente.

Como faz bem aos filhos, verem a mãe e o pai, rompendo a rotina, praticando algum gesto grande!

Talvez os cursos e as reuniões sejam este primeiro impacto para os menores, mas quanto seria importante, ver a mãe e o pai empenhados na promoção do MOBRAL, na integração do imigrante, na análise do problema do menor, afinal, no mundo das prioridades assumidas pela Igreja.

Normalmente são os leigos que arrancam a comunidade eclesial da rotina do consumo e da facilidade de se realizarem atos 'religiosos".

Cristo, caminhando pelas ruas de São Paulo, será a imagem mais inspiradora para o coração e o brio de nossas crianças e jovens.

Meus Amigos:

Os "comerciais' ainda dominam o Dia das Mães. Por vezes as comunidades religiosas se contentam com mais alguma cena de ternura e poesia.

As boas mães, no entanto, têm a intuição de que sua tarefa primordial se compõe de coisas pequenas dentro do lar e ao mesmo tempo de um ideal duro a conquistar junto com os filhos.

Queremos estar ao lado delas. Todos nos lembramos o que nos deram nossas próprias mães. E mesmo que hoje nos contemplem à distância, quem sabe mesmo da eternidade, nós gostaríamos de ser-lhes muito fieis, ao sugerirmos às novas mães que enfrentam a vida como ela é: Com muita esperança, mas também com o sentido prático de formar os filhos para tarefas difícies.

Para tanto, invocamos Nossa Senhora, que soube levar a missão até o fim, entre atos pequenos, como foi aparentemente aquele de socorrer sua prima Isabel, e os atos grandes, como certamente foi o de enfrentar as massas furiosas, colocando-se debaixo da cruz do Filho. Por todas as mães a nossa AVE MARIA...

Biblioteca

CRECHE

nós mulheres nº 2 set/out/76

com quem deixar nossos filhos

Art.1º - Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 mulheres, com mais de 16 anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação.

§1º - O local a que se refere o presente obedecerá aos seguintes requisitos:

a) berçário com área mínima de 3 m/2.por criança, devendo haver entre os berços e entre estes e as paredes, a distância mínima de 0,50 cm.;

b) saleta de amamentação provida de cadeiras ou bancos-encosto para que as mulheres possam amamentar seus filhos em adequadas condições de higiene e conforto;

c) cozinha dietética para o preparo de mamadeiras ou suplementos dietéticos para a criança ou para as mães;

d) o piso e as paredes deverão ser revestidos de material impermeável e lavável;

e) instalações sanitárias para uso das mães e do pessoal da creche.

§2º - O número de leitos no berçário obedecerá à proporção de 1 leito para cada grupo de 30 empregadas entre 16 e 40 anos de idade.

Esta é uma questão que cada vez mais mulheres enfrentam, no momento em que deixam o lar para trabalhar e aumentar o orçamento doméstico. Mas mesmo trabalhando fora, a mulher continua sendo responsável pelo cuidado dos filhos. Se um deles adoece, é ela quem deixa de ir ao trabalho e não o marido. Algumas vezes é possível deixar as crianças com parentes, vizinhos ou até sozinhos. Outras vezes, não. E aí, o que fazer?

Onde estão as creches?

Na cidade de São Paulo existem 260 creches e parques infantis (públicos e particulares, conforme dados da Secretaria do Bem Estar Social/1975). Existem muito mais crianças necessitando de atendimento do que creches disponíveis (há uma vaga para cada 28 crianças, aproximadamente). A principal razão dessa carência é o pouco que se tem feito pelo atendimento do filho da mulher trabalhadora. Para as mulheres empregadas sob o regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o artigo 389 obriga as empresas com mais de 30 mulheres a terem local onde as mães possam amamentar seus filhos até os 6 meses de idade. Existem aqui dois problemas: Qual é a mãe que vai tirar seu filho recém nascido de casa, às 4 horas da manhã, para pegar 2 ou 3 conduções, ou até mesmo um trem superlotado? O outro problema é: e depois dos 6 meses, a criança com quem fica? É bom lembrar que entre 6 meses e 7 anos não há nenhuma lei que obrigue o Estado ou as empresas a fornecer educação gratuita.

Já as mulheres funcionárias públicas tem 4 meses de licença (um mes antes de dar à luz e 3 meses após). E se ainda estiver amamentando poderá obter mais um mes de licença. Dessa forma, o Estatuto do Funcionário Público pretende resolver, em parte, o problema. Aquelas que tem outros tipos de contrato de trabalho, como por exemplo o de «prestação de serviços a terceiros» ou a «título precário», não têm nenhuma lei que lhes assegure o direito à guarda dos filhos. O Estado só tem obrigações na chamada idade escolar que vai dos 7 aos 14 anos.

Como as empresas «cumprem» a lei.

A maioria das empresas faz convênio com qualquer creche, só para estar dentro da lei. A creche N.S. Mãe de Deus, na Freguesia do O, é um exemplo disso. Lá existe somente uma babá para cada grupo de 15 crianças (a babá não tem nenhuma formação profissional). Não há médicos, psicólogas ou pedagogas presentes. As condições higiênicas são bastante precárias. Não há espaço para o lazer das crianças, não há área verde, enfim é apenas e simplesmente um depósito de crianças. Esta creche foi construída pela Prefeitura e tem convênio com três grandes empresas de São Paulo: Editora Abril Ltda., Perticamps S.A., Embalagens e Plásticos do Brasil S/A. A Editora Abril tem direito a 10 leitos (pelos quais paga Cr$450,00 mensais, sejam usados ou não). A Perticamps a 13 e a Plásticos do Brasil a 5. Embora as empresas tenham direito a 28 leitos a creche só possui 19 e no momento, não há nenhuma vaga disponível no berçário.

A creche N.S. Mãe de Deus, entretanto, não fica vazia. Atende às crianças do próprio bairro, que na sua maioria são filhos de empregadas domésticas e mães solteiras que trabalham fora.

Uma creche modelo?

A creche da Secretaria da Fazenda, que funciona há quase 10 anos é considerada modelo para criação de outras. A creche funciona já há quase 6 anos no 19º andar do prédio da Secretaria na Av.Rangel Pestana, devendo mudar-se muito em breve para a rua do Carmo, ali mesmo nas proximidades. É lamentável que as crianças devam permanecer em área tão poluída da cidade. Apesar da limitação de espaço, falta de área verde, problemas com pessoal, material, etc., a creche funciona de maneira bastante razoável.

— «Eles entregam prá gente criança criada, com 4 anos» - diz uma mãe na sala de espera - até lá, você só tem trabalho nos fins de semana. Uma maravilha. O problema meu é agora, que o menino já completou os 4 anos. Agora é que eu não sei o que fazer, mais falto do que trabalho, só com esse problema na cabeça».

Como todas as outras mães que tem a sorte de encontrar vagas para seus filhos dentro do super carente sistema de creche na capital, o problema da continuidade na educação pré-escolar mais cedo ou mais tarde se apresenta. Parques infantis são das poucas alternativas, e a fila de espera grande. Provavelmente maior que na creche da Secretaria da Fazenda, onde para 80 crianças atendidas, há uma espera de 46. Esse problema, diz dona Leda, responsável pela creche, será em parte sanado no novo prédio, que poderá atender de 130 a 140 crianças. Isso se ela conseguir que lhe mandem mais funcionários, como está pleiteando: 8 atendentes, 1 recreacionista e uma escriturária. Atualmente, 28 funcionárias atendem às 80 crianças matriculadas.

Creche ou depósito de crianças?

Limitação de espaço, falta de áreas verdes, problemas com pessoal sem qualificação...Essa é a realidade das creches. Parece até que creche é um lugar onde se «guardam» crianças enquanto suas mães trabalham. Mas creche não é só isto.

O período em que uma criança deveria frequentar creches (que vai dos primeiros meses de vida aos seis anos) tem um papel decisivo na sua formação. Nessa fase a criança é uma grande exploradora: inicia a descoberta do mundo, experimenta suas habilidades e começa a se comunicar através da linguagem. As pessoas que cuidam dessas crianças devem ser especializadas e competentes, para que possam dar a elas condições de um desenvolvimento sadio. As creches e todas as instituições de educação pré-escolar devem contribuir para desenvolver as potencialidades das crianças, se quiserem preencher sua função de prepará-los para um bom desempenho escolar futuro. E, mais do que isso, creche é importante, pois as crianças que não passam por esse processo de educação pré-escolar, já entram na escola primária com deficiências que vão dificultar seu processo de aprendizagem. Essas crianças geralmente vêm de um mundo doméstico de pobreza, com saúde precária e passam a enfrentar a escola em total desigualdade de condições.

É fundamental também, que os pais participem do trabalho da creche conversando com os professores e psicólogos, contribuindo para o seu trabalho e recebendo informação e orientação sobre o cuidado com seus filhos.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

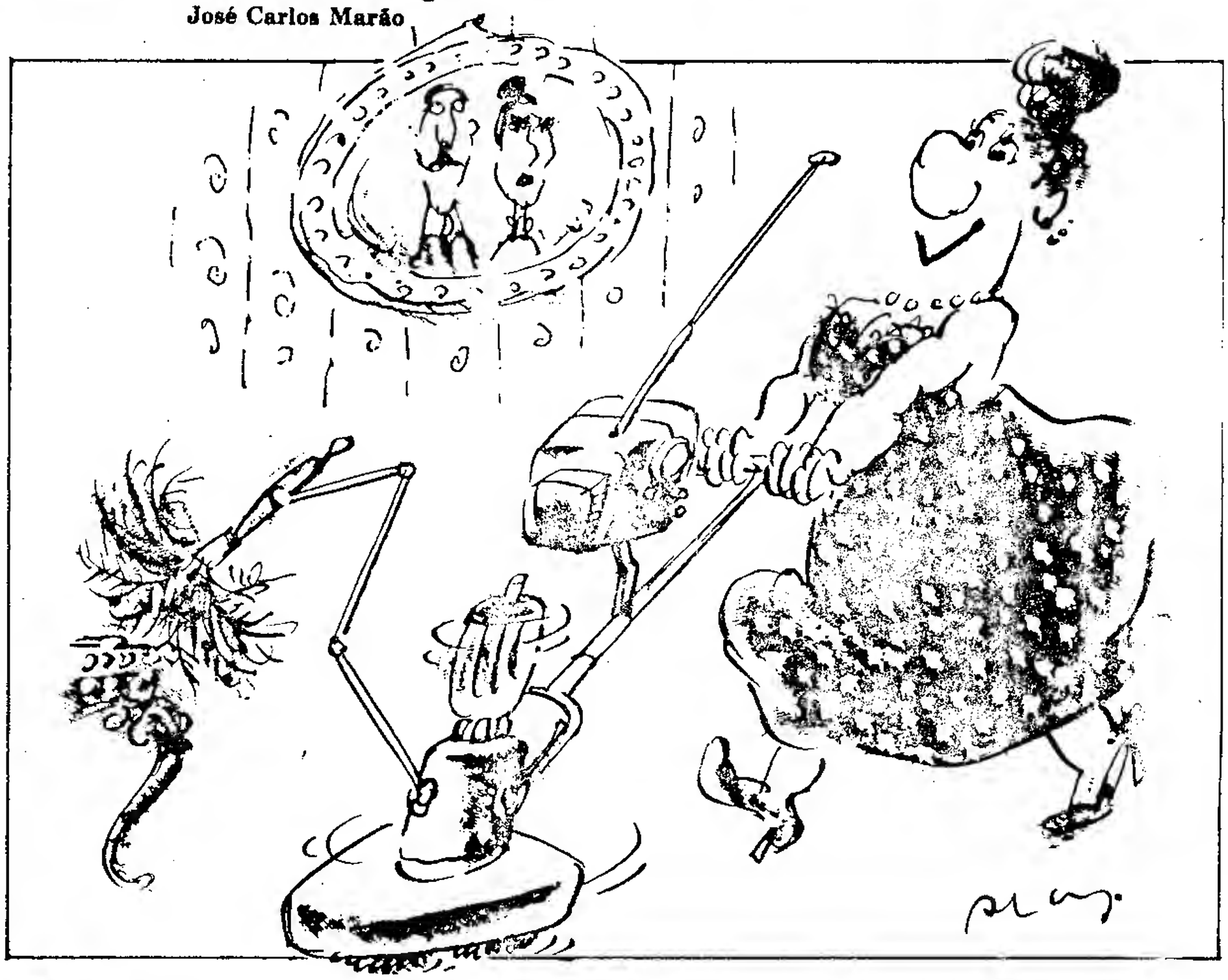
Jornal: MOVIMENTO (38) Pasta n.º
Data 16/05/1977 N.º do recorte 0176
Pág. 3

CENA BRASILEIRA

A FEIRA DAS BUGIGANGAS

A classe média paulistana e seus aparelhinhos de enfiar linha em agulha

José Carlos Marão



Os camelôs estão lá, na UD, a Feira de Utilidades Domésticas, apregoando seus aparelhinhos de descascar abacaxis ou limpar vidraças, sem incomodar a opulência do fogões eletrônicos, dos maravilhosos aparelhos culinários ou dos banheiros de acrílico. É como se o grande templo do consumo, o palácio do Anhembi, em São Paulo, estivesse homenageando os primeiros sacerdotes da religião do supérfluo. E também dando refúgio aos últimos representantes de uma classe em extinção, substituída pelas grandes lojas, com suas humildes caixeiras que nem de longe têm aquele dom de falar e envolver o publico, como os camelôs.

Mas é para lá para os stands dos camelôs, que os consumidores vão e se amontoam, riem e compram, enquanto os outros stands ficam quase vazios:

– Você não vai mais comer hamburger congelado, que isso não é sadio. Olha aí, meu senhor, esse aparelho corta e enfeita um hamburger em três minutos e pode ser manejado por qualquer criança.

O grito do outro, lado, tenta encobrir o concorrente:

– Coco, melancia e jaca ele não espreme. Mas este é o espremedor que consegue retirar o suco de qualquer fruta.

Os consumidores, a grande classe média paulista, que deixou seus carros lá fora, a mais de um quilômetro, e já andou outro tanto dentro da feira, divertida, nostálgica, compra. E, por 20 cruzeiros, descarrega em um pedaço de plástico, anunciado como cortador de massa de pastéis, o impuso reprimido de comprar um fogão de 11 mil cruzeiros.

O revolucionário Puxa-fio

O consumidor é fiel, como um religioso que não poupa sacrifício para cumprir seu ritual. E, para cumprir seu ritual de comprar, vem de carro, estaciona longe e caminha até uns dois quilômetros (dependendo da sorte de ter encontrado uma vaga mais ou menos próxima) antes de chegar à porta da feira. Mas, no caminho, já vai encontrando os estímulos da sua religião: maçãs do amor, hamburgers, favos holandeses, algodão doce, oferecidos em barracas cor de laranja, para quem tiver paciência de enfrentar as filas.

Para entrar, paga 20 cruzeiros, atravessa uma borboleta, andar mais uns 150 metros e pronto: está dentro do templo onde espera encontrar cozinhas que trabalham sozinhas, banheiros onde a limpeza é feita sem contato manual, aparelhos que limpam uma casa em poucos minutos.

Mas, se a UD criou uma certa tradição de apresentar cenários de ficção científica, usando aparelhos importados, este ano ela não conseguiu atender às expectativas dos seus fiéis consumidores. A dificuldade de importação, a crise econômica ou simplesmente a decadência das grandes feiras fez com que o show de supérfluo deste ano não fosse tão magnífico como os outros.

Em um stand mais ou menos obscuro, sem nenhum nome, onde estavam expostos uma sorveteira (ou uma refresqueira?), um fogão miraculoso e mais alguns eletro-domésticos, um consumidor mais curioso poderia entender alguma coisa, pela explicação da recepcionista: "Estes aparelhos são da própria Anhembi, dos outros anos. Ela está liquidando." Mas ela não estava preparada para explicar as causas disso.

E ali estava o resto das cenas de ficção científica que o consumidor poderia encontrar.

Mas, sem saber ainda que vai ficar decepcionado, o visitante quer ver tudo. E seu primeiro problema, assim que entra na feira, é estabelecer um método, para percorrer todos aqueles milhares de metros quadrados,

Eles chegam quase sempre em grupos e sempre param na porta, combinando:

- Olha, vamos em zigue-zague.

- É melhor começar lá da ponta e correr todas as ruas.

E começam, concentrados, seu ritual de consumo.

É preciso andar muito, dentro da feira, mas isso faz parte dos sacrifícios do ritual. O primeiro grupo de stands, logo na entrada central, é o das fábricas de móveis. Os consumidores experimentam as cadeiras revestidas com plástico que imita pele de tigre, apalpam as portas almofadadas dos guarda-roupas, olham com admiração as linhas atuais dos móveis, opulentas, que querem chegar a um luxo exagerado mas chegam a revelar uma criatividade já um pouco cansada dos projetistas.

Depois, encontram uma das primeiras utilidades domésticas da feira: o maravilhoso, o magnífico "Puxa-Fio", revolucionário aparelho que serve para enfiar linhas em agulha. Os consumidores param e compram, admirados de como suas mães e avós resolviam antes um problema tão delicado como esse.

Em outro stand, mais na frente, descobrem que é possível perfeitamente, para uma mãe, fazer os trabalhos domésticos enquanto seu filho recém-nascido dorme. Ajudada por uma das maravilhas da tecnologia moderna, chamada "babá eletrônica", essa mãe ouvirá o choro da criança, caso ela acorde. Coisa que certamente era muito difícil antes da invenção da "babá eletrônica".

Andando mais um pouco, o consumidor encontra outra maravilhsa, o "Toc-Lig", mágico aparelho de controle remoto sem fio, adaptável a qualquer outro aparelho elétrico, que pode ser adquirido por 598 cruzeiros.

No meio disso tudo, em sua caminhada, ele encontra também reproduções de quadros de artistas brasileiros, a maior parte de valor, artesanatos onde de fato foi usada alguma criatividade, imitações de cerâmica marajoara e, para não se dizer que não havia nada importado, encontra também um stand de relógios da União Soviètica.

A cozinha e seus objetos que fazem tudo

No bloco dos stands da indústria de aparelhos para cozinha é que os consumidores param mais tempo. Lá também é que estão os camelôs e as cozinheiras-demonstradoras das fábricas.

Ali ele encontra o Suga-Sugo, aparelho que extrai sucos de frutas por um processo de aquecimento, mas ocupa, na cozinha, o espaço de umas duas panelas de pressão. Ou o Tweeny, o triturador de lixo que se coloca embaixo da pia. Com ele, a dona de casa moderna não precisa mais jogar lixo na lixeira: joga tudo na pia mesmo.

Sem falar no Defumatic, que prepara qualquer comida em 8 minutos. O Defumatic, feito para aliviar os penosos trabalhos da cozinha nos tempos modernos, é uma espécie de marmita onde se coloca, no fundo, uma serragem de bétula. Depois uma grade, em cima dessa grade o que se quer defumar. Tampada, a marmitinha vai em cima de um fogareiro a álcool, onde já é prevista a dosagem certa de álcool para 8 minutos. Mas a serragem de bétula tem de ser comprada em supermercados.

Depois de passar por tudo isso e de ficar deslumbrado com os fogões, o consumidor para nos stands de panelas: lá, as demonstradoras fazem doces, bolinhos, fritam peixe, linguiça. E, concorrendo com os camelôs, são os stands mais cheios: a comida é de graça.

Segue andando e descobre outras pequenas novidades, como o limpador magnético de vidraças (que limpa por dentro e por fora ao mesmo tempo), descobre a última palavra em tampas herméticas para garrafas, fica sabendo que, até o dia anterior da sua visita à feira não sabia descascar laranjas e, por fim, chega ao stand da Diouro , uma espécie de bombril de ouro. É "a esponja que faltava e seus múltiplos usos, como limpeza em geral e adornos". Com a demonstração de como eles servem de adorno: cada uma das recepcionistas ostenta, orgulhosa, uma reluzente peruca feita com esponjas douradas.

Talvez pela falta de utilidades domésticas suficientes, a UD foi invadida também pela indústria do material de construção e similiares. Nesse bloco de standes, o consumidor visita cada uma das casas pré-fabricadas que existem à venda, experimenta as paredes, comenta o tamanho das janelas. Anda pelos stands e descobre que basta uma grade para que seu filho não caia pela janela do apartamento, que um piso mais áspero evita os escorregões, que se não comprar logo alguns aparelhos seu bujão de gás vai explodir.

A última: uma tampa de privada de acrílico

Andando, com rápidas paradas pelos aparelhos de TV a cores, sempre ligados na novela de maior audiência do horário, descobre, numa outra série de stands, que a moda chegou ao banheiro: um banho numa banheira de acrílico certamente deixa as pessoas muito mais limpas. Sem falar na grande mudança de costumes que pode ser provocada por uma tampa de privada de acrílico, vendida por apenas 1.200 cruzeiros.

E, um pouco estranho para uma Feira de Utilidades Domésticas, o consumidor encontra vários stands de fabricantes de equipamento profissional para salões de beleza: cadeiras relaxantes, depiladores elétricos (sem dor, é claro), nutridores de pele, eliminadores de varizes e outros aparelhos que prometem maravilhas desse tipo.

As demonstradoras entregam cartões, com os endereços dos salões de beleza onde eles podem ser usados. Mas não podem dizer o preço: eles não são para ser em casa, mas sim para profissionais. E servem para embelezar a mulher, provavelmente considerada, pelo critério do expositor que os coloca na UD, mais uma utilidade doméstica, perecível mas que pode ser recuperada.

Nessa altura, o consumidor já andou por duas horas, ou mais. Cumpriu seu ritual de compra e tem de voltar para seu outro símbolo de status, o carro, que está a um ou dois quilômetros dali. As mulheres caminham com um ar satisfeito e os maridos, ao lado, vão carrancudos, carregando as sacolas, mostrando um ar cansado.

Mas talvez não tão cansados como Juçara, recepcionista de um stand de cintas emagrecedoras. O trabalho de Juçara é ficar em pé, durante todo o horário da feira, distribuindo sabonetes emagrecedores. E também mostrar-se, vestida com a cinta emagrecedora, por cima de um colante preto. Salário: 500 cruzeiros por dia. Opinião de Juçara:

- É, o trabalho é bom, mas cansa muito e os homens não dão sossego.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: .....
Data ...../...../.....
Pág. .....

Pasta n.º .....
N.º do recorte .....

Creches

Como trabalhar fora e ainda cuidar das crianças?

Maria Machado Malta Campos (*)

Foto: Yolanda Huzak

A dupla jornada de trabalho que constitui o cotidiano de grande parte das mulheres economicamente ativas pode ser desdobrada em três tipos de atividades: o trabalho remunerado, o trabalho doméstico propriamente dito e o cuidado com os filhos. A responsabilidade pelas tarefas domésticas traduz-se em horas adicionais de trabalho diário para as mulheres que trabalham fora de casa, como tem revelado vários estudos de orçamento. No caso daquelas que tem filhos pequenos, o quadro torna-se ainda mais grave.

No Brasil, a participação das mulheres na força de trabalho tem aumentado inclusive pela incorporação de contingentes femininos que acumulam essas duas funções: emprego e afazeres domésticos. A PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – indica que em São Paulo, por exemplo, a porcentagem das mulheres economicamente ativas que tinham "afazeres domésticos" como atividade secundária passou de 26,2% em 72 para 33,9% em 73.

Por outro lado, as taxas de fertilidade indicam que as mulheres continuam a engravidar e dar a luz a crianças (1) e, levando-se em conta a persistência dos padrões tradicionais familiares, responsabilizar-se quase exclusivamente por elas em seus primeiros anos de vida.

São poucos os dados existentes no Brasil sobre a maneira pela qual é individualmente solucionado o problema da guarda dos filhos durante o período de trabalho externo da mulher. Sabemos que variam bastante conforme a classe social da família e as características de cada região. Nas classes médias e altas é comum contar-se com uma ou mais empregadas domésticas que, na ausência da mãe, se incumbem dos cuidados com as crianças. Além disso um número cada vez maior de instituições particulares de ensino pré-escolar estão à disposição dessas camadas. Em 1974, 48% das vagas na pré-escola brasileira eram fornecidas por estabelecimentos particulares (2). Recentemente, até mesmo algumas creches de luxo tem sido instaladas nas maiores cidades do país.

Uma em cada dez mulheres que trabalham fora chefia a família

No entanto, não é nas faixas média e alta da população que se encontra a maioria das mulheres engajadas na força de trabalho brasileira. Aproximadamente 80% delas concentram-se nas classes mais baixas da população (3). Grande parte, 1.655.384 mais exatamente, são aquelas mesmas empregadas domésticas que garantem a disponibilidade das mulheres de classe média (4). Se considerarmos que metade da população feminina economicamente ativa está na faixa etária mais fértil, de 20 a 39 anos de idade (5), a pergunta inicial coloca-se de forma ainda mais insistente: como conseguem elas conciliar sua dupla função?

Um estudo realizado pela Secretaria do Trabalho e Administração do Estado de São Paulo sobre a mão-de-obra feminina empregada nas indústrias da Capital em 1970, no qual foram pesquisadas 500 trabalhadoras, entre administrativas, adestradas e braçais, revela que dentre as não solteiras, 72,8% tinham filhos. Destas, 46,4% costumavam deixá-los com parentes, 21,6% sozinhos e apenas 1% em creches ou instituições equivalentes. A porcentagem das que deixavam crianças pequenas sozinhas era maior no caso das empregadas braçais: 30%. Justamente a categoria onde se encontra o maior número de mulheres com filhos: 82,7% (6).

Frente à psicologia do desenvolvimento, que destaca os primeiros anos de vida da criança como sendo os cruciais para seu desenvolvimento mental, emocional e motor, frente à ciência da nutrição, que diz serem esses os anos críticos para o adequado desenvolvimento físico da criança, frente às conclusões dos estudos sobre marginalidade cultural, que demonstram que nessa fase de vida a qualidade da estimulação ambiental e social determina em grande parte o futuro sucesso ou fracasso escolar das crianças, o que dizer dessa situação de quase abandono a que muitas mães são obrigadas a relegar seus filhos para ganhar a vida?

Dois fatos já citados indicam que essa necessidade de trabalhar fora é premente: em primeiro lugar, uma em cada dez mulheres que trabalham é chefe de família (7); segundo, a diminuição do salário mínimo real nos últimos anos tem levado muitas famílias a necessitar de mais de um salário para sua sobrevivência.

Assim na falta de um local adequado onde possam deixar seus filhos menores durante o horário de trabalho, muitas mães são obrigadas a apelar para soluções que vão desde a ajuda de parentes e vizinhos, muitas vezes em troca de algum dinheiro, até ao recurso de deixá-los aos cuidados dos irmãos um pouco maiores ou mesmo à solução extrema de deixá-los sozinhos. São por demais conhecidas as conseqüências dessa situação: crianças doentes, desnutridas, sofrendo acidentes diversos dentro de casa ou na rua. Muitas já engrossando a legião de menores que perambulam por nossas cidades, correndo sério risco de logo serem contadas entre os menores abandonados ou delinquentes.

Diante dessa situação de carência, o recurso já tentado em alguns países foi o Estado fornecer às famílias com crianças pequenas uma ajuda de custo para possibilitar que as mães que assim o prefiram fiquem em casa durante os primeiros anos de vida de seus filhos, não nos parece indicado. No caso de um país como o nosso, é preciso levar em conta que uma boa creche, além de facilitar a integração das mulheres na força de trabalho, é um lugar onde as crianças podem encontrar alimentação melhor, atendimento de saúde mais eficiente e estimulação social e ambiental mais rica. De fato, grande parte dos estudos (8) feitos em outros países a respeito dos efeitos que as creches tem sobre as crianças, demonstra que a discussão mais antiga que contrapunha uma creche do tipo "depósito de crianças" a uma família bem constituída de classe média deve ser substituída por uma análise que leve em conta a qualidade da creche, as atitudes da família, em especial da mãe frente a esta e, principalmente, o tipo de tratamento que a criança receberia se ficasse em casa.

Por outro lado, se considerarmos que o processo de incorporação da mão-de-obra feminina ao sistema produtivo tem se intensificado nos últimos anos e provavelmente terá continuidade nos próximos, ocorrendo simultaneamente ao processo de urbanização intensivo que desmembra as famílias extensas em núcleos isolados, a necessidade de uma solução adequada para o problema da guarda dos filhos durante o horário de trabalho da mulher configura-se como cada vez mais necessária e urgente.

A guarda das crianças é responsabilidade da sociedade

Outros países já tem se preocupado em fornecer às famílias, uma infra-estrutura de apoio que inclui creches, cozinhas coletivas, centros de convalescença para crianças doentes, etc. Uma publicação recente da Organização da Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que congrega os países capitalistas desenvolvidos (Europa ocidental, America do Norte, Japão, Austrália e Nova Zelândia) fez um balanço cuidadoso da situação das mães que trabalham em 10 desses países. Constata que apesar dos avanços recentes na construção e operação de creches, muito ainda resta por fazer. Nem todos, como a Suécia, podem ostentar a proporção de 96 vagas em instituições pré-escolares para cada 100 crianças filhas de mães economicamente ativas.

Depois de examinar as várias maneiras pelas quais os diversos países tem enfrentado esse desafio, que vão desde a atuação direta do Estado até as várias modalidades de incentivos às empresas e deduções nos impostos ou subvenções às famílias com crianças pequenas, o estudo chega à seguinte recomendação final: a guarda das crianças deve fazer parte das responsabilidades da sociedade quanto à educação de todas as crianças, não devendo ser separada dos outros serviços comunitários; ela deve estar à disposição de todas as famílias, independentemente do fato de mãe trabalhar ou não fora de casa, constituindo-se em um suplemento das primeiras experiências que a criança recebe em casa (9)

(*) Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, São Paulo. Texto apresentado na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a situação da mulher no País

Estas recomendações coincidem, em grande parte, com as endossadas pela ONU na Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, realizada em 1975 no México. O terceiro princípio da declaração geral aprovada afirma: "Constitui responsabilidade do Estado criar as necessárias facilidades para que as mulheres possam se integrar na sociedade enquanto suas crianças recebem cuidados adequados" (10).

Como tem o Brasil enfrentado esse problema? A preocupação parece que vem de longe. Já no início do século, em São Paulo eram fundadas, por iniciativa de alguns industriais, as primeiras creches destinadas a atender os filhos de seus operários. Em 1925, o governo paulista baixou um decreto regulamentando as chamadas "escolas maternais", que deveriam funcionar em regime de semi-internato, localizando-se junto às indústrias, com a finalidade de prestar cuidados aos filhos de operários (11).

Quem cumpre a lei?

A legislação trabalhista instaurada em 1943, através da Consolidação das Leis do Trabalho, define em seu artigo 389, § 1, como obrigação das empresas onde trabalhem 30 mulheres ou mais, com idade superior a 16 anos, a manutenção de "local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação". O § 2º determina que essa exigência "poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI, do SESC, da LBA ou de entidades sindicais" (12). Assim, a lei define como obrigação das empresas o atendimento às crianças somente durante o período de amamentação. A pena prevista para a transgressão dessa norma é de "multa de um quinto do valor de referência a dois valôres de referência regionais" (artigo 401/CLT). Atualmente este valor é de Cr$ 638,30 em São Paulo (...).

Leia, assine e divulgue Movimento; em defesa das liberdades democráticas, da independência nacional e da elevação do padrão de vida dos trabalhadores. Leia, assine e divulgue Movimento; em defesa das liberdades democráticas, da independência nacional e da elevação do pa-

Seis meses após a promulgação da Portaria nº 1 de 15 de janeiro de 1969, que dispõe sobre as condições de instalação de creches nas empresas ou estabelecimento de convênios com creches distritais, conforme exigências contidas na CLT, "a imprensa levantava não mais de duzentas creches em todo o Brasil, concentradas nas três principais cidades (Rio, São Paulo, Belo Horizonte)" (14). Dados colhidos pela Secretaria do Trabalho e Ação Social do Rio Grande do Sul, em 1975, revelam que 73% das empresas no Estado, com mais de 30 mulheres empregadas, não estavam cumprindo a exigência legal (15). Uma funcionária da Delegacia Regional do trabalho do Estado de São Paulo, responsável por essa fiscalização, nos declarou que a Delegacia não dispõe de nenhuma informação sobre o número de empresas no Estado que mantêm creches ou convênios, nem sobre eventuais queixas de empregadas. Segundo suas palavras "na Delegacia só são dados vistos aos convênio[illegible] enviados pelas empresas".

A exigência legal que determina que as creches com as quais as empresas mantêm convênio devem estar próximas ao local de trabalho não costuma também ser cumprida. Recentemente, a imprensa noticiava o caso de uma empresa de tintas, em Guarulhos, que mantém vagas numa creche distante 10 km da fábrica (16). Quanto ao Artigo 2º da Portaria 1/69, que determina que na inexistência de creches próximas "os estabelecimentos ou as instituições" devem fornecer "transportes, sem ônus para as empregadas", não é mencionado n[illegible] mesmo pelos que se preocupam em denunci[illegible] o não cumprimento da lei.

Mesmo assim, respondendo a pes[illegible] feita pela professora Marly Cardone em 2[illegible] presas de São Paulo, já mencionadas anter[illegible]mente, chefes de pessoal citaram como segun[illegible] principal motivo para despensa sumária de empregados no evento de casamento ou gravidez a necessidade de "evitar instalação de creches" (17).

No entanto, mesmo que fosse possível assegurar o cumprimento da lei pelas empresas, o problema não estaria resolvido. Não só grande parte das mulheres que trabalham estariam excluídas desse benefício, como é o caso das empregadas domésticas, das trabalhadoras autonômas e das trabalhadoras rurais, como a maioria das crianças entre 0 e 6 anos também o estariam, já que a exigência legal mal cobre o primeiro ano de vida de cada uma. Na verdade, a lei fala em "período de amamentação" sem defini-lo. Mais adiante, refere-se ao direito da mãe dispor de dois descansos por jornada de trabalho para amamentar seu filho "até os 6 meses de idade", limite que pode ser dilatado "a critério da autoridade competente". Quanto ao número de leitos exigidos é de um "para cada grupo de 30 mulheres empregadas entre 16 e 40 anos de idade" (artigo 2º/Portaria 1/69) proporção muito aquém da realidade brasileira, como demonstra o estudo da Secretaria de Trabalho e Ação Social do Rio Grande do Sul já mencionado. Baseando-se nos dados de fertilidade do Estado esse estudo conclui que a proporção exigida deveria ser no mínimo de 3 leitos para cada grupo de 30 mulheres.

Além dos limites da obrigatoriedade legal, algumas instituições privadas de assistência tem atuado na área, colocando à disposição da comunidade ou de grupos específicos de mulheres um número limitado de vagas em creches. Muitas delas, geralmente através de convênios, tem recebido apoio financeiro e técnico de instuições governamentais, como é o caso da extinta Secretaria do Bem Estar Social do Município de São Paulo - SEBES -, e da Federação do Bem Estar do Menor do Estado de São Paulo - FEBEM.

No entanto, obter dados precisos sobre seu número, capacidade e condições de funcionamento é tarefa quase impossível. Muitas vezes a mesma instituição recebe subvenção de vários órgãos, constando portanto de vários cadastros. Nas estatísticas oficiais, as creches podem estar tanto incluídas nos dados sobre instituições hospitalares e para-hospitalares, como é o caso do Anúario Estatístico do Brasil de 1975. Na Secretaria de Promoção Social do Estado de São Paulo os dados sobre creches que a ex-Secretaria administra diretamente e as [illegible]om as quais mantém convênios.

Na região do grande Rio, de um número estimado de 2.000 estabelecimentos, que incluiam os chamados "depósitos de criança" [illegible] "creches clandestinas", somente estavam registradas na FUNABEM, em 1968, 71 estabelecimentos (18). Oito anos depois (1976) eram 90 as creches oficialmente registradas no Rio de Janeiro (19). Em Salvador o Serviço de Assistência ao menor registrava, em 1976, apenas 4. Nem mesmo o Centro Industrial de A[illegible] contava, até o ano passado, com qualqu[illegible] estabelecimento do gênero. Dados da Secre[illegible]ia do Trabalho e Ação Social do Rio Gran[illegible]o Sul indicam a existência de 18 creches re[illegible]tradas na capital e 12 no interior.

A enorme carência de creches

Como confrontar os poucos dados esparsos sobre o número de vagas existentes em creches com o número de crianças necessitadas, o qual também só pode ser calculado de forma aproximada?

O gráfico 9 e respectiva tabela tentam sintetizar, com a reduzida precisão que é possível obter, os dados sobre a situação de três Estados e um Município brasileiros neste pa[illegible]lar.

Estes cálculos, apesar de aproxim[illegible] revelam a enorme carência de creches n[illegible]. No entanto, a própria dificuldade com [illegible] luta-mos para conseguir chegar nesses e[illegible]tivas revela outro fato, igualmente importa[illegible] falta de uma ação coordenada do govern[illegible]te a essa carência.

A instituição creche não está bem [illegible]ida nas estatísticas e cadastros oficiais on[illegible] confunde com escolinhas maternais funcionando em meio período berçários de hospitais, asilos e abrigos para menores delinquentes. (...)

Como exemplos de projetos realistas podemos citar o das "creches casulos", que deverão ser implantadas em futuro próximo em Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, pela LBA (20). É um projeto muito semelhante ao das "mini-creches", elaborado pela ex-SEBES do Município de São Paulo, que pretendia instalar unidades com vagas para 60 crianças cada uma, que por serem menores e menos custosas pudessem ser administradas por entidades comunitárias de bairros periféricos da cidade. Outro projeto da SEBES visava incentivar e supervisionar o funcionamento dos chamados "lares substitutos", onde mulheres previamente treinadas receberiam algumas crianças da vizinhança em suas próprias casas, cuidando delas enquanto suas mães trabalham. Em Ceilândia, cidade satélite de Brasília, o Centro de Ação Comunitária Pró-Gente, entidade particular, estava realizando experiência semelhante, segundo informações do ano passado.

Estes são apenas alguns dos caminhos possíveis para atacar o problema. A grande carência de vagas poderia sugerir que os investimentos teriam de ser muito altos, porém, como estimaram recentemente alguns técnicos do Ministério da Previdência Social, talvez seja ainda mais custoso pagar as diárias hospitalares das milhares de crianças que tem de ser constantemente internadas por problemas de subnutrição (21).

Finalizando, acreditamos que está dentro das possibilidades do nosso país enfrentar com decisão e realismo esta urgente tarefa, revendo a legislação e respectivo sistema de fiscalização, coordenando a ação dos vários órgãos existentes, apoiando o trabalho já iniciado por [illegible]guns, encontrando outras modalidades de fi[illegible]ciamento, de forma a assegurar à mulher trabalha e aos seus fi[illegible]hos condiçõ[illegible] dignas de vida.

---

(1) Um cálculo aproximado feito a partir [illegible] dados da PNAD/73 indica que para cada grupo de 100 mul[illegible]res entre 15 e 49 anos de idade existem 95 crianças na faixa de [illegible] a 6 anos.

(2) Anuário Estatístico do Brasil, 1975.

(3) Segundo a PNAD/73, 81% das mulheres e[illegible]nomicamente ativas recebem até dois salários mensais e 77% [illegible]analfabetas ou possuem apenas instrução primária.

(4) PNAD/73. Este total corresponde a 27% d[illegible]l das mulheres economicamente ativas.

(5) As faixas etárias mais férteis, segundo o [illegible] de 70, são: idade das mulheresítaxa de nascidos vivos n[illegible] anterior ao Censo

15 a 19	*0.04*
20 a 24	*0.18*
24 a 29	*0.22*
30 a 39	*0.16*
40 a 49	*0.05*

Segundo a PNAD/73, a porcentagem de mul[illegible] entre 20 e 39 anos na população economicamente ati[illegible]minina é de 48,43.

(6) Secretaria do Trabalho e Administração. **Mão-de-Obra Feminina - levantamento Sócio-Econômico em Indústrias da Capital**, *São Paulo, pp 31-36.*

(7) PNAD/73.

(8) Howell, Mary C. Employed Mothers and Their Families. **Pediatrics**, *vol. 52 (2-3-) August 1973*

Neste artigo a autora faz uma ampla revisão dos estudos existentes na área.

(9) OCDE - Organização de Cooperation et Developpemente Economique, **Le rôle des femmes dans l' économie**, *Paris, 1975, p. 120.*

(10) Declaration of Mexio on The Equality of Women and Their Contribution to Development and Peace, in World Conference of The International Women's Year. **Declaration of Mexico - Plans of action**, *United Nations, 1975, p. 7.*

(11) Pereira, Maria Ruth de Moura. O papel da creche na assistência à infância. Seminário sobre creche. Secretaria do Bem-Estar Social da Prefeitura, São Paulo, 19[illegible]

(12) Campanhole, Adriano (org.) **Consolida[illegible] das Leis do Trabalho e Legislação Complementar**. *São [illegible]o, Atlas, 1977, 44ª ed.*

(13) Cardone, Marly. **Berçários e Creches [illegible] Direito do Trabalho**, *São Paulo, 1976, mimeo.*

(14) BRASIL, Ministério do Trabalho - Com[illegible] MTB/SE NAI/SENAC. **A formação profissional da mulher trabalhadora no Brasil**, *Rio de Janeiro, 1976, p. 118.*

(15) Estado do Rio Grande do Sul, Secretari[illegible] Trabalho e Ação Social, documento interno mimeo.

(16) **O Estado de São Paulo**, *14/12/76, "Tra[illegible] feminino é prejudicado no ABC".*

(17) Cardone, Marly. Subsídios do Direito d[illegible] Trabalho para um Debate sobre a Situação da Mulher. **Cadernos de Pesquisa**, *Fundação Carlos Chagas, São Paulo, (15) [illegible] 1975, p. 130. Note-se que por ocasião da pesquisa as empresas representadas pelos que assim responderam empregavam 3.118 mulheres.*

(18) Declaração do então Juiz de Menores citada em BRASIL, Ministério do Trabalho, op. cit., p. 120.

(19) Ibidem, p. 118.

(20) **O Estado de São Paulo**, *24/04/77, "Creches atendem a menos de 10 por cento da demanda", p. 31.*

(21) **Folha de São Paulo**, *1/2/76, "Projeto-Creche: criança até os três anos".*

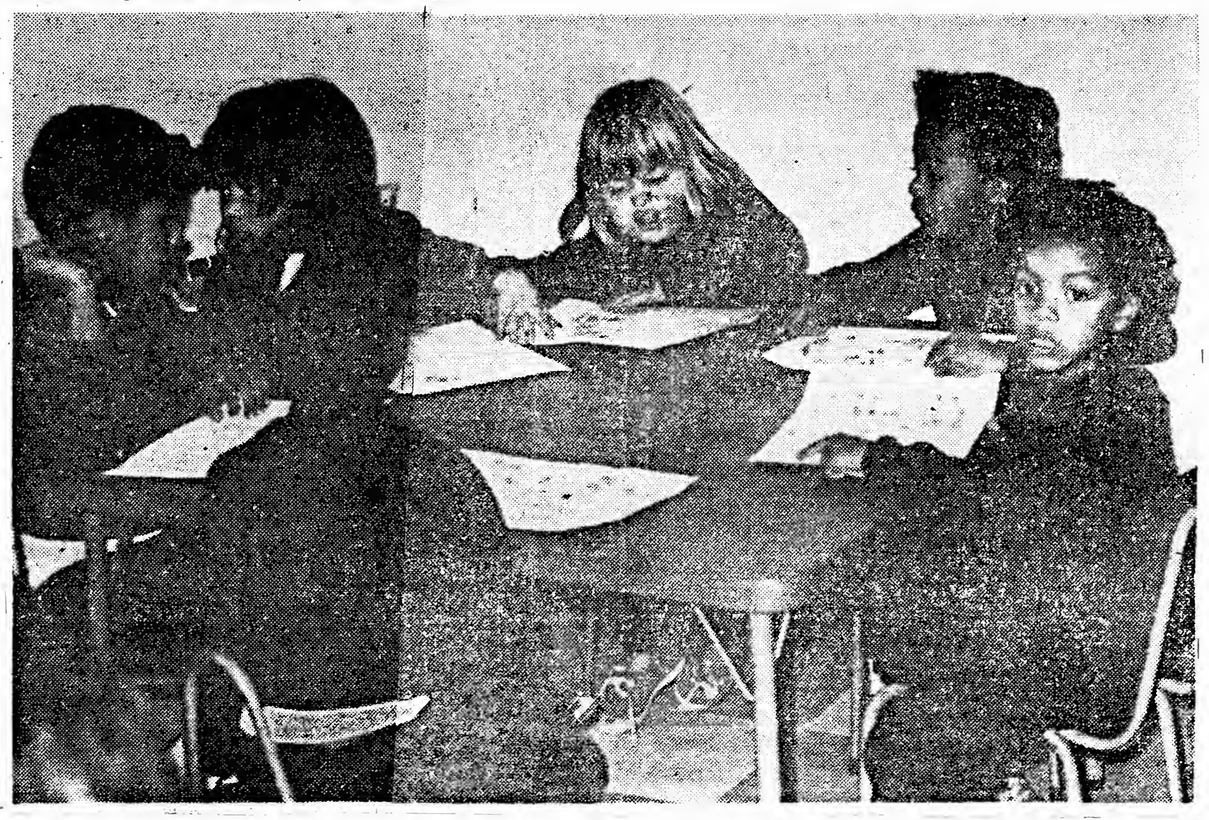
FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: O SÃO PAULO
Data 21-27/05/1977
Pág. —

Pasta n.º
N.º do recorte 0179

7.057 CRIANÇAS VIVEM O DIA NAS 84 CRECHES DA CIDADE, ENQUANTO 600 MIL AINDA ESPERAM SUA VAGA

As 84 creches que existem em São Paulo atualmente atendem a 7.057 crianças em idades de 0 a seis anos.
Nessa mesma faixa etária há 600 mil crianças aguardando vagas.
O que a Prefeitura de São Paulo está fazendo para aumentar a oferta?
Segundo a Cobes-Coordenadoria do Bem-Estar Social, muita coisa. E o que a comunidade em geral poderia fazer para auxiliar a Prefeitura a aumentar essa oferta?
Ainda segundo a Cobes, muita coisa.



ATENDIMENTO RESTRITO

Atualmente existem em São Paulo 84 creches. Destas, quatro pertencem à rede direta da Prefeitura (construídas e mantidas diretamente); 17 pertencem à rede indireta (construídas pela Prefeitura e administradas por entidades particulares mediante convênio de assistência técnica e financeira); e 54 formam a rede particular, em convênio de assistência técnica e financeira com a Prefeitura, através do qual recebem assistência técnica sistemática de atividades; há ainda outras nove particulares, que embora não mantenham convênio com a Prefeitura, recebem a assistência técnica dispensada às outras.

Na rede direta da Prefeitura, toda a programação é desenvolvida sob a coordenação de um técnico de nível universitário, auxiliado por uma equipe de nível médio, composta de professor, auxiliar de enfermagem, orientador social e estagiário de serviço social.

A programação básica desenvolvida em todas as creches das três redes — direta, indireta e particular — consta de atuação junto à criança (cuidados básicos de higiene, cardápio básico, atividades sócio-educativas); e atuação junto à família e à comunidade (atividades de lazer e profissionalizantes).

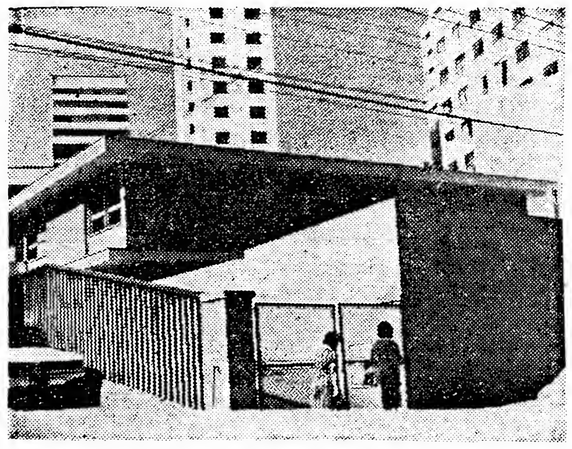
A execução desse trabalho, segundo José Roberto Soares de Souza, assessor de relações públicas da Cobes-Coordenadoria do Bem-Estar Social (antiga Sebes-Secretaria do Bem-Estar Social), prevê o treinamento de pessoal, nos seguintes aspectos: sensibilização para a problemática da criança carenciada; capacitação para o exercício da função junto à criança (atitude, relacionamento, desempenho prático); e reflexão sobre a função da creche.

Em janeiro deste ano, a situação, quanto ao número de crianças atendidas, era a seguinte: rede direta — 600; rede indireta — 2.251; rede particular — 3.836; e rede particular sem convênio com a Prefeitura, mas com assistência técnica — 370.

Isto significa que, ao todo, as creches atendem 7.057 crianças. Segundo a Cobes, atendem muito bem. Contudo, há uma grande defasagem entre a oferta e a demanda: há 600 mil crianças aguardando vagas.

Uma das formas de diminuir essa defasagem será posta em prática brevemente pela Cobes.

Ao invés de construir um pequeno número de creches com capacidade para 150 crianças — como ocorre atualmente — serão construídas várias mini-creches com capacidade para 50 crianças, atendendo exclusivamente a faixa etária de 0 a 3 anos (as creches com capacidade para 150 crianças estendem o atendimento até a idade de 6 anos, quando não existem parques infantis nas proximidades).



Essas minicreches darão a possibilidade de estender a rede a um número maior de comunidades periféricas, que poderão ser entregues a entidades sociais de pequenos portes, o que não é possível no caso de creches maiores.

Por outro lado, o barateamento do custo operacional e de construção permitirão um aumento expressivo da rede, segundo a Cobes.

Mesmo assim, dificilmente, nos próximos anos, haverá um número suficiente de creches para atenderem as 600 mil crianças que estão sem vagas. Contudo, ainda segundo a Cobes, construir creches, ou adaptar prédios para creches, é uma iniciativa que também deveria partir da própria comunidade carente, que para tanto contaria com todo o apoio da Prefeitura.

EQUIPE COORDENADORA

Janete Cekanauskas é assistente social. Faz parte do grupo de Atividade Assistência à Infância, do Cobes. Ela explica que este setor presta assistência técnica às creches da rede indireta e particular, através de equipes chamadas multidisciplinares. Compõem essas equipes pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, orientadores musicais e enfermeiras.

Cada um desses profissionais, revezadamente ou em grupo, como for o caso, presta às creches uma assistência técnica que visa o desenvolvimento de atividades junto não só à criança, mas também a família e à comunidade.

"A assistência em relação à criança — explica Janete — refere-se a todos os aspectos, tanto físicos quanto psicológicos. A prioridade de atendimento é para crianças de 0 a 3 anos de idade, porque é nessa idade que o ser humano adquire seu conhecimento do mundo, é quando tudo se cristaliza. Nós orientamos as pajens para que verifiquem as carências alimentares, o peso e a altura em relação ao crescimento, suas habilidades motoras, etc. Se a criança apresentar subnutrição, ou deficiências de outro tipo, nossa orientação é que receba atenção redobrada".

ORIENTAÇÃO ÀS MÃES

Segundo Janete, ao receber a criança, pela manhã, a pajem investiga junto à mãe como foi sua noite: se teve febre, se teve vômitos etc. Conforme as informações, a criança não é aceita e a mãe é orientada para levá-la a um médico, ou posto de saúde próximo.

Depois de medicada a criança pode ser encaminhada à creche, cujas pajens se encarregam de ministrar-lhes os medicamentos. Se, ao contrário, a criança passar mal durante sua permanência na creche, as pajens são obrigadas a levá-la ao posto de saúde.

"Quando a criança é devolvida à mãe — diz Janete — ocorre o processo inverso. A pájem é quem deverá prestar todas as informações sobre como foi o dia da criança, orientando a mãe caso haja necessidade de ministrar-lhe algum remédio receitado pelo médico, ou de observar a criança para verificar se ela está precisando ser consultada".

Embora Janete reconheça que o atendimento de uma creche visa, prioritariamente, dar assistência às crianças entre 0 e três anos de idade, ela acha importante a diretriz seguida pela Cobes, que é estender essa assistência até crianças de seis anos que não consigam vagas em parques infantis.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: O SÃO PAULO
Data 21-27/05/1977
Pág. —

Pasta n.º
N.º do recorte 0179.1

"Se fôssemos considerar apenas as crianças de 0 a três anos, teríamos uma defasagem de 200 mil vagas entre a oferta e a procura. Mas essa defasagem se eleva a 600 mil quando consideramos a faixa etária até 6 anos, que também é atendida. A clientela de uma creche é sempre carenciada. É comum as crianças chegarem com problemas de nutrição. Não seria justo impedir que, após os três anos, a criança deixasse de receber a alimentação e os cuidados que, na maioria das vezes, a mãe não tem condições de lhe dar em casa".

CONTROLE

As creches são obrigadas a fazer um relatório mensal para a Cobes. Desse relatório constam as quantidades de alimentos consumidos e o número de crianças que compareceu. A Atividade de Assistência à Infância faz a estimativa de consumo per capita de cada um dos alimentos. Caso as crianças tenham consumido menos carne, ou menos vitaminas do que é recomendado etc. A creche é orientada no sentido de reformular o cardápio.

"Podemos dizer que, no que se refere ao trabalho junto às crianças, temos conseguido um resultado que se aproxima muito dos 100%. A maior dificuldade é o trabalho junto à família", afirma Janete.

A Atividade de Assistência à Infância procura fazer com que a família da criança — mãe, pai, irmãos de outras idades — conheçam a creche, as pessoas que trabalham ali, que se interessam em realizar passeios conjuntos etc.

A finalidade é tentar conseguir qua a criança tenha, em casa, uma extensão dos cuidados que recebe na creche.

"É muito difícil — diz Janete — reunir esse pessoal. Chegamos até a promover cursos domésticos, na própria creche ou através das programações da Prefeitura. Além disso, tentamos esclarecer os pais sobre como utilizar os serviços comunitários próximos à creche, a exemplo de postos de saúde, play grounds públicos etc. Por outro lado, desenvolvemos um trabalho também junto à comunidade local, e tentamos a promoção conjunta de atividades. Tudo isso para que o conceito de família seja desenvolvido entre a comunidade, principalmente a da periferia, que enfrenta todo o tipo de carência".

O DIA DA CRIANÇA

Ao chegar à creche — entre 7 e 8 horas — a criança passa pela triagem de saúde. Se não apresentar qualquer sintoma de doença, é recebida, toma o café da manhã ou a mamadeira. Os desnutridos, em qualquer idade, recebem durante o dia reforço à base de leite e ovos.

Depois as crianças têm atividades pedagógicas, dirigidas (coordenação motora etc.) e livres (brincadeiras à escolha da própria criança). Para os bebes, banho de sol.

Às 10 horas há o período de hidratação, quando a criança recebe suco de laranja ou limonada, garantindo a vitamina C. Nessa hora as pájens aproveitam também para pingar o soro fisiológico no nariz das crianças, para evitar a corisa.

Antes do almoço (entre 11 horas e 11h30) há a lavagem de mãos. Geralmente quem já passou da idade de tomar mamadeira tem um cardápio à base de arroz, feijão, verduras (uma crua e outra cozida) e carne ou peixe.

Depois da sobremesa (geralmente uma fruta, às vezes gelatina) as crianças escovam os dentes e têm um período de repouso até às 14 horas.

No lanche da tarde recebem alimentação à base de leite (arroz doce, pudim, nescau, chocolate etc.), e vão para outras atividades pedagógicas, dirigidas e livres, depois o banho, já próximo à hora de serem devolvidas às mães, não antes da sopa.

Para os bebês, conforme a idade, há mingaus, papinhas etc.

A MATRÍCULA

As mães recebem instruções para iniciar as dietas dos bebês de forma coerente com a ida-

de. Geralmente a creche procura dar uma s nha reforçada para o bebê após o banho também sopa para os maiores) porque, em m tos casos, a criança só fará outra refeição no seguinte, quando voltar.

As 84 crianças existentes em São Paulo tão espalhadas por todo o municipio. Para tricular seus filhos as mães devem possu certidão de nascimento e caderneta de sa atualizada: vacinas sabin, tríplice, (coquelu difteria e tétano), contra sarampo e co varíola.

Qualquer uma dessas vacinas é mini da gratuitamente, nos postos de saúde da feitura e do Estado.

A creche exige também o teste de Mant que acusa qual a sensibilidade da criança à berculose.

Algumas creches exigem também a cart de trabalho da mãe. Caso a criança não te carteira de saúde, a creche orienta a mãe co deve proceder para conseguí-la.

Todos os documentos solicitados — c exceção do teste de Mantoux — são devolvi às mães após anotados.

"Essas exigências todas — explica J — não são para dificultar. No momento o solicitada a carteira de saúde, explica-se à a sua importância para a criança. As cre só tomam as providências para ministrarem mesmas as vacinas, através dos postos, em ca extremos. Essa responsabilidade deve ser mãe, para que ela comece a assumir a vida sica da criança".

Segundo Janete, nesse momento em que vê obrigada a procurar essas vacinas para filho, a mãe já começa a aprender a util melhor os recursos comunitários que existem seu bairro.

Não existem épocas certas para matric em creches. O difícil é conseguir vagas. Mes assim, a mãe que necessita colocar seu filho creche deve fazer a inscrição, pois assim, qua do surgir vaga, terá uma garantia.

A mensalidade nas creches vai de CrS 5 até CrS 60,00, dependendo das condições fina ceiras dos pais da criança. Para saber sobre e situação financeira, as creches fazem um leva tamento sócio-econômico da família.

ABRA UMA CRECHE

Qualquer pessoa pode abrir uma crec desde que seja idônea e conte com um respa técnico, depois de se caracterizar como ent de jurídica.

Basta formar uma sociedade, dar entra com os documentos em cartório, realizar a sembléia de constituição e iniciar as atividad

A Cobes — rua Pedro de Toledo, 1529, telefone 853-3092 — dá todas as instruções necessárias para quem pretende abrir uma creche. Janete Cekanauskas adianta que a Prefeitura não exige um prédio sofisticado. Apenas um prédio que possa acomodar as crianças, e que tenha espaço para lazer.

Os interessados recebem instruções de como adaptar o prédio, ou o projeto para construção; são orientados em como formar a sociedade e depois recebem assistência permanente da Atividade de Assistência à Infância, para a rotina de atendimento.

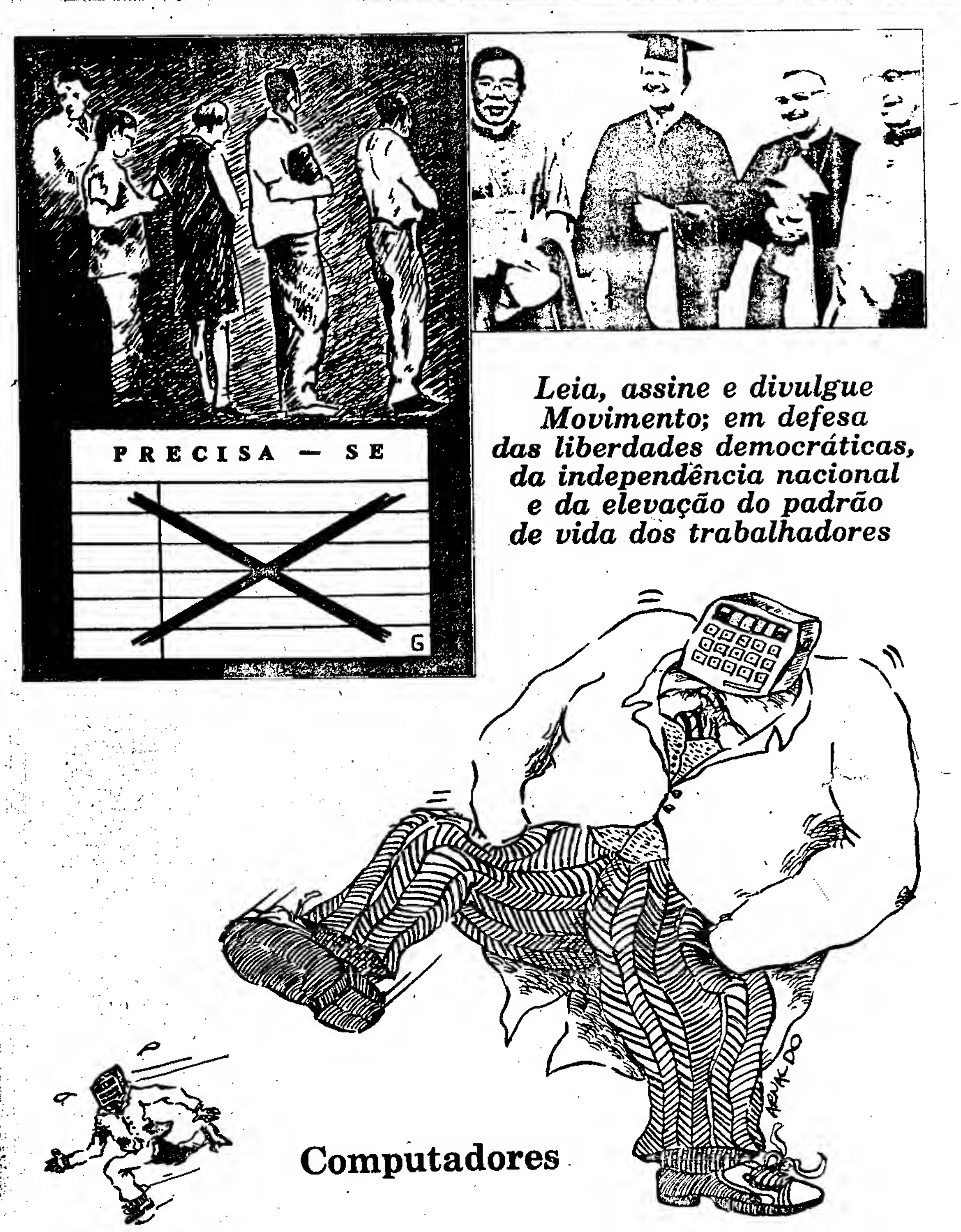
Atualmente uma creche recebe da Prefeitura um auxílio mensal de CrS 319,00 por criança matriculada. Agora, após o aumento do salário mínimo, esse valor crescerá cerca de 40%.

A creche recebe ainda, gratuitamente, meio litro de leite por dia para cada criança matriculada. Esse auxílio é prestado pelo INAN-Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, através de um convênio deste com a Prefeitura.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: MOVIMENTO (100)
Data 30/05/1977
Pág. 3

Pasta n.º
N.º do recorte 0180



FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: Movimento (104)
Data 06/06/1977
Pág. 2 20

Pasta n.º
N.º do recorte

Mulheres de Atenas – I

O refrão é um alerta

Lendo a carta aberta de Maria Madalena, de São Paulo, capital, em **Movimento** nº 94, na qual ela nos afirma que a música MULHERES DE ATENAS "valoriza uma sociedade patriarcal", verifiquei que a autora cometeu alguns enganos e venho através desta questionar algumas afirmativas suas a fim de que os louváveis propósitos da música em questão não sejam desvirtuados.

MULHERES DE ATENAS foi feita para uma peça de teatro: "LISA", do Augusto Boal. A revista HOMEM publicou um trecho da peça e embaixo do título está escrito que ela é dedicada aos movimentos de libertação da mulher. Augusto Boal, numa entrevista a VERSUS deste mês, nos fala sobre a peça: "É uma visão acabada do mundo. Falo sobre a libertação feminina. Veja bem, como homem escrevo sobre isso. Acho que tenho esse direito. O texto é uma resposta a duas peças de Aristófanes "Lisistrata" e "Assembléia de Mulheres". Ele escreveu contra a mulher. E eu, sendo homem, não posso assumir o ponto de vista da mulher mas posso escrever uma peça anti-machista".

Na música, o refrão é para ser contradito no decorrer da mesma e o verbo *mirar-se* é usado com a finalidade de proporcionar uma identificação da ouvinte com as mulheres de Atenas para que ela parta para uma contestação, na prática, do que está sendo denunciado. A música é de uma denúncia da espoliação, da coisificação e mutilação a que todas nós somos submetidas e proporciona uma tomada de consciência para a situação. Esta música não é um estímulo à imagem patriarcalista da mulher, não é uma conivencia com os interesses dominantes da nossa sociedade mas um convite para que não sejamos como as mulheres de Atenas.

O verdadeiro intelectual brasileiro é aquele que não está vinculado a uma sociedade que precisa marginalizar a mulher do seu sistema de produção para poder sobreviverr, mas aquele que sabe ser a libertação da mulher uma condição fundamental para a total libertação do homem. Concordo com a afirmativa sobre a pouca participação da mulher brasileira nas lutas sociais, nas organizações partidárias, porém quero lembrar a participação de verdadeiros intelectuais de que são exemplos Chico Buarque e Augusto Boal na tentativa de "sacudir", digamos assim, a mulher brasileira da sua posição de mera espectadora, de Amélia dos pseudo-intelectuais, para que ela possa, enfim, ser agente da História.

Rossana Sudário
Goiânia–GO

Mulheres de Atenas – II

Esta música é um convite para que não sejamos as mulheres de Atenas

Pareceu-me oportuno retomar o tema abordado pela leitora Maria Madalena no nº 94 deste jornal, recolocando algumas questões.

Trata-se da crítica a "Mulheres de Atenas", de Augusto Boal e Chico Buarque, gravada antes da encenação da peça em função da qual foi composta, cujo título é "Lisa, a mulher libertadora".

Há, no meu entender, dois aspectos a serem considerados: a divulgação da música para promoção do disco e neste ponto concordo com a leitora: se não é a única, é uma das músicas fortes, que se identifica com o pensamento do público a que se destina; o outro ponto seria o processo de transformação da mulher brasileira, com todas as contradições aí implicadas, bem como sua posição dentro da sociedade de classes, o que é levantado na peça "Gota d'água" de forma magistral e que não caberia analisar aqui.

Seria interessante ver como se processa a identificação dos "jovens intelectuais" com a música, que não valoriza uma sociedade patriarcal, mas a questiona. Não há identificação imediata, devido à forma como é apresentado o tema: "Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas..." O que ocorre é um impacto diante do que é lançado como definitivo, por ser antes de tudo uma situação do passado que pode servir de exemplo. A construção do tipo: "olhe o exemplo de fulano..." é bastante conhecida e vem sempre carregada de um certo temor. O refrão acima citado é um alerta constante aos ouvintes, mostrando a anulação de um ser humano por outro, de um grupo por outro. Daí, o que é cantado a respeito da mulher passa a ter um sentido crítico, porque vem precedido de um aviso, de um alerta. Não é por acaso que é usada a 3ª pessoa do plural, há um intermediário entre o público e o fato que lhe é apresentado. A identificação é do público com este intermediário e não com o conformismo apresentado. O "jovem intelectual" tem a chance de perceber uma realidade através da música e nesta projetar seus questionamentos, colocando-se na posição do compositor. Foi aí que os divulgadores acertaram ao escolher a "música forte".

Há mais coisas que foram cantadas a respeito da mulher além de "Quero uma mulher que saiba lavar e cozinhar..." e, para só citar o Chico, temos: "Sem açúcar", "Olhos nos olhos", que colocam o ponto de vista da mulher, com suas contradições e mesmo reivindicações.

Penso que os "jovens intelectuais" estão em processo de questionamento da ideologia patriarcalista em que foram criados e gostam de ouvir músicas que se relacionam com este questionamento.

Margarida Maria
Niterói – R. J.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: O São Paulo
Data 11/06/1977
Pág. 4
Pasta n.º
N.º do recorte 0723

Uma escola para os pais

As pessoas procuram se preparar para as atividades que devem exercer na vida. Há cursos, em todos os níveis, que oferecem teoria e prática para os vários tipos de trabalho, desde os mais simples até aqueles muito especializados. Mas ninguém aprende a educar filhos, de maneira organizada, embora esta seja uma função inerente ao ser humano. Mas sempre relegada ao teste dos erros e acertos. Em geral, só quando começam a aparecer atritos mais graves entre pais e filhos é que os primeiros passam a admitir — e nem sempre — a necessidade de conhecer melhor as causas desses problemas de relacionamento.

Há 14 anos, constatando essa característica fundamental das famílias, num grupo de pessoas começou a procurar alternativas através das quais fosse possível alterar essa realidade. E fundou, no Brasil, o movimento Escola de Pais, inspirado na "École des Parents", de Paris, que existe desde o começo do século, embora sem qualquer relação direta, inclusive na forma de estruturar o trabalho junto aos pais.

Alzira Lopes, uma das fundadoras, explica como é que funciona o movimento, cujos integrantes estarão reunidos de quarta-feira a domingo próximos, no XIV Congresso Nacional da Escola de Pais do Brasil. Ao mesmo tempo será realizado o X Congresso Internacional das Escolas de Pais, com a participação de representantes de mais de 20 países, da América, Europa, Oriente Médio e África, onde existem iniciativas semelhantes.

"A Escola de Pais, fundada no Brasil em 1963, é um movimento particular, voluntário, apolítico e aconfessional — diz Alzira Lopes. Tem como objetivo educar os pais, torná-los mais seguros para enfrentar as mudanças sociais, com a transmissão de conhecimentos de psicopedagogia que os incentivem a reformular seus princípios".

Mas é também um movimento de "pré-evangelização", acrescenta Alzira Lopes, porque em geral os casais que participam da Escola de Pais manifestam a necessidade de um maior aprofundamento espiritual, sem que isto signifique alteração em seus princípios religiosos. Ou seja, a Escola de Pais dá grande importância à religião, mas respeita as diversas crenças, desenvolvendo seu trabalho a partir das opções individuais. No momento, há a predominância de grupos católicos e também a participação de muitos israelitas na Escola de Pais.

O movimento não recebe nenhum subsídio e nem cobra taxas para realizar cursos anuais de dez semanas. Todos trabalham como voluntários, utilizando as dependências de escolas e colégios. Trata-se, na maioria, de estabelecimentos particulares de ensino, que solic boração da Escola de Pais, grupos de casais, não nec pais de alunos dessas escolas, condições prévias para a Esses grupos se reúnem se para cumprir um programa de 20 temas, distribuídos por dois de abril a junho e de setembro.

No primeiro ciclo, os A importância do lar na form mem; Autoridade no lar — educador e a mãe como equ cional; Necessidades básicas Os defeitos dos pais e sua vida dos filhos; A maturid — condição de educação; A amor; A personalidade: na meninice e princípios de edu rivalidade entre irmãos — ci gundo ciclo: A responsabilid na formação dos filhos — co seu filho um bom estudante; recompensas; A educação ser terísticas da adolescência; Pr educação na adolescência; A do adolescente; O trabalho e educação do adolescente; O educação; A mesada; e O na

Embora os principais p relacionamento entre pais e r cem a aparecer justamente na cia, Alzira Lopes considera f que os pais mais jovens parti grupos de casais do movime acredita que muitos erros pode tados. A Escola de Pais, em b rá incentivar a participação jovens.

Os congressos da Escola quarta-feira a domingo, serão no Colégio Santa Cruz, à rua no Alto de Pinheiros, mas a lene será no Palácio dos Bandeir horas. Presidirá os trabalhos Berge, presidente da Federaç cional de Escolas de Pais, q em Paris. André Berge fará a ferência do programa: "Enfoq educação de pais".

O tema geral dos trabalh car para o futuro", título da p ferência, na quinta-feira às sob a responsabilidade do Charbonneau. Na sexta-feira Otto Klineberg, sobre "Enf social da educação de pais", professor Pierre Furter, sob frente ao desafio da educação inacabado".

Do programa constam ain sos: Psicopedagogia, sob a dade do professor Pierre Fur ça; A família e sua responsa tura, dra. Hilda Moreno, da e Os problemas de aprendiza ança, dr. Haim Gronspum, do

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: FSP
Data 18/06/77
Pág. —

Pasta n.º
N.º do recorte 0784

AMPLIADO ATENDIMENTO em creches da cidade

F/SP 18/6/77

tendimento da cidade

que agora poderá atender mais 10 crianças na região de Pirituba-Perus, e com a União Brasileiro-Israelita do Bem Estar Social, que poderá aumentar o atendimento de 70 para 115 crianças.

PLANO DE ATENDIMENTO

O coordenador do Bem Estar Social, Luís Felipe Soares Baptista, explica que a Cobes está executando um plano de atendimento à população infantil (de até seis anos de idade) de três formas diferentes, por meio das creches. A forma direta — creches construídas, equipadas e operadas pela Prefeitura — atende 600 crianças em quatro estabelecimentos. Esse sistema não teve prosseguimento por ser muito oneroso e a Prefeitura decidiu-se pelo sistema indireto — construção de equipamentos e prédios, pela Prefeitura e entregues à administração de entidades assistenciais particulares. Atualmente, existem 17 creches nessas condições.

A maior parte do atendimento, entretanto, é feita por meio de concessões de subvenções da Prefeitura à creches particulares que possuem prédio próprio. A entidade recebe uma verba mensal, correspondente à metade da unidade fiscal do município (Cr$ 683,00), a 70 por cento do total de crianças atendidas em cada creche. Assim, uma creche para 100 crianças, receberá, todo o mês, Cr$ 23.905,00 da Prefeitura para o atendimento a setenta crianças.

AS MINICRECHES

Iniciando uma reformulação no esquema de atuação junto à população de zero a 3 anos, a Cobes decidiu-se este ano pela criação de minicreches. Serão unidades com capacidade menor de atendimento, localizadas principalmente na periferia, em vilas e jardins mais distantes, onde a população tem dificuldade de acesso aos centros de atendimento.

As minicreches atenderão 50 a 60 menores e serão construídas dentro de técnicas mais simples e menores, possibilitando o funcionamento em prazos menores. Como a administração será bem menos complicada, ela será entregue a entidades assistenciais do próprio bairro.

A Cobes pretende construir cinco minicreches este ano — limite [illegible] pela verba disponível [illegible] estudo realizado determinou que as áreas mais carentes do serviço são as do [illegible] Guianazes e [illegible] O, as primeiras a receber as minicreches.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: MOVIMENTO *Pasta n.º*
Data 20 / 06 / 1977 *N.º do recorte* 0185
Pág. C

Trabalhadores

As mulheres e o trabalho noturno

Um debate: as mulheres devem trabalhar à noite? As operárias respondem: "Noite foi feita pra dormir; eu não concordo porque não quero me igualar ao homem; não traz vantagem se o salário não aumenta"

O projeto da nova Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que será enviado pelo Executivo ao Congresso provavelmente vai eliminar um ponto controverso da legislação trabalhista que alguns consideram retrógrado e outros acham avançado: o artigo que impede o trabalho feminino à noite, em setores produtivos (fábricas, por exemplo). Esse dispositivo foi inscrito na CLT há muitos anos, como parte de convenções internacionais do trabalho assinadas pelo país. Mas, atualmente, as próprias mulheres se mobilizam para rever os pontos protecionistas da legislação, por considerá-los como um impedimento ao trabalho livre e uma discriminação a mais. Do lado das empresas, existem pressões para que o trabalho feminino noturno seja permitido em todos os setores e, dessa forma, os empresários terem acesso à mão-de-obra mais farta e mais barata. Neste debate, promovido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (SP) e publicado em seu jornal "Tribuna Metalúrgica", sete mulheres, que também trabalham fora de casa, discutem este e muitos outros problemas das operárias a partir de uma pergunta: mulher deve trabalhar à noite?

Operária 1 - Eu não concordo porque não quero me igualar ao homem. Esse negócio não dá pé; mulher é mais fraca que o homem, é inferior.

Entrevistador - Você não acha que o que o homem faz a mulher pode fazer?

Operária 1 - Eu não sou muito de estudo, não, mas cientificamente já está provado que o cérebro do homem tem mais poténcia do que o da mulher. O homem pensa com mais firmeza.

Operária 2 - Eu não acho, não. É quase tudo igual. O homem trabalha, a mulher trabalha. Agora, sobre o trabalho noturno, eu [illegible] com noite foi feita para dormir. E [illegible] igualar o sa- que isso venha trazer [illegible]em, porque trabalha relação ao sa[illegible]rante o dia e ganha mais que lário.

Entrevistador - Só uma coisa: vocês acham que traria problema para vocês trabalhar à noite?

Operaria 4 - Eu trabalho das 7 às 5 e meia da tarde. E depois trabalho em casa. Lavo a roupa, a louça, faço a janta. Para mim tanto faz trabalhar à noite, desde que a firma dê condução para levar a gente de volta.

Operárias 5 e 6 - Não concordamos. À noite não dá pé.

Operária 7 - Eu já trabalho à noite. Sete horas da manhã, estou fazendo o trabalho doméstico. Eu moro sozinha e estudo também. E isso me traz muitos inconvenientes.

Operária 4 - Se a firma pegar em casa, na ida e na volta, então a gente podia trabalhar à noite. Do contrário eu acho que não está certo a mulher sair às 10 horas de casa, andar por aí sozinha.

Operária 3 - Na minha firma não tem nada para trabalhar à noite. Agora, sair de casa às 10 horas, sozinha, aí não é a mesma coisa que andar de dia.

"A gente chega ao banheiro, não fica nem dois minutos, a encarregada já aparece"

Entrevistador - As mulheres casadas reclamam de problemas em casa, por causa do serviço?

Operária 5 - Eu nunca vi elas reclamarem. E vejo elas falarem que gostam do serviço.

Operária 7 - Quem tem criança reclama porque não dorme à noite, a criança não deixa, chora, está doente. É aquele problema, tem que tomar conta do filho.

Operária 2 - Eu vivo doente. O médico já falou que eu vivo doente por causa do serviço. Eu trabalho sem gostar, se eles me mandarem embora, eu saio, senão fico.

Entrevistador - Nas fábricas existe um sistema de chapinhas para ir ao banheiro. Isso é só para mulheres?

Operária 3 - Depois que vocês (o sindicato) estiveram lá na minha fábrica, as chapinhas foram abolidas. Geralmente quando tem chapinha é só problema.

Operária 2 - Sobre a chapinha, a gente chegava ao banheiro, não tinha nem dois minutos, a encarregada já reclamava por causa disso, juro. E o seguinte: na seção a gente não pode conversar, de maneira alguma. Então, conforme a gente perguntasse alguma coisa sobre o serviço a uma colega, ela castigava a gente. Mas tinha muitas que "puxam" um pouco mais, sabe como é, essas podiam ficar mais de cinco minutos no banheiro. Se você ficar doente, estiver morrendo, por ela (a encarregada) você fica ali trabalhando, você morre no serviço. Teve uma tia minha que ficou doente na seção, começo de pneumonia, começou a dar aquela febre forte. Então, ela pediu saída para a encarregada, depois de pedir um remédio para ver se melhorava. E a encarregada falou que lá não era farmácia, mais a gente sabia que o dono dava cem cruzeiros toda a semana para comprar remédio para os funcionários. No fim das contas, minha tia ficou uma semana no hospital, porque estava ruim mesmo. Lá tem muitos problemas. restaurante é uma bagunça e os homen[illegible] dos, nem almoçam nele, almo[illegible] a solda, máquina mesmo. Nã[illegible] e queimei a vista disseram que eu queimei serviço que f[illegible]. Fiquei no seguro uma semana. E eu [illegible] dia. No mesmo dia que voltei outra menina também queimou a vista. Aí ela não quis dar seguro, começou a tratar com remédio.

Operária 3 - Ah, sim. O homem não é tão resignado. É mais estourado. Às vezes quando o encarregado chega e fala com ele que está errado, ele começa a discutir, o encarregado sai falando, ele vai atrás, vão até aos tapas. E nem sempre o homem é despedido. Mas, com mulher... se a gente responder o encarregado diz "não quero papo" e acabou, vira as costas, você vai atrás mas ele ganha sempre. Ele grita mais alto, a gente grita e tem carta de advertência ou três dias de suspensão.

"Depois de casada, trabalhar só se for necessário"

Entrevistador - Vocês gostariam de trabalhar quando se casassem?

Operária 3 - Se fosse necessário para ajudar a família, do contrário o melhor que acho é ficar em casa mesmo.

Operária 2, 4, 5 e 6 - Eu trabalharia só em caso de grande necessidade.

Operária 7 - Com condições boas de trabalho, eu continuaria na fábrica, porque acho que o trabalho de casa não tem diferença com o serviço da fábrica

Operária 8 - Eu preferia trabalhar na fábrica, porque o trabalho em casa é chato, a gente fica sozinha. Na fábrica, há companheiras, a gente faz amizade, sai da rotina.

Operária 3 - Mas é preciso que a gente tenha liberdade. Como está, a gente é igual a escravo ou pior. A gente nem pode tomar água, vivem em cima, perseguindo.

Operária 8 - Acho que a mulher deve ser igual ao homem no trabalho, desde que haja condições de trabalho, que elas recebam o mesmo tratamento que os homens recebem.

Operária 3 - A mulher pode fazer cursos de desenho mecânico, inspetor de qualidade, coisa assim, como os homens.

Entrevistador - No serviço de vocês, quem produz mais, o homem ou a mulher?

Operárias 3, 6 e 8 - Os homens, porque eles trabalham mais horas. Agora tem uma coisa de ser a mulher mais persistente que o homem. Aí os dois podem fazer igual.

Operária 5 - O homem ajudante ganha igual mulher ajudante.

Operária 7 - Os homens são mais protegidos que as mulheres, podem fazer o que querem, vão ao banheiro quantas vezes quiserem, voltam para o lugar e se cismarem de bater um papo eles vão ao banheiro e falam. Nós não podemos sair do lugar. E ganham mais salários que a gente.

Operária 5 - Da impressão que o serviço nosso lá, tanto faz o homem como a mulher. O problema é só aprender. Às vezes, a gente não sabe e pega a máquina e erra, lógico, não aprendeu, não tem prática. Então os homens põem a mulher para trabalhar e depois as tiram e põem os homens outra vez. E isso aí.

Operária 6 - Lá eles pagam por produção. Tem mulher que ganha muito mais que homem. Isto porque elas trabalham até hora do almoço. Trabalham direto.

"...po qualquer serviço, menos o meu"

Entrevistador - Reparem que, de tempos em tempos, o pessoal acha que vocês já estão acostumadas com aquela produção e aumentam a produção. Não ocorre isso? Vocês fazem 50 peças, passa o tempo, agora vocês tem que fazer 60. Então vocês já pensaram em não conseguir fazer as 60, só fazer mesmo as 50?

Operária 5 - Eu penso, duas ou três da seção pensam, mas o restante não. Se a gente for fazer isso sózinha, se prejudica por causa das outras que não aceitaram. Por exemplo, na minha seção nós trabalhamos em linha de montagem. Assim, se a da frente dá conta e eu não der, então eu sou prejudicada. Então não adianta brigar.

Operária 4 - Em junho do ano passado, recebi maio e junho na base de Cr$ 900,00. Agora, com aumento e tudo, recebi só Cr$ 400,00. É que houve aumento de salário, mas eles baixaram o prêmio.

Operária 1 - Na minha seção eu toparia qualquer tipo de serviço, menos o meu. Eu trabalho na produção. Faço molejos, na mão. A gente poê a esteira em cima da mesa e vai fazendo colchão com molas.

Operária 4 - Existem muitas meninas lá que têm defeitos, uma até mudou para minha seção, por causa disso.

Operária 7 - A minha mão inchava assim, todinha, daqui para cima inchava tudo. Eu pedia para mudar de seção, eles não deixavam, o médico só me dava guia para ficar em casa. Trabalhei um tempo numa seção, pedi para mudar, eles não deixaram.

Entrevistador - Vocês acham que em alguns casos os patrões têm preferências por mulheres? Porque eles têm mais facilidades em dobrar as mulheres, em impor uma rigidez maior?

Operárias 1, 4 e 5 - Eu acho.

Operária 5 - Inclusive tem uma parte lá na seção que dava uma média de 30/35 pacotes de molas, com 60 molas cada pacote. Então eles resolveram mudar para mulher e as mulheres dão 50, 60 até 70 pacotes, e ganham menos. Tem prêmios em dinheiro, mas pouco ajuda.

Operária 7 - Os prêmios são uma micharia de Cr$ 50/60,00.

"A menor teve uma filha. E o chefe com[illegible]ou a dar em cima dela"

Entrevistador - Me digam uma coisa: os encarregados costumam cantar as meninas?

Operária 3 - A minha encarregada costuma "cantar o dono lá (risos).

Operária 4 - Na minha seção [illegible] conteceu um negócio desses. A menina era [illegible]or e teve a infelicidade de ter uma filha, [illegible] como é. Por isso, o encarregado deu em cim[illegible]la. E ela queria pegar uma máquina para [illegible]ar mais, porque precisava. Não sei se o enc[illegible]ado conseguiu o que queria, só sei que a m[illegible]na pegou a máquina. Sobre o negócio do [illegible]io, teve uma ocasião que ele foi baixado por causa disso. Não sei se esse problema de ca[illegible]la existe. Mas todo mundo nota um certo clima favorável a isso. Sabe como é, deu colher de chá, o cara entra firme, então o problema é dela, ou melhor, [illegible]ando dizendo, sorte dela que pode ir [illegible] combinamos de ser. Aquela que falei [illegible] há hora agá fiquei sózinha prêmio dela [illegible] até hoje, porque o meu prêmio con[illegible]ua baixo, e fui jogada para outra seção, em serviço pior. Acho que foi porque não dei bola para o encarregado, não aceitei sua cantada. Ele fala que não, é lógico.

Operária 5 - Na minha seção, as mulheres cantam mais que os encarregados. [illegible] tem a história de uma que queria ser man[illegible] embora. E o encarregado falou pra ela ent[illegible] man[illegible] do embora se for comigo pra Sant[illegible]la não aceitou e ficou trabalhando. Mas a t[illegible] a tá de olho e acha que quando ela for mand[illegible] embora é porque aceitou a cantada do [illegible]

"O médico disse que a menina não tinha nada e ela desmaiou na seção"

Operária 5 - Na Resil há falta de respeito total pela mulher. A lei não protege a mulher, ou no que ela protege? Pensando bem, isso é difícil...

Operária 2 - Se a gente não dá conta do serviço, vem advertência, suspensão. Às vezes, a gente não está boa e esse dia o trabalho não rende. Mas eles não querem saber de nada. Na minha seção, uma menina desmaiou em serviço e ainda foi punida. Ela veio ao Sindicato e abriu um processo. Ganhou.

Operária 3 - Na minha seção, uma menina passou mal, foi ao médico da firma e ele disse que ela não tinha nada, mandou de volta ao serviço. Aí ela desmaiou.

Operária 4 - Também na minha seção eu já desmaiei umas duas vezes e não me mandaram para casa. Os chefes até ficam rindo e torcem para que a gente desmaie, para eles carregar.

Operária 5 - Lá na minha seção, quando uma menina desmaia, o chefe manda à enfermaria e assim que melhore um pouco, manda de volta ao trabalho.

Entrevistador - O que fazer para que haja o mínimo de proteção à mulher operária, na opinião de vocês?

Operária 5 - Deve haver ordem para separar as coisas: trabalho é trabalho, cantada à parte.

Operária 8 - A união resolve, a união ajuda a resolver os problemas. Mas as meninas não têm muita consciência. Eu venho sempre ao Sindicato. O Sindicato já fez alguma coisa na minha seção, durante a semana do carnaval. Esclareceu nosso direito e a gente deu duro e conseguiu a compensação para folga. Acho que todas fazendo isso, a gente chega a se defender, a conseguir proteção.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: SHOPPING NEWS
Data 26/06/1977
Pág. 17
Pasta n.º
N.º do recorte 0186

FAMÍLIA

Creche: opção para mães que trabalham

Shopping 26/6/77 17

Mônica, pixaim trançado no alto da cabeça, é uma menina esperta para seus 4 anos. Sorri muito, fala baixinho e está sempre pronta a dar beijinhos e abraços. Sua mãe é empregada doméstica. Separada do marido, espera o 3.o filho. Mônica, a mais velha, é uma das 150 crianças que, diariamente, frequentam — em regime de semi-internato — a Creche do Belém.

Assim como ela, muitas crianças passam seus dias nas centenas de creches espalhadas por São Paulo. As mantidas pela Prefeitura aceitam crianças cujos pais tenham uma renda de até três salários mínimos. Nas particulares, o pagamento varia, conforme a categoria, de 50 a 400 cruzeiros por mês. Existem ainda as creches mantidas por grandes empresas para os filhos de funcionárias. Mas em quase todas uma característica é frequente, a fila por uma vaga.

O fato se deve, segundo um dos diretores de creche, ao trabalho da mulher fora de casa. Quando mãe, as crianças podem-se tornar um problema para elas. A opção, neste caso, são as creches. Principalmente porque nem sempre manter uma babá é possível (cobram altos preços), sem contar com a falta de preparo da maioria.

PARTICULARES

O número de creches particulares em São Paulo não é muito grande: no máximo 30. Embora variem nas instalações e condições de atendimento — variam também no preço — no geral têm programações semelhantes. Algumas recebem crianças de zero a 6 anos, outras apenas até 4, ou mesmo não têm berçário.

Um exemplo é a Fundação Ninho Jardim Condessa Marina Crespi, na Mooca. Funciona em regime de semi-internato para crianças de zero a 6 anos. É dirigida por irmãs de caridade. Com dois horários de funcionamento: abre suas portas às 6h45 e fecha às 18h30. No convívio com as crianças, 3 pajens para cada sala. São 14 para as 140 crianças. A programação varia com a disposição diária do grupo.

Em linha geral, as crianças passam o seu dia assim: ao entrar recebem roupas da própria creche. Tomam um lanche com leite, chá, chocolate, pão e bolachas. Para as crianças com mais de 3 anos, aulas no jardim de infância da escola ligada à creche. O método é Montessori. Ou seja, a preocupação do desenvolvimento motor, através de pinturas, desenhos e colagens. As outras, sob a supervisão das pajens, brincam.

REFEIÇÕES

Depois do almoço (verduras, frutas, ovos e carnes) as crianças repousam por quase 3 horas. Tomam um segundo lanche, e vão brincar. Antes da saída mais leite, café ou chocolate.

Para haver maior contato das mães com a creche é feita uma reunião mensal em que comparecem, também, a enfermeira e a assistente de enfermagem. O Ninho vive de uma subvenção da Prefeitura (30% das crianças não pagam) e de mensalidades que variam, em função das possibilidades das mães, de Cr$ 70,00 a Cr$ 400,00 por mês.

MEIO PERÍODO

Algumas creches funcionam apenas no período da tarde. É o caso da Nossa Senhora da Paz, no Glicério. Seu atendimento, às 110 crianças de 3 a 7 anos, é das 13 às 16h30. A mensalidade é de Cr$ 100,00 (o lanche fica por conta da família), além da matrícula de Cr$ 50,00. Tanto no maternal como no jardim da infância as crianças têm aulas de pintura e desenho.

Já a Creche Catarina Labouré, do Ipiranga, funciona em regime de internato e lida geralmente com crianças abandonadas, enviadas pela Febem — Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor. O funcionamento é permanente e recebe crianças de zero a 12 anos. Há visitas duas vezes por mês. Além das irmãs de caridade, que administram a creche, existem 7 professores do Estado para o ensino pré-primário. Passada essa fase, as aulas são frequentadas em grupos escolares das redondezas.

MUNICIPAIS

Existem 86 creches da Prefeitura, frequentadas por 7.232 crianças. Algumas foram construídas por ela e são mantidas por entidades particulares (17); outras (57) são particulares em convênio com a Prefeitura; 4 são construídas e mantidas pela Prefeitura e 8 recebem apenas assistência técnica da Prefeitura e são mantidas e dirigidas por entidades particulares. De qualquer forma, todas recebem orientação e controle municipal e funcionam em regime de semi-internato, em horários que variam conforme a necessidade. Ou seja, se num bairro a maior procura é das 7 às 13 horas, é nesse horário que a creche funciona, com meia hora de tolerância para a entrada. Recebem crianças de zero a 6 anos (algumas só até 3) e atendem crianças de famílias sem renda e de até três salários mínimos.

Para inscrever uma criança nessas creches, é preciso a apresentação de atestado de vacina, resultado de exames de fezes, teste **manteaux**, (tuberculose) e certidão de nascimento do menor. É cobrada uma taxa simbólica, de Cr$ 10,00 a Cr$ 50,00 — dos que podem pagar.

Em cada unidade existe uma rotina diária rígida. Logo que chega, a criança passa por uma triagem, para verificação do estado de saúde. Recebe café da manhã ou mamadeira. Os bebês são levados para banhos de sol, enquanto os maiorzinhos fazem trabalhos de arte, desenvolvimento motor relaxamento e brincadeiras no play-ground.

Ainda pela manhã tomam suco de frutas. Na hora do almoço, cada criança recebe alimentação de acordo com suas necessidades orgânicas. Logo em seguida, 2 horas de repouso. Antes das atividades pedagógicas é servido novo lanche. A linha de educação das creches orientadas pela Prefeitura é a compensatória, visando ao desenvolvimento da criança de acordo com a idade.

INSTALAÇÕES

Paralelamente, é feito um serviço de assistência social junto às famílias, para que elas participem da evolução da criança. Além das visitas domiciliares, há reuniões de grupos para debaterem as atividades educativas (orientação de higiene e educação) e de lazer.

Cada unidade tem dois berçários: um para crianças de zero a 6 meses e outro para as de 7 meses a 1 ano e meio. Cada grupo de 10 crianças tem 1 pajem. Existem, ainda, os grupos maternais (2 anos a 4).

PLANOS

Todas as creches da Prefeitura fazem parte do Programa de Assistência à Infância, instituído em 1971. No entanto, é grande a demanda e elas já são insuficientes. É plano da Coordenadoria do Bem-Estar Social abrir novas unidades pelo sistema indireto, mantidas por entidades particulares, isto porque barateia os custos o que possibilita a abertura de um maior número de creches.

Além disso, os planos para o futuro visam ao projeto de minicreches, com capacidade de, no máximo, 50 a 60 crianças cada uma. Vantagens: seria mais fácil encontrar entidades para custeá-las.

BERÇÁRIOS

Segundo a CLT — Consolidação das Leis do Trabalho — deve haver um berço para cada 30 mulheres (de 16 até 45 anos) em cada empresa, podendo o berçário estar dentro da própria companhia ou ser mantido convênio. A exigência é que se abrigue o menor até que ele complete 6 meses. Assim, a mãe que trabalha pode desfrutar desse benefício gratuitamente.

A Kibon, por exemplo, possui um berçário, com 15 crianças, funcionando das 6 às 17 horas. Elas recebem roupas, alimentação e assistência médica de duas enfermeiras e três auxiliares de enfermagem.

Para a amamentação há uma sala especial, com material para a assepsia. A Kibon é apenas um exemplo entre as empresas que possuem berçário. Já a Alpargatas, como outras, mantém convênio com uma creche particular. No entanto, uma boa parte das empresas não mantêm creches para suas funcionárias, e isto é obrigatório por lei.

RELAÇÃO DAS CRECHES DA PREFEITURA

Relação das creches da Prefeitura, na área de circulação deste jornal: Creche da Bela Vista, Rua Humaitá, 500. Fone: 34-1182; Creche Menino Jesus de Praga, Rua Dr. Luiz Barreto, 315 (Bela Vista); Lar Escola Bela Vista, Rua 13 de Maio, 733 (Bela Vista), Fone: 285-0394; Creche da Associação Cristã Feminina de São Paulo, Rua Penaforte Mendes, 203 (Bela Vista); Lar Nossa Senhora da Consolação, Rua Gravataí, 129. Fone: 256-4530; Creche Nossa Senhora da Anunciação, Rua Conselheiro Olegário, 54. Fone: 260-4538; Creche São José, Rua João Ramalho, 1.282. Fone: 262-9690; Creche da Associação Cívica Feminina, Av. Francisco Matarazzo, 385. Fone: 62-6349; Externato Santa Marina, Av. Santa Marina, 534; Creche da Fepasa, Praça Júlio Prestes, 148, 3.o andar; Creche de Vila Carioca, Rua Álvaro Fragoso, 530. Fone: 63-1509; Creche do Centro Social de São Vicente de Paula, Praça Frederico Ozanan, 158 — Fone: 63-6384 e 273-1607; Creche do Jabaquara, Praça Witacker Penteado, 290. Fone: 275-3962; Creche Ítalo Brasil Portieri, Rua Pedro de Toledo, 1.809; Creche Mãe do Salvador, Rua Macunís, 738. Fone: 211-1696; Creche São Benedito, Rua Ibot, 282; Creche Nossa Senhora das Graças, Rua dos Comerciários, 90. Fone: 275-0718; Creche de Vila do Encontro, Rua Luiz Carlos Fachini, 80; Creche Mãe Operária, Rua São José 1; Casa da Criança Nair Aguiar, Estrada do Rio Pequeno, 1.169. Fone: 260-6934; Creche Frei Luiz Amigo, Av. Rei Alberto, 499 — Fone: 240-1630; Lar Nossa Senhora dos Pobres, Av. Vital Brasil, 1.185. Fone: 211-4951; Obra Assistencial Mosteiro São Geraldo, Rua Santo Américo, 350; Centro Comunitário Nossa Senhora de Nazaré, Av. Flamengo, 15; Creche e Parque Infantil Dom José Gaspar, Rua Áurea Batista dos Santos, 675. Fone: 211-0915; Creche Baronesa de Limeira, Alameda dos Guaiós, 842. Fone: 275-3068; Creche dos Filhos das Funcionárias do Hospital das Clínicas, Rua Dr. Enéias de Carvalho Aguiar; Creche Cruz de Malta, Rua Santo Estácio, 343; Creche de Santo Amaro, Rua Cerqueira César, 301. Fone 247-6373; Creche do Brooklin, Rua Barão de Jaceguai, 205. Fone: 61-7080; Creche Mãezinha, Rua Paulino Vital de Morais, 602; Creche do Belém, Av. Álvaro Ramos, 1.174. Fone: 93-0277; Centro de Promoção Social Cônego Luiz Gonzaga Biazi, Rua Cássia dos Coqueiros, 193. Fone: 298-2296; Creche Nossa Senhora Aparecida, Rua João Caetano, 113. Fone: 292-7953.

0188
185-A

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: SHOPPING NEWS
Data 08/06/77
Pág.
Pasta n.º
N.º do recorte

RELAÇÃO DAS CRECHES DA PREFEITURA

Relação das creches da Prefeitura, na área de circulação deste jornal: Creche da Bela Vista, Rua Humaitá, 500, Fone: 34-1182; Creche Menino Jesus de Praga, Rua Dr. Luiz Barreto, 315 (Bela Vista); Lar Escola Bela Vista, Rua 13 de Maio, 733 (Bela Vista), Fone: 285-0391; Creche da Associação Cristã Feminina de São Paulo, Rua Peinaforte Mendes, 203 (Bela Vista); Lar Nossa Senhora da Consolação, Rua Gravataí, 129, Fone: 256-4530; Creche Nossa Senhora da Anunciação, Rua Conselheiro Olegário, 54, Fone: 260-4538; Creche São José, Rua João Ramalho, 1.282, Fone: 262-9090; Creche da Associação Cívica Feminina, Av. Francisco Matarazzo, 395, Fone: 62-6349; Externato Santa Marina, Av. Santa Marina, 534; Creche da Fepasa, Praça Júlio Prestes, 148, 3.o andar; Creche de Vila Carioca, Rua Álvaro Fragoso, 530, Fone: 63-1509; Creche do Centro Social de São Vicente de Paula, Praça Frederico Ozanan, 158 — Fone: 63-6384 e 273-1607; Creche do Jabaquara, Praça Witacker Penteado, 290, Fone: 275-3962; Creche Ítalo Brasil Portieri, Rua Pedro de Toledo, 1.809; Creche Mãe do Salvador, Rua Macunís, 738, Fone: 211-1696; Creche São Benedito, Rua Ibot, 282; Creche Nossa Senhora das Graças, Rua dos Comerciários, 90, Fone: 275-0718; Creche de Vila do Encontro, Rua Luiz Carlos Fachini, 80; Creche Mãe Operária, Rua São José, 1; Casa da Criança Nair Aguiar, Estrada do Rio Pequeno, 1.169, Fone: 260-6934; Creche Frei Luiz Amigo, Av. Rei Alberto, 499 — Fone: 240-1630; Lar Nossa Senhora dos Pobres, Av. Vital Brasil, 1.185, Fone: 211-4951; Obra Assistencial Mosteiro São Geraldo, Rua Santo Américo, 350; Centro Comunitário Nossa Senhora de Nazaré, Av. Flamengo, 15; Creche e Parque Infantil Dom José Gaspar, Rua Áurea Batista dos Santos, 675, Fone: 211-0915; Creche Baronesa de Limeira, Alameda dos Guaiás, 842, Fone: 275-3068; Creche dos Filhos das Funcionárias do Hospital das Clínicas, Rua Dr. Enéias de Carvalho Aguiar; Creche Cruz de Malta, Rua Santo Estácio, 343; Creche de Santo Amaro, Rua Cerqueira César, 301, Fone 247-6373; Creche do Brooklin, Rua Barão de Jacegual, 205, Fone: 61-7080; Creche Mãezinha, Rua Paulino Vital de Morais, 602; Creche do Belém, Av. Álvaro Ramos, 1.174, Fone: 93-0277; Centro de Promoção Social Cônego Luiz Gonzaga Biazi, Rua Cássia dos Coqueiros, 193, Fone: 298-2296; Creche Nossa Senhora Aparecida, Rua Jr Caetano, 113, Fone: 292-7

08 JUN/77

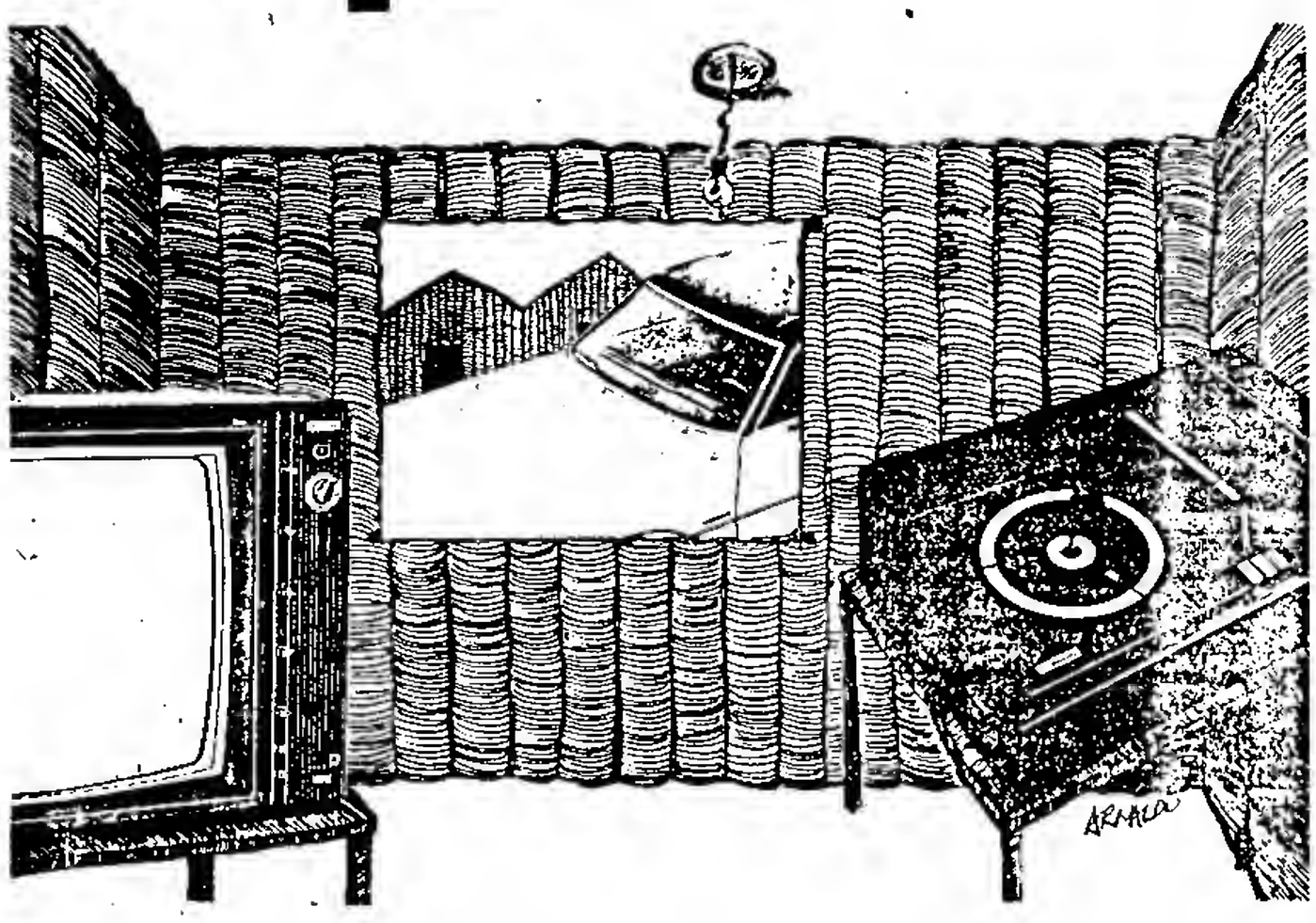
FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: [illegible]
Data [illegible]
Pág. [illegible]
Pasta n.º
N.º do recorte

Trabalhadores

A classe operária vai à loja

Proletários de três bairros de Osasco, São Paulo, reduzem os gastos com alimentação para comprar geladeira, batedeira de bolo, chuveiro elétrico



Os proletários estão comprando gelad[illegible] chuveiro elétrico e até automóvel. É o que [illegible]la uma pesquisa feita em São Paulo pelos pr[illegible]essores Erminia Maricato e Telmo Pamplona, em [illegible]bro de 1975, em três bairros populares de Osasco, [illegible] dos municípios da Grande São Paulo. Ajudados por [illegible]nos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da [illegible], entrevistaram assalariados (220 domicílios) que g[illegible]am até nove salários-mínimos e comprovaram que é [illegible]ificativo o número de trabalhadores que compra[illegible]letrodomésticos sofisticados para seu padrão de v[illegible] (1).

A geladeira, por exemplo, foi encontrad[illegible] 77,8% das casas visitadas; o liquidificador em 73,7[illegible] a enceradeira em 60% - embora na maioria dos ca[illegible] piso da residência não tenha condições de brilhar d[illegible] de encerado. O automóvel, consideravelmente m[illegible]caro, foi visto na porta ou na garagem de 38% das re[illegible]cias visitadas. No bairro de renda mais alta (6 a [illegible]lários), 56,6% das casas tinham automóveis; no bairro de renda mais baixa (3 a 5 salários), 26,1% tinham c[illegible] O ferro elétrico é quase unânime: passa as roupas [illegible]1% dos moradores, mas o fogão a gás está plenamente democratizado: existe em todas as casas. Seu ancestral a carvão só permanece em 0,9% das residências.

E de onde tiram dinheiro?

O curioso é que esse *consumismo* dos trabalhadores se dá num momento em que seus salários estão comprimidos. A pesquisa inclusive recorre a um levantamento do Dieese - Departamento Intersindical de [illegible]tísticas e Estudos Sócio-Econômicas sobre a qued[illegible] salário real entre 1958 e 70. Nesse período, o salár[illegible] nuiu 36,5% e os chefes de família não só [illegible] trabalhar mais para pagar as despesas [illegible] membros da família - geralmente a mulher [illegible]

zes também filhos menores - arrumaram um emprego fora de casa. Em Osasco, por exemplo, os pesquisadores constataram que na metade dos domicílios visitados "trabalham 2, 3, 4 ou mais pessoas para o sustento da família". E a média de pessoas por casa é de 5,1.

A pesquisa do Dieese mostrou que o perfil do orçamento da família assalariada de São Paulo mudou entre 1958 e 1970. Enquanto baixavam os gastos com alimentação, por exemplo, aumentaram os gastos com recreação e fumo. Alguns aumentos são explicados pela própria deterioração do salário, como os gastos com transportes: se mais pessoas da família trabalham, mais ela gasta com transportes (veja a tabela).

Contudo, o que a pesquisa realizada em Osasco constatou foi que a alimentação e a habitação (autoconstrução, pois a maioria é proprietária) ainda consomem as maiores fatias dos orçamentos proletários. A novidade está nos elevados gastos com eletrodomésticos, com a frequência dos moradores aos crediários e portanto seu acesso a bens de consumo duráveis cuja produção é dirigida industrialmente para uma parcela muito restrita da população - aquela que se beneficiou com a concentração de renda. Ao partirem para fazer a pesquisa, os professores da USP aparentemente tinham a suposição de que "a renda mensal se dirigisse quase que unicamente para o custeio das necessidades básicas de subsistência: alimentação, saúde, habitação, transporte e vestuário". Então, como explicar que eles tenham reduzido seus gastos com as necessidades fundamentais, *desviando* recursos para outras mercadorias? Como explicar o fato de postergarem a construção ou o acabamento da casa?

A Pressão da Publicidade

A pesquisa inicia uma discussão sobre as razões desse aparente *consumismo irracional*. "Teria a publicidade, com as suas promessas de acesso ao paraíso do consumo, penetrado tão profundamente na consciência da classe trabalhadora a ponto de ela, diante do baixo poder aquisitivo, sacrificar a alimentação, a saúde, a higiene pessoal, as vestimentas, as condições de habitação para garantir a posse de bens 'modernos'? Ou o consumo se deve principalmente a valores pequeno-burgueses ligados à orientação? Essa questão nos trasporta à outra: qual a medida do valor de uso (se é que podemos expressar dessa forma) dos bens duráveis para a classe operária?"

Os autores do estudo admitem que "a questão não é tão simples como parece ser à primeira vista" e orientam a discussão do problema com modéstia e cautela, de tal forma que o reconhecem como "uma situação historicamente nova". Por isso, só arrolam "hipóteses e caminhos para sua investigação".

O estudo admite a publicidade, no rádio e TV, como "um fator importante na difusão dos padrões de consumo (e também de comportamento) dominantes e predominantes", mas complementados por "outras informações transmitidas através dos veículos de comunicação ou através de vizinhos, amigos e parentes ou ainda através do processo de educação". As transformações da sociedade - tecnológicas, mudanças de comportamento - também causam influências, contribuindo "para o surgimento de novas necessidades que extrapolam o nível de subsistência".

Contudo, sublinham que esses fatores só contribuem para "*induzir* ao consumo, preparar o consumidor, apenas. A *realização* do consumo será garantida por outras esferas: o setor de produção e o de comercialização através de mecanismos de crédito ao consumidor e de cam-

Os novos personagens da casa operária

Possui em casa	Porcentagem
Fogão a gás	100
Chuveiro elétrico	62
Geladeira	77,8
Máquina de costura	73,7
Ferro elétrico	91,4
Ferro a carvão	0,9
Liquidificador	73,7
Batedeira de bolo	14,5
Enceradeira	60,2
Aspirador de pó	3,2
Exaustor	9,0
Máquina de lavar	19,0
Rádio de mesa	45,7
Rádio portátil	52,0
Televisão	87,8
Vitrola	39,8
Gravador	11,3
Máquina fotográfica	17,2
Ventilador	2,7
Máquina de escrever	0,9
Outros	2,3

panhas bastante ofensivas de distribuição do produto. Através do pagamento a longo prazo e em suaves prestações mensais na compra desses bens, a classe trabalhadora não só se endivida, comprometendo seus salários a longo prazo, como paga aproximadamente o dobro do custo do produto se comprado fora dos minuciosos mecanismos de financiamento. Há ca[illegible] em que o pagamento começa antes que o produto se[illegible] entregue o lucro é realizado antes da venda do obje[illegible] o caso dos carnês que prometem prêmios através d[illegible] (Baú da Felicidade) ou é o caso dos distrib[illegible] 'guardam' o produto até quando o cliente de[illegible] quando por ocasião de um casamento. A c[illegible] ser feita com antecedência, e o vendedor fa[illegible] suprema de 'guardar' em seu depósito o pr[illegible] prado".

A pressão do comerciante, por exemplo, foi constatada em Osasco. Vendedores de enceradeiras ofereciam os objetos na porta, "sem que o consumidor tivesse ônus ou dificuldades para se locomover, escolher, abrir crediário e comprar o produto a suaves prestações mensais. Esse fato da idéia da importância do setor d[illegible] tribuição e comércio na determinação do consumo de um produto cujo mercado, nas faixas de renda mais [illegible], tende a diminuir, seja porque estas já o possuem [illegible] ja devido aos novos hábitos de cobrir o piso com ver[illegible] Cascolac, Sinteko ou com forrações, o que torna a en[illegible] radeira um aparelho obsoleto".

Em outras palavras: uma loja tem um estoque de enceradeiras encalhadas - por esgotamento de seu mercado tradicional - e manda vendedores à periferia vendê-las de qualquer jeito aos moradores.

A mudança de hábitos

Despesas	Porcentagem da renda em 1958	Porcentagem da renda em 1970
Alimentação	64,3	51
Vestuário	14,3	10,6
Saúde	5,7	4,7
Limpeza doméstica	4,3	2,2
Equipamentos domésticos (1)	4,3	8,5
Transporte	2,9	11,5
Higiene pessoal	2,1	1,6
Educação, cultura	1,4	4,6
Recreação, fumo	0,7	5,3

Pesquisa "Família assalariadas padrão e custo de vida". Dieese, Janeiro de 1974.

(1) 60% do "equipamento doméstico" eram aparelhos elétricos e eletrônicos

E o que significam esses bens na ideologia da classe operária? "Que importância tem o consumo desses bens quando o poder aquisitivo mal cobre o mínimo básico indispensável à reprodução da força de trabalho", perguntam os autores do estudo.

Seria simples ostentação?

"A resposta a essa pergunta", diz a pesquisa, não está "na idéia de ostentação que caracteriza fundamentalmente o consumo da classe média e nem ao nosso ver na idéia da necessidade ligada ao valor de uso dos objetos. O interior da maioria das casas visitadas e fotografadas na pesquisa revela um despojamento muito grande; poucos elementos de enfeite, situação bastante diversa da de redundância que se verifica na habitação de classe média, que é calcada sobre a imitação dos objetos prestigiadores e ostentatórios da classe dominante através de cópias industrializadas".

É evidente, segundo os pesquisadores, o "alto valor de uso na TV e no rádio, apenas. Aliás, a TV sempre foi o ponto de honra para os chauvinistas acusarem os trabalhadores de ignorância em relação a aplicação do orçamento doméstico, tal é sua difusão nas áreas periféricas metropolitanas. Mas, o fato é que ela é a grande professora acerca da cultura urbana para o migrante, ela apressa ou podemos dizer mesmo que realiza o processo de aculturação, ela ensina a estar 'por dentro' dos valores dominantes e predominantes. Não fazemos uma defesa da TV, apenas justificamos sua necessidade num contexto social em que a força de trabalho não dispõe de formas comunitárias, lazer e nem canais de expressão e participação política, o que é mais importante, que pudessem substituir o vasto espaço ocupado pela TV enquanto doutrinador ativo de milhares de espectadores passivos e fragmentados".

Contudo, os autores do estudo não encontram "tal utilidade" em outros objetos, como a geladeira, o liquidificador, a enceradeira, ou a vitrola. "O chuveiro elétrico, por exemplo, um produto de alto valor de uso 'perde' para a geladeira, liquidificador, rádio (portátil e de mesa) e quase mesmo para a enceradeira na lista dos aparelhos domésticos mais consumidos. Evidentemente, não se nega o valor de uso desses produtos, porém estamos considerando sua inserção no quadro descrito das condições gerais em que se dá a reprodução da força de trabalho. O despojamento verificado na construção da casa, que em sua maioria se restringe ao mínimo (?) indispensável como abrigo contrasta com a sofistificação, representada pela geladeira, por exemplo".

Ao final, os autores do estudo, recorrendo a cientistas históricos, fazem uma discussão sobre o fascínio que as mercadorias exercem sobre os homens (a fetichização) e terminam;: "Essas informações, e o conjunto que constitui a questão, nós lançamos como um desafio aos estudiosos da consciência de classe lembrando que "A produção não cria, pois, somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o oobjeto' ", **(Roberto Suzedelo).**

(1) A pesquisa foi realizada nos bairros Jardim D'Abril, Jardim das Flores e Vila Jaguaribe, de população predominantemente proletária. O texto agora mimeografado não dá muitas informações sobre os entrevistados, deixando perceber, porém, que foram visitados três bairros de renda diferente (a mais alta de seis a nove salários, a menor, de 3 a 5 salários). Mas não explica, por exemplo, a variação do consumo segundo a re[illegible] 19% dos domicílios visitados pertencem aos moradores, mas 64,8% não consideram suas casas acabadas. Em média, moram 5,1 pessoa em cada casa.

O salário no crediário

(os que pagam prestação)

Terreno ou casa	[illegible]
Material de construção	[illegible]
Móveis	[illegible]
Automóvel	[illegible]
Televisão	17,9
Aparelhos - utensílios domésticos	20,8
Roupas - objetos uso pessoal	23,7
Infra-estrutura	7,5
Outros	8,1

Obs: De 100 pessoas entrevistadas, 79 pagam prestações; as [illegible] os 21 não pagam.

0191

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal ..... Pasta n.º .....
Data ..... N.º do recorte .....
Pág. .....

O papel das creches e a mulher

Como pode a mulher conciliar o trabalho fora de casa e cuidar dos filhos, sem causar prejuízos à criança e a si própria? Este é um dos problemas enfrentados pelas mulheres e que a pesquisadora Maria Machado Malta Campos, da Fundação Carlos Chagas, deverá desenvolver hoje, tratando do problema das creches no Brasil, na 29.ª Reunião da SBPC.

A participação das mulheres brasileiras no trabalho tem aumentado e muitas delas acumulam o emprego com os afazeres domésticos. Além disso, as taxas de fertilidade são mantidas, como também persistem os padrões tradicionais familiares, o que torna a mulher quase que exclusivamente responsável pelas crianças em seus primeiros anos de vida.

Como conciliar esse duplo papel, sem prejuízo para ninguém? São poucos os dados existentes, no Brasil, sobre a maneira com que se guardam os filhos, enquanto a mulher trabalha fora. A questão é tratada diferentemente, conforme a classe econômica da família e as características de cada região. Nas classes médias e altas, é comum contar-se com uma ou mais empregadas domésticas. Há ainda, para essa camada um número cada vez maior de instituições particulares (em 1974, 48% das vagas na pré-escola brasileira eram fornecidas por estabelecimentos particulares), havendo ainda algumas creches de luxo.

Mas não é, evidentemente, nessa faixa da população que se encontra o maior número de mulheres trabalhando. Cerca de 80% delas concentram-se nas classes mais pobres. Do total dessas mães carentes, 1.655.384 são exatamente aquelas mesmas empregadas domésticas que garantem a disponibilidade das mulheres da classe média, segundo a pesquisadora.

PESQUISA

A Secretaria do Trabalho e Administração do Estado realizou estudo sobre a mão-de-obra feminina empregada nas indústrias da Capital, em 1970, pesquisando quinhentas trabalhadoras: dentre as não solteiras, 72,8% tinham filhos. Destas, 46,4% deixavam as crianças com parentes, 21,6% deixavam os filhos sozinhos e apenas 1% deles era levado a creches ou instituições equivalentes. Quem deixa mais as crianças sozinhas são as empregadas braçais, ou seja, 30% do total. E entre essa categoria de mulheres que encontramos o maior número de filhos (82,7%).

O que dizer — indaga a prof. Maria Campos — dessa situação de quase abandono a que muitas mães são obrigadas a relegar seus filhos para ganhar a vida? Ela assinala que a necessidade de trabalhar entre essas mulheres é premente: uma, em cada dez que trabalham, é chefe de família e, além disso, a diminuição do salário mínimo obrigou-as a auxiliar no orçamento doméstico.

As consequências dessa situação são conhecidas: crianças doentes, desnutridas, sofrendo acidentes diversos dentro de casa ou na rua. Muitas já ingressando na legião de menores que perambulam pela cidade, correndo o risco de serem contadas entre menores abandonados ou delinquentes.

A autora do trabalho sugere que, entre nós, a melhor solução seria a criação de boas creches, onde as crianças encontrariam boa alimentação, atendimento de saúde mais eficiente e estimulação social e ambiental mais rica. Uma boa creche pode ser organizada como uma família bem constituída — assinala. A solução torna-se mais urgente, na medida em que cresce o número de mulheres com filhos que se integra ao mercado-de-trabalho.

O problema não é só do Brasil, mas os estudos realizados sobre a questão indicam que a guarda das crianças deve fazer parte das responsabilidades da sociedade quanto à Educação de todas elas, não devendo ser separada dos outros serviços comunitários. Deve, inclusive, servir às mães que não trabalhem fora do lar, porque se torna um lugar onde a criança recebe suas primeiras experiências longe de casa. Esta recomendação coincide com a da ONU: "Constitui responsabilidade do Estado criar as necessárias facilidades para que as mulheres possam se integrar na sociedade, enquanto suas crianças recebem cuidados adequados."

NO BRASIL

Em nosso país, a preocupação é antiga, diz a professora. As primeiras creches industriais foram criadas no início do século. A legislação trabalhista prevê, desde 1943, a obrigação das empresas manterem creches, desde que nelas trabalhem trinta mulheres ou mais, com idade superior a dezesseis anos. A lei define como obrigação, o atendimento, pelas empresas, às crianças somente no período de amamentação, havendo penas para a transgressão. No entanto, são poucos os dados disponíveis sobre o cumprimento dessa obrigatoriedade.

Mas há dados sobre a dispensa de mulheres, quando elas se casam ou ficam grávidas, para "evitar a instalação de creches". Os cálculos existentes entre nós, revelam enorme carência de creches e não há, ainda, por parte do governo, ação coordenada para resolver a questão. No entanto, muitos projetos existem, alguns já postos em prática: fica mais econômico construir creches, que pagar diárias hospitalares das milhares de crianças que precisam ser internadas por problemas de subnutrição-lembra a pesquisadora, chamando a atenção para a necessidade de se encontrarem soluções mais urgentes para o problema:

"Só dessa forma, a mulher poderá trabalhar e dar, a seus filhos, condições dignas de vida."

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: O Globo
Data: 10/07/77
Pág. 6

Pasta n.º
N.º do recorte

Crianças desde os três meses já são recebidas em algumas escolas

O Globo 10/7/77

CRECHES

Engatinhando para uma solução

Há dez meses O GLOBO promoveu um debate sobre o problema da criação das creches pelas empresas particulares. Todos os participantes do encontro concordaram com a necessidade de criação das creches distritais, cuja finalidade seria manter as crianças próximas de suas residências enquanto seus pais trabalham, além de abrir a possibilidade de as empresas manterem convênios com essas entidades, cumprindo assim a exigência da lei.

Até hoje, no entanto, ainda não existem as tão necessárias creches distritais, mas já há um esforço nesse sentido com a criação da Assistência Técnica Global, uma creche-berçário que trabalha exclusivamente através de convênios com as empresas.

Algumas escolas maternais também vêm ampliando seus serviços, atendendo crianças a partir dos três meses de idade. Cada tipo de creche, particular ou assistencial, mantém um tipo de filosofia de trabalho, variando no método, horários e preços.

As creches assistenciais cobram taxas de Cr$ 100 e abrigam geralmente filhos de empregadas domésticas, do comércio e indústria. Já as creches particulares atendem a uma outra faixa de mães que trabalham fora e que podem pagar mensalidades de até Cr$ 2.600.

Para Rafael de Aguiar Gomeira, chefe da Seção de Segurança e Medicina da Delegacia Regional do Trabalho e um dos sócios da Assistência Técnica Global, não existe um órgão que centralize o grande número de obras assistenciais do Rio. Por essa razão propôs, junto com sua equipe técnica, a criação do Conselho de Organização Social de Comunidades Bem Estar Social, que articularia e coordenaria os recursos próprios de cada comunidade. As obras já existentes se filiariam e receberiam a orientação necessária.

— A nossa creche aqui em Engenho Novo não é propriamente uma creche distrital, porque entendo que esse tipo de creche deve ser um conjunto de casas em cada bairro da cidade. Reconheço, porém, que é muito dispendioso para uma empresa construir um berçário e manter gente especializada para a guarda das crianças. Nem sempre a empresa tem um local disponível; em outras, o problema é a poluição ambiental, que não faz bem para os recém-nascidos. A solução ideal nesses casos é o convênio com as creches particulares. A taxa mensal cobrada por nós é de Cr$ 1.200.

Os 11 berços da Assistência Global estão vazios, apesar das 67 empresas que têm convênio com a creche. A razão apontada por Rafael Gomeira é a falta de informação das funcionarias dessas empresas.

Algumas empresas já fazem convênios com creches particulares mas parece que isso só acontece quando há pressão das funcionárias ou quando recebem a fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho, que funciona muito precariamente, na Seção do Proteção ao Trabalho da Mulher e do Menor.

ASSISTENCIAIS

CASA DA CRIANÇA (Rua Fernandes Guimarães 85, tel 226-1528, Botafogo). Aceita crianças a partir dos três meses até sete anos. Atendimento medico e dentario duas vezes por semana. O horario das 7h45m as 18h e o mesmo para o Berçario, Maternal, Jardim e Alfabetização. A mensalidade e de Cr$ 100, incluindo alimentação.

CASA DA PROVIDÊNCIA (Rua Alvaro Ramos 525, tel. 266-5241, Botafogo). Aceita crianças a partir dos três até seis anos. Conta com serviço medico e dentario duas vezes por semana. A taxa e de Cr$ 100 mensais, incluindo alimentação. O horario e de 7h30m às 17h30m.

CASA DO POBRE DE N.S. COPACABANA (Rua Mena Barreto 41/43, Botafogo). Aceita crianças de dois a seis anos. A taxa e de Cr$ 120, incluindo alimentação. O horario e das 7h30m às 18h. Atendimento medico e dentário. A creche está para se mudar em breve para a Praça Serzedelo Correa, na nova sede da Igreja N.S. de Copacabana.

CASA S. JOÃO BATISTA (Rua Henrique Novais 145, tel. 226-8033). Recebe crianças a partir de seis meses até sete anos (Jardim). A mensalidade varia conforme a renda da interessada. O horario das 7h as 12h e flexivel. Assistência medica três vezes por semana. As inscrições abrem em fins de dezembro.

CASA DA MÃE SEM LAR (Rua Bambina 97, tel. 246-3558). Recebe crianças a partir de um ano e seis meses até seis anos (Maternal). A mensalidade varia em torno de Cr$ 100. O horario e das 7h30m as 17h30m Alimentação incluida na mensalidade.

PARTICULARES

PINTINHO DE OURO (Rua Correia de Oliveira 21, tel. 258-0523, Vila Isabel). Aceita crianças a partir de seis meses ate dez anos (4º ano primario). Funciona em regime de semi-internato, das 7h30m as 18h. A mensalidade e de Cr$ 700, incluindo alimentação, assistência medica e dentaria.

REINO INFANTIL (Rua São Clemente 214, tel. 266-2801, Botafogo). A creche funciona mais ou menos como um hotel-mirim. O horario normal e das 8h às 18h, mas tambem tem serviço de pernoite, inclusive nos fins de semana, feriados e ferias. Aceita crianças a partir dos três meses (Berçário) ate os seis anos (Alfabetização). O preço do periodo integral e de Cr$ 1.950, incluindo serviço de fraldas, toalhas e alimentação Tambem trabalha por hora.

TIC-TAC (Rua Pacheco Leão 1818, tel 266-6237, Jardim Botânico). Recebe crianças a partir dos três meses ate sete anos (Alfabetização). O horario das 7h30m às 18h30m é flexivel O periodo minimo de quatro horas custa Cr$ 1 360, fora as taxas de matricula, condução e natação. O horario integral custa Cr$ 2.600, incluindo serviço de fraldas, alimentação e material escolar. Aulas de natação opcionais, para crianças a partir dos quatro meses. As matriculas estarão abertas a partir de agosto

ACALANTO (Rua Visconde de Caravelas 6, tel 266-0623, Botafogo). Aceita crianças a partir de seis meses ate cinco anos. Funciona em dois horarios: das 8h as 12h e das 13h30m as 17h30m. A escola não possui propriamente um berçario. As salas dos bebês contam com a supervisão de uma professora especializada e de uma auxiliar, que cuidam das crianças, alem de promover atividades programadas. A mensalidade é de Cr$ 1 100 e a alimentação deve ser trazida de casa.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: O DIA RIO
Data: 16/07/1977
Pág. —
Pasta n.º
N.º do recorte C 493

Mulher pode ser sacerdote?

I. Maria Stella S. Coelho

Há umas décadas atrás, não se pensava e muito menos se falava em "Sacerdócio da Mulher".

Salvo raras exceções, a mulher aceitava, passivamente ocupar um papel secundário e subserviente em relação ao homem. Pouco a pouco, as mulheres tomaram consciência de sua situação. A compreensão cada vez mais consequente da mulher como "pessoa" e igualdade dos sexos diante de Deus, fez surgir diversos movimentos, os chamados "feministas" ou de "libertação da mulher". A radicalidade de alguns desses movimentos provocou uma certa reação de "antipatia" ou mesmo de aversão às simples palavras "libertação da mulher"

No entanto, o tema é muito sério e tem sido objeto de estudos profundos e de reflexões objetivas (sem passeatas e cartazes...) O importante é ver reconhecida a diferença entre os sexos sem privilegiar particularmente nenhum deles. A realização plena da mulher não está em rebaixar um para elevar o outro mas fazer com que homem e mulher, em paridade de direitos, realizem o projeto original do Criador. A riqueza humana reside, exatamente, na realização diferente de cada sexo, **"diferente"** este entendido como reciprocidade e alteridade.

A CONCEPÇÃO CRISTÃ DA MULHER

A situação da mulher na Igreja é marcada por uma ambiguidade que precisa ser superada. Por um lado, a Igreja defende a dignidade da mulher e sua paridade com o homem; por outro lado, mantém discriminações que contradizem seu ensinamento teológico oficial.

Cristo consagrou definitivamente a dignidade da mulher desde o momento em que Maria aceitou sua vocação e se tornou a Mãe do Salvador.

A mulher nunca foi vista por Jesus como inferior ao homem e jamais julgada dentro dos padrões da sociedade religiosa de seu tempo: Para escândalo dos judeus permite que as mulheres o sigam (LC 3, 1-3; 3), detém-se a conversar com uma hereje (Jo 4, 27), aproxima-se das mulheres consideradas impuras por suas doenças e as cura (Lc 13, 14-17; 8, 43; Mt 5, 25), perdoa a prostituta (Lc 7, 36 — 50), salva a adúltera (Jo. 7, 53 — 8, 11) explica ensinamentos teológicos à Maria (Lc 10, 38; Jo 11, 1 — 22) o que era inaudito para os costumes da época.

São Paulo entendeu bem a novidade trazida por Jesus para a mulher quando disse: "... não há homem nem mulher, pois todos sois um em Cristo Jesus" (Gal 3, 28).

A mensagem cristã significou, **historicamente**, uma notável libertação da mulher. Ao encarnar-se, porém, numa sociedade profundamente patriarcal como a romana, a Igreja deixou entrar em suas instituições e mesmo na sua compreensão teológica uma visão da mulher que se coloca em tensão com a novidade evangélica de Jesus Cristo. Discriminações sociais e religiosas, por força do embasamento histórico da Igreja, perpetuaram-se até nossos dias,

— a estrutura geral das instituições eclesiásticas é profundamente marcada de masculinidade. Só os homens têm acesso à Hierarquia e aos centros de decisão eclesiástica;
— o Código do Direito Canônico (felizmente, ora em revisão) sancionou discriminações contra a mulher que não resistem a um confronto rigoroso com o E[illegible]lho;
— deu-se, indevidamente, valor doutrinário, a pa[illegible] do Novo Testamento que refletiam a inferiori[illegible] mulher na sociedade judaica e greco-romana ([illegible] 14, 34-36; 1 Tim 2, 11-12) sem discernir o el[illegible] cultural e o elemento divino na Revelação;
— embora os estudos recentes sobre os textos sag[illegible] e a praxe da Igreja já tenham concluído a ca[illegible] de da mulher de ocupar cargos de decisão e de [illegible]sidência nas celebrações litúrgicas, a Igreja p[illegible] em manter a mulher afastada do sacramento da Or[illegible]

PODE OU NÃO A MULHER VIR A RECEBER O SACRAMENTO DA ORDEM?

Alguns responderão: "O Papa já falou, já saiu [illegible]cumento, não basta?"

A história da Igreja aí está a nos mostrar que [illegible] opiniões e muitos estudos progrediram no seio da [illegible] mesmo sobre temas a princípio recheçados como [illegible] herméticos e que depois foram reconsiderados. En[illegible] o assunto não é definido como "dogma de fé" está [illegible] a estudos e reformulações.

Hoje apresentamos duas opiniões de teólogos [illegible]dos sobre o assunto: o arcebispo de Munique, Joseph [illegible]zinger, recentemente elevado a cardeal e o frei Le[illegible] Boff, OFM, ambos colegas de estudos teológicos.

Opinião contrária:

Sacerdócio do homem não ofende direitos da mulher

Com este título, o jornal "L'Osservatore Romano", em sua edição de 17-4-1977, publicou artigo do Arcebispo Joseph Ratzinger.

Inicia questionando se, ao reservar ao homem o ministério sacerdotal e episcopal, não estaria a Igreja ofendendo a igualdade fundamental de direitos e de dignidade do homem e da mulher; e busca esclarecer os conceitos de **diretio fundamental** e de **sacerdócio.**

DIREITO FUNDAMENTAL

Há dois tipos principais de conceito de direito fundamental

1. O tipo anglo-saxão com seu fundamento cristão, cuja idéia central é a seguinte:

— O conceito de direito fundamental está indivisivelmente ligado à idéia de criação.

Portanto, direitos fundamentais são direitos do ser humano — assim, exatamente iguais para o homem e para a mulher, como seres **criados** — e que todo ser humano tem desde seu nascimento (cf G.S. I ,2, 29).

2. O tipo de conceito surgido com a Revolução Francesa:

— O direito é uma simples instituição do homem.

É o homem que estabelece o que deve valer como direito, de acordo com o seu modo de conceber a organização da comunidade humana.

Este conceito considera que atrás do homem não está nenhuma vontade criadora. A fonte do direito é a razão humana: é "direito" o que é decidido e estruturado pela vontade da maioria e é progressivamente aperfeiçoado.

Aqui, a racionalidade opõe-se à autoridade.

1. Vê-se claramente que o **sacerdócio cristão** não é algo estabelecido como direito na ordem da criação e que diz respeito ao homem como homem.

(Poder-se-ia falar num sacerdócio que emerge da criação e que, então, pertenceria **ao homem** e à mulher: ambos são chamados a ser, reciprocamente, **pontes** que conduzem ao Criador, a das testemunho da criação e a anunciar a glória de Deus).

2. O sacerdócio cristão também não está ligado a uma perspectiva de êxito sobrenatural do homem em relação ao seu destino eterno.

3. Será que se poderia entender o ministério sacerdotal como uma possibilidade de profissão que a Igreja, como instituição, oferece, e que, portanto, teria que oferecer igualmente ao homem e à mulher, para não cair em um "preconceito em razão do sexo"?

O QUE É O SACERDÓCIO NA SUA ESSÊNCIA?

Segundo a tradição da fé católica, o sacerdócio é um sacramento. Portanto, não é uma simples profissão à disposição da "instituição" Igreja, mas está diante dela, com uma possibilidade própria de ser recusado ou concedido.

O sacramento não é propriedade que esteja à disposição da Igreja, "mas deixa à sua disponibilidade o limite no qual a sua tarefa fundamental deve ser a fidelidade ao seu mandato".

Portanto, a Igreja não pode dispor de si mesma a seu bel-prazer, e nem pode dispor do sacerdócio como se fosse alguma coisa que ela propõe em virtude de plenos poderes próprios.

Isto porque o **sacerdócio** não é uma perspectiva ou um direito, mas uma **vocação**, um **chamado**, feito por Deus e que se realiza na Igreja (portanto, ninguém pode reivindicar a vocação para si como um simples direito; e nem a Igreja pode impô-la simplesmente. Convém lembrar, entretanto, que, para que a vocação seja plena e completa, é preciso o consentimento da Igreja).

Diante de uma vocação, uma das provas (entre outras) que a Igreja tem de que se trata de **chamado feito por Deus** é o fato de ela enquadrar-se na tradição sacramental da própria Igreja.

Mas toda esta argumentação não prova que o sacerdócio seja masculino por sua inalienável substância. Não se trata de provar que deva ser assim, mas de compreender, à luz da fé, por que é assim.

Ora, a fé cristã se baseia numa **história da salvação**, que poderia ser "pensada" — e "possível" — de outro modo. Por exemplo: o Verbo de Deus se fez homem na Palestina, numa determinada época: isto seria "pensável" e "possível" de outro modo.

Cada sacramento está ligado a um fato histórico; e a ligação com este fato histórico faz parte da sua essência, porque é o liame com a vontade concreta de Deus, como ela tomou forma nesta história. Assim, a Igreja, conservando os "acidentes", garante a ação de Deus na sua ação. Só ela pode distinguir entre o que é substância e o que é mutável; e, fazendo esta distinção, se sente vinculada.

Visto teologicamente, o sacerdócio não é privilégio para alguns, mas é "sacramento, expressão de fidelidade histórica da Igreja à sua origem que, no seu "aparecimento histórico" é expressão concreta da ação de Deus pelos homens". Mas é preciso que a manifestação concreta do sacerdócio corresponda à verdade teológica, e que ele seja vivido liberado de toda aparência de privilégio.

O **sacramento** é essencialmente representação simbólica da realidade escondida.

Na concepção iluminista — funcio[illegible] da realidade, todo ser existente é sub[illegible] mente "material", e existe para uma "f[illegible] Tem igualdade o "material" em razão [illegible] "função" ou da sua funcionalidade tot[illegible] sidente portanto que o homem e a mul[illegible] uma igualdade total por causa da sua [illegible] de (ativismo total do funcionalismo). Es[illegible] de igualdade uniformiza tudo, e repre[illegible] domínio da forma masculina e a ne[illegible] mulher. Veja-se por exemplo, como é [illegible] peitado e ridicularizado aquilo que é [illegible] da mulher e da dignidade feminina: a [illegible] de a maternidade. Nesta negação do que [illegible] pecífico da mulher e nesta idéia de [illegible] de com uma exagerada masculinização [illegible] um caráter maniqueu: a vergonha e o [illegible] dio do sexual, do seu ser masculino e fe[illegible] que é relegado ao meramente biológi[illegible] hibridismo maniqueu destroi o humano, [illegible] a idéia de criação do homem, e nega, [illegible] tudo, o "ser mulher" próprio da mulher.

Ora, o sacramento fala e age atr[illegible] símbolos que contem em si uma men[illegible] discutível. Interpretando assim a re[illegible] vê-se o lugar simbólico do homem e [illegible] lher, que são pessoas com direitos e [illegible] de iguais, mas com uma mensagem di[illegible]

A posição da Igreja — vendo, al[illegible] funcionalidade, a representação simbó[illegible] representa a defesa da mulher, a defe[illegible] pessoa como pessoa, diante da pretens[illegible] da tecnologia e o seu desprezo pela cr[illegible]

Conclui Ratzinger que o sacerdócio [illegible] mem, que parece ser uma ofensa aos [illegible] da mulher, é a afirmação que a Igreja [illegible] **direito de a mulher ser ela mesma**, e [illegible] afirmação de uma falsa igualdade que [illegible] dera o sacramento como carreira pro[illegible]

Jornal: MOVIMENTO (SP) Pasta n.º
Data 15/02/1977 N.º do recorte
Pág. 12

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Mulheres

A nova imagem do feminismo

Entrevista com a pesquisadora Fulvia Rosenberg, da Fundação Carlos Chagas, uma das que ministrou o curso "Pesquisa sobre Trabalho da Mulher" durante a reunião da SBPC, abordando a questão do estereótipo da mulher nos meios de comunicação

P - Como os meios de comunicação apresentam a Mulher?

Fulvia Rosenberg - De maneira estereotipada. Aos homens são reservadas as imagens de conquistador e de profissional, à mulher são atribuidos principalmente os papéis de sedutora, de dona de casa e de mãe. Por mais diversos que sejam, os meios de comunicação reforçam imagens tradicionais, criando condições para que preconceitos e tabus sejam cada vez mais arraigados.

P - Mas como é que essa imagem se torna eficaz, como ela passa a determinar comportamentos?

FR - Os meios de comunicação, na realidade, são poderosos professores. A aprendizagem de papéis sociais, isto é, a maneira de comportar-se e de sentir-se enquanto membro de uma sociedade é feita também através da observação dos comportamentos de pessoas reais ou simbólicas. Aprende-se a ser homem e a ser mulher também através de como se viu e se ouviu outros homens e mulheres comportarem-se.

P - Existe diferença psicológica entre homem e mulher?

FR - Existem diferenças ao nível de comportamento. Mas, o que é importante dizer é que essas diferenças psicológicas são em grande parte fruto do condicionamento social. Você não encontra um comportamento que seja uma emanação pura de fatores biológicos.

P - A caracterização dos papéis femininos e masculinos está mudando muito? Pelo menos as diferenças observáveis, ao nível de comportamento, do homem e da mulher?

FR - O comportamento vem sofrendo modificações. Aquilo que seria característica feminina e aquilo que seria característica masculina está se alterando. Quer ver um dado interessante, ou melhor, um dado de pouca importância, mas que [illegible]plifica bem: pense nas fotografias de pessoas em estádios de futebol há 15 anos atrás. Era um público essencialmente masculino, e o tom das camisas era cinza, azul e branco. Era inadmissível um homem usar uma camisa vermelha, cor-de-rosa. Mesmo que esse seja um dado pouco importante, um dado de moda, você vê que o comportamento vem sofrendo modificações...certas modificações no papel masculino e feminino. No que diz respeito à mulher, para nossa geração, principalmente para nós mulheres de classe média, o fato de nós trabalharmos, termos uma profissão que não seja doméstica, mostra uma diferença no padrão de comportamento. Isso traz uma série de conflitos, pela dupla função - dentro e fora de casa - que nós temos que resolver. Porque nós fomos educadas para assumirmos principalmente a função de dona de casa, de mãe. E por caracteristicas de época, de evolução mesmo, assumimos o papel de profissional também.

P - Você vê alguma relação entre a discriminação da mulher e o processo econômico?

FR - Bem isso é a explicação teórica que todo mundo aceita. Que a massa feminina constitui a mão-de-obra de reserva. Que a medida em que a sociedade necessita de mão de obra - como em épocas de crise - as mulheres são chamadas a trabalhar. Em épocas de desemprego a mulher é alijada do trabalho. O que eu acho que deveria mudar para que os papéis sexuais mudassem é, provavelmente, a hipertrofia da produtividade. Enquanto se quiser atingir como meta principal a maior produtividade e rentabilidade possíveis, eu acho que ainda vai continuar esse tipo de bipolarização de papeis sexuais em detrimento da mulher. O papel sexual da mulher é nitidamente definido e o papel do homem é nitidamente definido. Os papeis sexuais são bipolares. Isto é, você tem componentes de um e componentes de outro. O que acontece é que os componentes são extremamente rígidos. E do ponto de vista psicológico inadequados tanto ao homem como à mulher. São limitadores da pessoa humana. Por exemplo, existem homens que gostariam de ficar muito tempo com os filhos, provavelmente que poderiam "curtir" o estar com filho. Ora, como para o homem o mais importante é ser um profissional, e bem sucedido, então todo o resto é sacrificado a isso.

P - O homem é também vítima?

FR - É lógico, e cada vez mais existem trabalhos que estão colocando o problema da "fabricação" do macho, tanto quanto da "fabricação da fêmea". Então todos aqueles componentes de virilidade acentuadíssima, de sucesso profissional custe o que custar, de controle das emoções e assim por diante, que são comportamentos compatíveis com o modelo masculino, são questionados. O ideal de sociedade é que tanto homens e mulheres pudessem compor um papel de acordo com as suas tendências individuais e não de acordo com uma placa que lhe puseram - você é homem, você é mulher.

P - E como você vê o movimento feminista?

FR - Existe uma tal ridicularização da imprensa, e uma tal distorção dos movimentos feministas, que as pessoas se sentem ridículas, têm medo de serem identificadas com aquela imagem distorcida que a imprensa divulgou. É que agora talvez esteja modificando. Até o Ano Internacional da Mulher (1975) a imprensa divulgava sobretudo aspectos espetaculares do feminismo, e que se poderia, inclusive, dependendo da postura, considerar ridículos, ou não. Por exemplo, a queima dos sutians... Exteriormente é ridículo, que se você achar que aquilo funcionou como a ruptura de um símbolo, então você pode aceitar o episódio, e num outro nível. Mas tenho a impressão que o cerne dessa ridicularização está no fato de um certo movimento feminista americano ter proposto a luta entre os sexos, o que não é a proposta mais geral do movimento. Ser feminista é propor, lutar por, atuar no sentido em que haja uma igualdade de direitos e oportunidades entre as pessoas, entre homens e mulheres [illegible] seres humanos. Nesse sentido eu sou femi[illegible]

> ***"Ser feminista é propor, lutar por, atuar no sentido em que haja um [illegible]dade de direitos e oportunidades entre pessoas, entre homens e mulhere[illegible]***
>
> **MOVIMENTO**

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: PAGINAMENTO (MG)
Data 18/02/1977
Pág. 18
Pasta n.º
N.º do recorte 0195

Para esterilizar milhões

Este artigo foi extraído do jornal St. Louis Post Dispatch de 22 de abril de 1977 e mostra os métodos usados pelos Estados Unidos para implantar sua política de controle de natalidade em vários países

Os Estados Unidos estão desenvolvendo meios através dos quais, um quarto das mulheres férteis do mundo possam ser esterelizadas, disse ontem em St. Louis (EUA) o diretor da Secretaria de População do Governo Federal, Dr. Ravenholt.

Segundo o diretor, um dos programas que os EUA estão usando na tentativa de alcançar seu objetivo, é um financiamento federal para um programa de treinamento de médicos estrangeiros na Escola de Medicina da Universidade de Washington. O principal objetivo do programa é ensinar médicos no "uso de avançadas técnicas de fertilidade", incluindo a esterilização, afirmou ele.

Evitando Revoluções

O nome do programa é PIEGO (Programa Internacional para a Educação em Ginecologia e Obstretrícia), e dele também participa a Universidade John Hopkins de Baltimore. Dr. Ravenholt citou quatro razões pelas quais os EUA desenvolveram esforços com vistas ao controle da população mundial, ressaltando os interesses americanos em proteger suas áreas de dominação econômica. Primeiro uma queda na taxa de nascimento nos países pobres aumentaria o padrão de vida dessas nações sendo bem divididos os recursos para a população. O que estamos tentando é diminuir o denominador da equação recursos/população, diz ele.

Segundo: os EUA têm uma "responsabilidade moral de assumir esses programas, pois proporcionaram um grande avanço da medicina na América criando uma explosão populacional, reduzindo a taxa de mortes do mundo. Nós estaríamos em uma posição censurável, a menos que ajudássemos estes países pobres a equilibrarem seus nascimentos e mortes".

Terceiro: o controle populacional é necessário para manter "a operação normal dos interesses comerciais dos EUA em todo mundo."

"Sem nossa tentativa de ajudar estes países em seu desenvolvimento econômico e social, o mundo se rebelaria contra a presença comercial americana", acrescentou.

Quarto: o contínuo crescimento da população resultaria em terríveis condições sócio-econômicas no exterior, que resultariam em revoluções. Essas revoluções seriam perigosas para os EUA, sugeriu o Dr. Ravenholt.

Dr. Ravenholt diz que um quarto das mulheres férteis do mundo, aproximadamente 570 milhões se beneficiariam do programa. Ele citou os EUA e Índia como países onde estes benefícios tem sido notados.

No entanto, o que o preocupa são as críticas feitas à PIEGO durante os últimos anos por um pequeno grupo de estudantes e professores da Universidade de Washington. O grupo tem atacado a PIEGO no plano político e quer debater o programa na Universidade de Washington. Seus integrantes afirmam que o melhor caminho para elevar o padrão de vida nos países pobres é proporcionar o desenvolvimento econômico e uma divisão mais justas dos recursos.

De fato, dizem os críticos, não haveria problema de superpopulação se os alimentos e os recursos fossem distribuídos mais igualmente. Dizem ainda que Cuba foi considerada "superpopulosa" até a revolução de Castro; após a economia foi reorganizada e mais trabalhadores foram necessários.

O verdadeiro motivo do programa norte-americano, afirmam os críticos é proteger o status-quo e evitar revoluções que proporcionam igualdades sócio-econômicas. Dr. Ravenholt chamou os críticos de "um grupo de extremistas radical, atacando a um programa responsável". Ele acha que estes procuram fazer com que ocorra uma deterioração na situação do mundo. "Assim a revolução ocorrerá".

PIEGO é um dos muitos programas realizados no exterior pelo Departamento de Controle Populacional dos EUA que é parte da Agência de Desenvolvimento Internacional (AID) e do Departamento de Estado, disse o Doutor Ravenholt. Cerca de trinta países tem convênios com estes órgãos. Nesses casos, ele disse, esforços são feitos para estabelecer programas populacionais sobre a proteção de outras organizações, tais como a Fundo das Nações Unidas para Atividades Populacionais e a Federação Internacional de Planejamento Familiar.

Ambos os grupos recebem grandes fundos americanos. Em países onde existe oposição ao desenvolvimento dos EUA nos assuntos de população, a oposição geralmente vem de esquerdistas, de religiosos ou de ambos, disse o Dr. Ravenholt.

Nos seis anos em que a PIEGO existe, mais de 500 médicos de 60 países têm sido treinados e o programa opera com um orçamento anual acima de 5 milhões de dólares.

Recentemente Dr. James C.Warren da Universidade de Washington, co-Diretor do programa PIEGO, disse ao *St. Louis Post-Dispatch* que cerca de 70 doutores estrangeiros estão sendo treinados na Universidade este ano e mais de 200 estudantes se matricularam desde 1973.

Esterelizações e Direitos Humanos

Críticos do programa possuem documentos que provam que a PIEGO pagará à Universidade de Washington 2.666.797 de dólares, por serviços até o final de 1977.

Dr. Ravenholt reconheceu que alguns dos doutores treinados na PIEGO vem de nações como Chile e o Irã, onde os direitos humanos pouco significam e onde a esterilização forçada seria uma possibilidade teórica. Ele disse que doutores da Índia tem sido treinados mas que as esterilizações forçadas que ocasionalmente são praticadas em homens, não foram ensinadas na PIEGO.

Ele acrescentou que a PIEGO enfatiza fortemente que as esterilizações são voluntárias. "Isto não fornece, no entanto, garantias que alguém não abuse dos objetivos", concluiu.

Francisco Gomes
HighLand - Illinois
EUA

O fim da pobreza?

As implicações dos vários métodos anticoncepcionais

Os Ministérios da Saúde e Previdência Social vão, ainda este ano, instituir o planejamento familiar no Brasil.

O Ministro da Saúde disse, em recentes declarações, que o ministério pretendia com isto não limitar o número de filhos, necessariamente, mas "possibilitar aos casais mais pobres decidir quantos filhos desejam ter" ou "escapar ao intervalo muito curto entre as gestações".

Parece que é certo, apesar das pressões em contrário, principalmente da Igreja, que o plano do governo se constituirá basicamente na distribuição de anticoncepcionais.

Planejamento familiar

Para se instituir um programa de planejamento familiar teremos que procurar soluções para dois tipos básicos de opção: os que desejarem ter um pequeno número de filhos e os que concluírem que um grande número seria o ideal em seu tipo de vida. É claro que o nível educacional de nosso povo não permite ainda esse discernimento.

No caso do cidadão de baixa renda, por exemplo, levando-se em conta que é importante que a família possua um grande número de pessoas economicamente ativas para ter uma vida relativamente segura e para a manutenção dos pais quando estes já estiverem inativos, um programa de planejamento familiar deveria assegurar condições para o nascimento e criação de quantos filhos a família optasse por ter.

Controle da natalidade

No entanto, o termo planejamento parece que será utilizado como um eufemismo para designar *diminuição do crescimento demográfico*, como o faz a BEMFAM, instituição de origem estrangeira que vem se dedicando a distribuir anticoncepcionais no Brasil, já contando como clientes cerca de 4% das mulheres brasileiras em idade fértil.

Além da BEMFAM, também a USAID já destinou para este fim, só na década 1964-74 cerca de 750 milhões de dólares, além de 35 milhões de caixas de anticoncepcionais e 6 milhões de DIU. A Ford Foundation que apesar de não ter uma instituição só para este fim, como a Rockfeller Foundation, gastou 125 milhões de dólares entre 1952 e 1972 em programas de planejamento familiar. Também a AID parece se interessar por tais programas pois gastou, em 1975, 125 milhões de dólares com eles.

Os métodos e os perigos

Já que parece certo que o Ministério da Saúde se propõe a instituir, ainda este ano, um programa de diminuição do índice de crescimento populacional, cabe perguntar qual será o método escolhido.

O anticoncepcional ideal é aquele que puder fornecer segurança de não concepção, a baixo custo e de fácil utilização. Ele deve ainda ser isento de riscos para quem o estiver usando, não interferir no ato sexual e ser reversível. À luz da medicina atual, esse método não existe.

O que a ciência tem a oferecer é muito insatisfatório. O ministério poderia optar pelos métodos mais antigos, de quase nenhuma eficácia ou pelos hormonais, bastante eficazes, mas de riscos ainda não esclarecidos.

Ingênuos

Talvez a mais antiga das tentativas do homem para a anticoncepção seja o coito interrompido, isto é, a interrupção da cópula momentos antes da ejaculação, o que é quase impossível para a maioria dos homens, que não podem controlar o momento da ejaculação. Esse método tem sido acusado pela moderna psiquiatria de ser grande causador de neuroses do casal.

O condon, conhecido como camisa-de-vênus, impossibilitaria a ejaculação dentro da vagina, mas como são muito frágeis permitem grande percentual de vazamento. Além disso devem ser colocados momentos antes da cópula, o que é um tanto constrangedor.

Os equivalentes femininos para o codon seriam o diafrágma, os pessários (tampões) uterinos e as esponjas intravaginais, que são ainda mais falíveis pelo deslocamento fácil. Causam traumatismo no colo do útero que podem levar à inflamação ou à infecção.

Os banhos vaginais e o uso de geléias espermicidas tentam impedir a sobrevivência dos espermatozóides, sem grande sucesso. Conseguem apenas modificar a ecologia do local, podendo ser responsabilizados por infecções vaginais. Existe ainda o perigo da medicação ascender pelo útero e causar problemas nas trompas que podem levar à esterilidade permanente ou à peritonite, que pode ser mortal, sem tratamento de urgência.

O tabelamento para os dias de cópula me parece talvez o menos romântico e mais antinatural de todos os métodos. Baseado na presunção do conhecimento do dia da ovulação, intuitivamente segundo Ogina-Knauss ou de acordo com a temperatura basal, o casal fixaria datas para copular.

Para que houvesse uma certa segurança e, no caso de se excluir a cópula durante a menstruação, restariam apenas 15 dias no mês para que o casal pudesse copular, dias esses os menos indicados para a mulher (fase pré-menstrual e dias de baixa concentração hormonal).

Além disso, o estudo da fisiologia da reprodução traz alguns fatos para o problema do tabelamento, como a ovulação psicogênica, que seria uma ovulação extra, motivada pela cópula, em qualquer dia do ciclo e a grande variabilidade no prazo de sobrevivência do espermatozóide e do óvulo.

Eficácia a alto custo

Devido à baixa segurança dos métodos folclóricos, se o ministério não estiver levando em conta os riscos para a saúde dos usuários, poderá optar pelos métodos mais modernos, como os anovulatórios hormonais os hormônios masculinos que impedem a fabricação de espermatozóides ou pelos dispositivos intra-uterinos.

Os anovulatórios, conhecidos como pílulas anticoncepcionais são indiscutivelmente o método mais utilizado e de maior eficácia. Existem dois tipos básicos, segundo o modelo hormonal que é imposto em substituição ao ciclo natural da mulher. São acusadas por fontes de alto crédito científico de causar graves anemias no sangue, problemas circulatórios, hemorragias e outros não confirmados como anomalias no feto, relação com o câncer ginecológico e gemiparidade.

Existe ainda outro tipo de pílula, que é frequentemente confundido com os anovulatórios por serem também hormonais, mas este age modificando a parede do útero, a movimentação das trompas e a viscosidade do muco que tampa o colo do útero. Tem os mesmos riscos dos anovulatórios. Aqui se enquadra a chamada "pílula do dia seguinte".

Tanto uma quanto a outra são ainda muito jovens, com cerca de 21 anos para que possa avaliar corretamente todos os seus efeitos.

Os dispositivos intra-uterinos (DIU) impedem a concepção por impedir que o embrião se fixe à parede uterina. Proibidos no Brasil, por serem considerados abortivos, o DIU é muito utilizado pelo seu baixo custo, grande eficácia e incidência relativamente baixa de efeitos colaterais, que são endometrites (inflamação da camada interna do útero), hemorragias e acidentes com o dispositivo que podem levar a paciente até a cirurgia.

O que escolher

Não existe ainda método que possa ser escolhido como bom, muito menos em termos de saúde de massas. Restariam então métodos de esterilização definitivos, mas neste caso seria aconselhável rever as consequências do programa na Índia com mais cuidado.

Luiz Miguez e Frederico Caixeiro
Rio de Janeiro - RJ

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal ... Pasta n.º ...
Data ... N.º do recorte ...
Pág. ...

Cidades

Pode o planejamento ter participação popular?

Entrevista com o professor Edgar Graeff, do Instituto dos Arquitetos do Brasil

Entrevista a Maria Stella Ferreira

A distância cada vez maior entre as necessidades e aspirações dos moradores das cidades e os valores que hoje dominam a morada urbana é considerada pelo professor Edgar Graeff como uma crise antiga, que revela a falência do urbanismo tanto na teoria como na prática. Vice-presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, o Graeff leciona na Universidade Católica de Goiás e também foi um dos fundadores da Universidade de Brasília. O seu desencanto com o planejamento urbano e sua proposta para superar a falta de perspectivas profissionais do arquiteto e do urbanista são desenvolvidos nesta entrevista, feita durante o simpósio "Urbanismo, Planejamento e Movimentos Urbanos", na SBPC.

P - A falência do urbanismo é, para os arquitetos, a falência da própria atividade profissional. Em São Paulo, muitos arquitetos estão trabalhando em órgãos governamentais e planejamento e vendo suas tentativas de interferir no crescimento das cidades serem frustradas constantemente. Como poderia haver, no momento atual, uma mudança na forma de conduzir o planejamento, que pudesse alterar essa situação?

Edgar Graeff - Estabelecer a programação é toda a confusão na área de urbanismo. No fundo a função do arquiteto seria a de ser o oficial para dar forma ao espaço, mediante um programa que lhe é fornecido, teoricamente, pela sociedade. Teoricamente, os moradores, ou futuros moradores, é que deveriam fornecer o programa da morada que querem. E asssumir a responsabilidade pelo que contiver de bom e de mal nesse programa. É a população expressando diretamente suas aspirações e suas necessidades.

É para esse programa que se mobilizam estas vastas equipes. Entra psicólogo, sociólogo, arquiteto, administrador, todo mundo interpretando o que é que convém para aquela gente. Feito esse programa, como vem sendo feito desde que o urbanismo é praticado sistematicamente, as equipes do planejamento físico dão forma, propõem soluções para o problema do espaço, essas soluções são entregues às autoridades administrativas, que tentam ou não aplicar. Em qualquer hipótese, essas autoridades não têm competência para fiscalizar a execução. São Paulo tem uns quatro ou cinco planos de urbanismo; Porto Alegre, eu sei que tem unsquatro ou cinco, também. Nenhum funciona. Mesmo em Brasília, o plano funciona pouco.

A impossibilidade de fiscalizar a aplicação das funções propostas, mesmo admitindo que elas sejam corretas, faz com que se perca o controle no momento em que é produzido o espaço.

P - E como se chegaria à elaboração de um programa que realmente satisfizesse às necessidades dos moradores?

EG - Aí é que eu imagino que a saída viável para nós, para o urbanismo, para a arquitetura, para a produção do espaço, seja, talvez, para mim é provavelmente, a participação ativa, efetiva da população organizada; não como objetos fornecedores de dados, mas organizada nas suas associações, pressionando a sua representação política nas câmaras, pressionando a prefeitura e formulando o que quer.

P - Seria possível a intervenção direta da população na própria elaboração do projeto, através de representantes?

EG - Não. A elaboração do projeto é um problema técnico. Esse é um programa técnico, que precisa especialistas, técnicos competentes. O que há é que os técnicos estão invadindo a área de formulação do programa. Dar forma ao espaço é um ofício como carpintaria, como fabricar uma mesa. A intervenção do usuário nesse momento já não é importante. O importante é ele dizer: eu quero assim ou assado. Depois, verificar se ela foi feita como ele queria. O ofício que seria fundamentalmente dos arquitetos e dos técnicos das infra-estruturas, que é esse de dar forma ao espaço, nesse a população pode participar pouco. Ela participa dizendo o que quer, e depois verificando se foi feito como ela quer. O projeto é um trabalho técnico, e nós estamos transformando a programação também num trabalho técnico, o que é uma invasão numa área política.

P - A participação dos arquitetos em órgãos do governo, no momento atual, facilita ou dificulta a elaboração desse programa?

EG - Eu acho que favorece, no sentido de divulgar as questões do urbanismo, da cidade, do espaço. Toda a participação de profissionais nessa área tem contribuído para esclarecer a opinião pública, que poderá depois fiscalizar. Hoje as pessoas têm condições de se mobilizar para impedir a derrubada de uma árvore, porque têm consciência de que ela é um bem da comunidade. Nesse sentido, eu não tenho dúvidas. O que eu tenho dúvidas é da autenticidade da nossa participação nessas equipes interdisciplinares, na formulação do programa, e da capacidade do poder público de fiscalizar a aplicação das soluções propostas. Não há exército de fiscais da prefeitura capaz de acompanhar o crescimento de uma cidade como Goiânia. Não é preciso vir a São Paulo. Em São Paulo, nem o pessoal todo do planejamento da área metropolitana tem noção do que seja isso aqui. E os interesses em jogo são tão grandes, que a fiscalização só serve para verificar se a janela está no tamanho certo, coisas muito elementares. O que comprova isso, é o volume de loteamentos clandestinos em todas as cidades do Brasil.

vimento; em defesa das liberdades democráticas,

P - Os cientistas, hoje, estão preocupados em traduzir a ciência para uma linguagem mais acessível, de forma que ela possa realmente ser compreendida por todos. O senhor acha que o arquiteto teria algum papel, neste caso?

EG - É quase que obrigação dizer as coisas do seu ofício com a maior singeleza possível. Sem usar esses invólucros, essas nomenclaturas espetaculares.

P - O coordenador da COGEP - órgão de planejamento da Prefeitura de São Paulo - declarou recentemente que teria perdido mais de um ano para compreender a nova lei do zoneamento.

EG - O depoimento pessoal que eu teria dar, de uma experiência vivida, ocorreu agora, há um ano e pouco, em Goiás. Eu participei de alguns dos primeiros planos diretores feitos no Brasil, já no Rio Grande do Sul, para Passo Fundo, Caxias, Florianópolis. Estudei quatro ou cinco desses planos, e chegou um momento em que eu parei. A gente sentia que todo aquele trabalho que a gente fazia com a maior seriedade, na procura de contato com as populações, acabava se transformando num trabalho acadêmico, e não se tinha a menor condição de se levar as coisas à frente. E nós propúnhamos coisas elementares, um pouco mais do que melhoramento urbano. Procurávamos interpretar também, as possibilidades dos municípios. Aquilo tava um sabor escolar, de tema acadêmico, porque eu senti que aquilo pouco funcionava. É algo que a gente faz, fica no papel e acabou. Então, eu me afastei inteiramente desse tipo de atividade.

Agora, há um ano e meio ou dois, eu fui convidado por uma equipe, em Goiânia, para estudar o crescimento de cidades, dentro de uma política de polo-centro, de se criar alguns polos de retenção de migrantes que vão para Brasília. Quando eu li o material da equipe de planejamento, eu fiquei inteiramente apavorado, porque não tinha entendido nada, absolutamente nada do que estava sendo dito ali. Levei muito tempo com explicações, conversando com os autores da proposta. Consegui entender mais ou menos aquilo, passamos a trabalhar, e então eu verifiquei que toda essa linguagem está servindo de invólucro a um tipo de prática rigorosamente igual àquela que nós fazíamos trinta e tantos anos atrás. Eu achei uma coisa espantosa. E até na conclusão. Já faz um ano e meio que nós entregamos o plano, e até hoje foi colocado um poste na cidade em função desses planos. E é uma despesa grande. Só pelo plano deve ter sido pago a essa equipe um milhão e duzentos mil cruzeiros.

"São Paulo tem uns quatro ou cinco planos de urbanismo; Porto Alegre tem uns quatro ou cinco, também. Nenhum funciona. Mesmo em Brasília, o plano funciona pouco"

0197

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: [illegible]
Data [illegible]
Pág. .....

Pasta n.º .....
N.º do recorte .....

Criança, razão e objetivo de um novo Centro

O CCI — Centro de Convivência Infantil S/C Ltda. — é uma nova idéia em hotelzinho e recreação, que tem por objetivo fazer com que a criança se sinta em sua própria casa. Não é uma escolinha, no entanto pretende atender às necessidades de atenção ao desenvolvimento psico-social da criança, notadamente o referente ao equilíbrio mental.

O CCI está funcionando experimentalmente e desde maio, com crianças, filhas de amigos das psicólogas Nívea Maria de Carvalho Fabricio e Regina Lúcia Franco Fernandes, diretores e responsáveis pela supervisão e orientação da equipe que trabalhará no centro, como auxiliar.

A partir de 1.º de agosto começará a funcionar oficialmente, dirigido em especial às mulheres que trabalham e não têm como e onde deixar os filhos. Tendo esse objetivo como uma das suas premissas, o CCI vai funcionar das 7h30 às 20 horas, diariamente, sem férias.

Os pais serão informados permanentemente quanto ao comportamento dos filhos e deverão, dentro do possível, participar do trabalho, que será desenvolvido pela equipe do CCI, através de conversas, visitas e sugestões sobre o que consideram melhor para seus filhos, sempre dentro da filosofia que orienta o centro: o mais importante é sempre a criança.

Para o perfeito atendimento dos objetivos propostos, o CCI é também uma Clínica Psicológica, onde especialistas em tôdas as áreas (ludoterapia, psicomotricidade, orientação familiar, acompanhamento psicológico, recuperação psicopedagógica e orientação vocacional) estarão prontos para intervir sempre que for necessário e ou quando solicitados.

O Centro de Convivência Infantil — berçário, recreação e clínica psicológica — terá atividades dirigidas nos seguintes períodos: das 8 às 11h30 e das 13h30 às 17 horas. Fora destes horários, as crianças poderão permanecer no estabelecimento em atividade livre, sempre sob a supervisão de membros da equipe responsável. Semanalmente será enviado um relatório sobre o desenvolvimento geral da criança, em caderno de capa dura, onde tanto os pais como a equipe do CCI darão as informações sobre a criança.

O atendimento obedece à seguinte tabela de preços: berçário, Cr$ 500,00 taxa de matrícula; Cr$ 450,00, taxa de material, por semestre; Cr$ 1.000,00, mensalidade por meio período; Cr$ [illegible], mensalidade por período integral; Cr$ 150,00, almoço (opcional). Para recreação, Cr$ 500,00, matrícula; Cr$ [illegible] material e Cr$ 1.500,00 para período integral; Cr$ [illegible] por meio período.

O CCI fica [illegible] Vitorino Carvalho, 131, Vila Madalena. Maiores informações com Regina ou Nívea pelo telefone 210-5613

Mod. B - 07 - 1256.11.218

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: MOVIMENTO (108)
Data 25/04/1977
Pág. 10
Pasta n.º
N.º do recorte 0148

Feminismo: descobrindo o que é principal

O movimento feminista esconde questões mais importantes?

Em 1975, durante a Conferência Internacional da Mulher, realizada no México, uma discussão ocupou a maior parte dos debates e no final acabou provocando divisões entre os participantes da Conferência. A questão era: os problemas enfrentados pelas mulheres em suas relações homem-mulher são provenientes exclusivamente das relações de produção, da divisão de trabalho do sistema capitalista, ou ultrapassam estas contradições? Qual o papel da mulher diante da fome, das injustiças sociais, das doenças? A busca do respeito aos direitos da mulher implica em lutar pelos direitos de toda a comunidade?

A mesma questão tornou-se o tema central do simpósio "Implicações de pesquisas sobre problemas das mulheres no Brasil", realizado durante a última reunião da SBPC e que reuniu os pesquisadores Paul Singer, Branca Moreira Alves, Maria Machado Malta Campos e Heleieth Saffioti.

A professora Maria Malta Macado Campos foi quem levantou o problema, discutindo as posições do sociólogo Chico de Oliveira e do norte-americano Herbert Marcuse. Segundo ela, para Chico de Oliveira a "liberação feminina, concebida em termos de trabalho fora de casa e liberdade sexual, nada mais seria do que uma nova forma de repartição dos privilégios de classe entre homens e mulheres burguesas"... "A divisão de trabalho entre os sexos produzida pelo capitalismo só poderia ser superada com a "transformação social nas relações de trabalho". A essa explicação de Chico de Oliveira, ela contrapõe a de Marcuse, para quem "a relação homem-mulher atravessa as demarcações de classe".

A primeira posição deixa claro que o problema da mulher é um problema de exploração capitalista e que o movimento feminista contribuiria para camuflar as questões mais importantes. Já para a segunda, o problema da discriminação da mulher é um problema à parte, sendo que a luta comum das mulheres pode anteceder uma transformação social mais ampla.

No final dos debates, porém, Maria Malta Campos e Heleieth Saffioti chegariam à conclusão de que um problema não exclui necessariamente o outro, restando descobrir qual a contradição principal e a prioritária a ser resolvida. Disse Malta Campos: "Quanto à importância relativa do problema feminino frente aos vários outros que aflingem a sociedade brasileira, creio que se superarmos uma visão estática de mudança social, que classifica os problemas como mais ou menos prioritários numa escala unidimensional, veremos que cada momento histórico produz suas urgências".

Heleieth Saffioti acrescentou: "tendo em vista mudanças estruturais, há que se atacar simultaneamente a contradição principal e as contradições secundárias. Só uma concepção mecanicista de mudanças social atentaria exclusivamente para a contradição principal".

Menos crianças na lista

Desde 1976, as taxas de mortalidade infantil, tanto no Estado de São Paulo como na Grande São Paulo, estão diminuindo. O último Boletim de Dados Conjunturais, da Secretaria de Economia e Planejamento, confirma essa tendência de queda na curva de mortalidade infantil: nos cinco primeiros meses deste ano, os números apresentados mês a mês continuam caindo.

Quais os fatores que seriam responsáveis por essa redução da mortalidade infantil? A resposta, segundo o professor Ruy Laurenti, chefe do Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da USP, não é simples além de serem muitas as causas que interferem na mortalidade infantil, com frequência elas agem conjuntamente.

O professor Ruy Laurenti explica que três fatores são básicos na determinação dos coeficientes de mortalidade infantil. O primeiro é a desnutrição, determinada, frequentemente, pelo baixo poder aquisitivo da família (um estudo realizado pela Organização PanAmericana de Saúde no município de São Paulo, no período entre 1968 e 1970, verificou que a desnutrição aparece como causa básica ou associada de morte de menores de um ano em cerca de 60% dos casos).

O segundo fator, também identificado através de um grande número de pesquisas, é falta de saneamento básico, principalmente água potável. Os dados do Departamento de Estatística da Secretaria do Planejamento mostram que, ainda hoje, as gastrointerites ou doenças diarréicas são responsáveis por 30% das mortes de menores de um ano.

A falta de assistência médica constitui o terceiro fator. O acesso difícil, as condições precárias de funcionamento de muitas unidades de saúde e a falta de educação sanitária da população, condicionada pelo baixo nível de vida, são situações que contribuem para agravar o quadro.

Analisando esses três fatores, os epidemiologistas chegaram à conclusão de que o único que poderia ter contribuido para a queda da mortalidade infantil seria o saneamento básico. A partir de 1974, o governo do Estado de São Paulo começou a dar prioridade aos planos de extensão de rede de água. E hoje, segundo dados da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, cerca de 72% da população do município de São Paulo são servidos por rede de água.

A renda da população - dizem os epidemiologistas da Secretaria da Saúde - certamente não contribuiu para a queda da mortalidade infantil. Tanto os números da Fundação Getúlio Vargas como do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) demonstraram que, apesar de uma pequena elevação dos reajustes salariais em 1974, o poder aquisitivo dos trabalhadores continua sendo drasticamente reduzido.

Além do saneamento básico, os epidemiologistas apresentam uma outra hipótese para explicar o que vem acontecendo com a mortalidade infantil. Estaria ocorrendo um aumento do número de registros de nascimentos (1) Essa pergunta é frequentemente ouvida dentro da Secretaria de São Paulo. Se isso for verdade, a queda da mortalidade infantil é consequência apenas de uma questão estatística e não de uma melhoria relativa das condições de vida da população, já que na medida em que se aumenta o número de registros de nascimento, cairia o coeficiente de mortalidade infantil. Ou seja: o número de crianças registradas subiria e influiria na comparação com o número de óbitos (2).

Mas, essa é apenas uma hipótese. Não existe nenhuma investigação que prove o aumento de registros de nascimento e, portanto, uma diminuição dos sub-registros (crianças que nascem vivas mas que não são registradas, em consequência da desinformação e mesmo da falta de dinheiro das famílias para registrarem seus filhos em cartório). **Lia Ribeiro Dias**

(1) Para se obter o coeficiente de mortalidade infantil, multiplica-se o número de nascidos vivos por 1000 e divide-se pelo número de mortes de menores de um ano.
(2) O índice de mortalidade infantil é tirado do número de crianças que morrem antes de completar um ano, em cada grupo de mil crianças nascidas vivas. Se morrem 80 crianças em cada mil, o índice será de 80. Apesar de estarem baixando, os números registrados em São Paulo ainda são enormes e revelam a baixa qualidade de vida do conjunto da população.

Os números em baixa

Estado de São Paulo	Grande São Paulo
1970 - 84,34	90,85
1971 - 89,43	94,60
1972 - 86,39	93,42
1973 - 89,02	94,58
1974 - 82,09	88,62
1975 - 84,35	87,51
1976 - 78,46	83,56
1977	
jan - 93,43	96,07
fev - 96,56	99,50
março - 84,15	91,36
abril - 76,94	81,02
maio - 75,94	80,40

Fonte: BOLETIM DE DADOS CONJUNTURAIS
Secretaria de Economia e Planejamento

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: [illegible]
Data [illegible]
Pág. [illegible]

Pasta n.º
N.º do recorte

Fora do Congresso o MDB escuta as feministas

"A justiça social é uma das melhores maneiras de fazer a independência da mulher."

"Vim para ouvir e debater", disse o senador emedebista Gilvan Rocha, presidente da CPI da mulher no primeiro encontro com as representantes feministas em São Paulo. E o que ele ouviu foram queixas generalizadas. Dos grupos femininos presentes - Sociedade Brasil Mulher, Associação das Mulheres, Associação das Domésticas, Centro de Desenvolvimento da Mulher, Movimento Feminino pela Anistia e Comissão Feminina do MDB-SP, apenas os dois últimos entregaram um documento escrito.

Apresentado por Terezinha Zerbini, esse documento conjunto fala da necessidade de maior participação da mulher na política, em todos os niveis - "sejam como eleitoras, sindicalistas, representantes eleitas ou de poderes públicos". "Evidentemente que o governo não está interessado que os democratas - homens e mulheres - digam e tomem seu lugar", conclui Terezinha, denunciando a seguir a atitude do presidente da Câmara Municipal de São Paulo, que, no ano passado recusou permissão para o uso do recinto para comemoração do Ano Internacional da Mulher.

A CPI da Mulher, foi proposta em fins de 76 pelo sen. Nelson Carneiro (MDB-Rio), e tem como relatora a deputada Lygia Lessa Bastos (Arena-Rio), única parlamentar do sexo feminino no congresso. Já depuseram 21 mulheres como a feminista Heloneida Stuat, a deputada Sandra Cavalcanti, além de Esther Figueiredo Ferraz, Romi Medeiros. Espera-se para logo o depoimento de Çidinha Campos.

"É preciso que vocês denunciem isto", pediu Gilvan Rocha às jornalistas presentes, "está se tornando hábito de alguns componentes da CPI de convocarem as próprias mulheres para depor". O procedimento usual para se levar pessoas a serem ouvidas em CPI é o de se apresentar o nome, acompanhado de um mini-curriculo, e que é em seguida votado pelo plenário. "O que acontece é que o depoimento tem que ser feito no recinto do Congresso, e isso inibe muitas pessoas das classes mais baixas" justificou o senador a ausência de mulheres operárias nos depoimentos prestados até agora.

Quanto às discriminações propriamente ditas, esclareceu o senador Gilvan Rocha que elas não existem exatamente no texto da lei. "A legislação brasileira é discriminatória, porque protecionista. E é protecionista porque parte do ponto de vista que a mulher é biologicamente mais fraca, e precisa ser protegida, disse ele, citando o art. 175 parag. 10 da Constituição que proibe o trabalho da mulher em atividades insalubres. Gilvan foi rebatido pelo dep. Almir Pazianoto (MDB-SP) - "não acredito na CPI, acredito num trabalho nosso conjunto, da classe trabalhadora em geral, e libertaremos também a mulher. Louvável o trabalho em relação às mulheres, mas os homens também são vítimas. Exemplo disto é o pedido facultando à mulher o trabalho em horas extras. Ora, vamos acabar com horas extras! Porque deve o homem fazer trabalho insalubre?"

"Não vamos igualar pelo pior. O paternalismo da lei propicia situações discriminatórias, e esse paternalismo não tem fundamento biológico", argumentou Gilvan, citando o exemplo da Petrobrás que não admite mulheres geólogas com fundamento naquele artigo da Constituição. E pediu então que denúncias de situações discriminatórias concretas sejam levadas ao conhecimento dos membros da CPI.

No final o senador resumiu os pontos que haviam ficado claros durante o debate, e que ele levava de volta para Brasilia, como resultado concreto do encontro - "1) é mais útil para a mulher ter igualdade de direitos que ser discriminada. 2) o desenvolvimento com justiça social é uma das melhores maneiras de se fazer a independência da mulher. 3) o trabalho feminino dentro de casa tem direito da prerrogativas iguais na legislação trabalhista".